



UNIVERSIDADE
ESTADUAL de LONDRINA

DANIELA PADERES BRUNO

**ANÁLISE DAS PRÁTICAS METODOLÓGICAS NAS AULAS DE
SOCIOLOGIA RELACIONADAS AOS CONTEÚDOS SOBRE
DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, DESIGUALDADES E DIREITOS
SOCIAIS**

Londrina

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

- B898 BRUNO, Daniela Paderes.
Análise das Práticas Metodológicas nas aulas de Sociologias relacionadas aos conteúdos sobre a Democracia Representativa, Desigualdades e Direitos Sociais / Daniela Paderes BRUNO. - Londrina, 2020.
120 f. : il.
- Orientador: Ileize Luciana Fiorelli Silva.
Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2020.
Inclui bibliografia.
1. PRÁTICAS METODOLÓGICAS - Tese. 2. ENSINO DE SOCIOLOGIA - Tese. 3. DEMOCRACIA REPRESENTATIVA - Tese. 4. DESIGUALDADE E DIREITOS SOCIAIS - Tese. I. Silva, Ileize Luciana Fiorelli. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. III. Título.

CDU 316

DANIELA PADERES BRUNO

**ANÁLISE DAS PRÁTICAS METODOLÓGICAS NAS AULAS DE
SOCIOLOGIA RELACIONADAS AOS CONTEÚDOS SOBRE A
DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, DESIGUALDADES E DIREITOS
SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional – de Sociologia (**PROFSOCIO**), do Departamento de Ciências Sociais, do Centro de Letras e Ciências Humanas (CLCH), da Universidade Estadual de Londrina (UEL), como requisito parcial para a obtenção do título de **MESTRA EM SOCIOLOGIA**

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Ileizi Luciana Fiorelli Silva
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dra. Ligia Wilhelms, Eras
Instituto Federal de Santa Catarina – IF-SC

Prof. Dra. Márcia Rejânia Souza
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 29 de maio de 2020.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e à intercessão de Maria Santíssima por conseguir chegar até aqui, vencendo as enfermidades e o cansaço. À minha orientadora, pela orientação neste trabalho, mas sobretudo pela sua amizade, paciência e consideração ao longo do desenvolvimento deste. Às professoras Dra. Ligia Wilhelms Eras e Dra. Márcia Rejânia Souza, que, gentilmente, aceitaram o convite para participarem da Banca Examinadora. Aos 109 alunos que participaram da pesquisa quantitativa. À diretora do Colégio Estadual Professor Gabriel Rosa, Cristiene Bertani Lima, à professora Jussara Mattos de Pádua e aos alunos Andressa Vitória Higino, Ana Paula Antunes, Bruna Machado, Dainara Miranda de Souza, Evelylyn de Oliveira Benício, Flávia Higino, Flávia Medeiros, Gabriella Ferreira, Lucio da Cruz de Moraes, Muryllo Pinheiro, Sarah Cunha, pela generosidade em participar com seus relatos, enriquecendo este trabalho. À professora Leiza Maria Andrade, pela sua parceria entre a Química e a Sociologia. Ao Colégio Professor Gabriel Rosa, meu laboratório de pesquisa. À minha sogra e sogro, Clarice Roberto Bruno e Helio Bruno, que me hospedaram durante o período do curso. À minha família, que suportou meu nervosismo e ansiedade, fortalecendo-me durante a trajetória do mestrado. À Cordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior – CAPES, pelo recebimento da bolsa, a qual cobriu os custos de deslocamento e outras despesas, permitindo a conclusão do curso. Sinto-me feliz e realizada em conceder este trabalho àqueles que, assim como eu, amam a educação.

BRUNO, Daniela Paderes. **Análise das Práticas Metodológicas nas aulas de Sociologia relacionadas aos conteúdos sobre a Democracia Representativa, Desigualdades e Direitos Sociais.** 2020. 120 p. Dissertação (Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

RESUMO

O trabalho consiste em uma análise de estratégias metodológicas fundamentadas em pensadores como Savianni, Freire, Dubet, Charlot e Bauman e das experiências de estudantes que vivenciaram práticas como sujeitos de direitos, de conhecimento e de ações concretas relacionadas a instituições políticas. Pretende, por meio das aulas de Sociologia e das produções dos estudantes, analisar como a metodologia da docente e os conteúdos da disciplina de Sociologia contribuem para que os estudantes do Colégio Estadual Professor Gabriel Rosa, em Curiúva - PR, se mobilizem para compreender como funciona a organização e os elementos que compõem a Democracia Representativa no Brasil. Além disso, pretende, ainda, compreender a sua relação com os conceitos de cidadania, direitos e desigualdade social na intersecção com os conteúdos estabelecidos como estruturantes e básicos pelas Diretrizes Básicas Curriculares do Estado do Paraná (2008). Apresenta o histórico do Colégio Estadual Professor Gabriel Rosa, dos estudantes e do contexto social no qual encontravam-se inseridos. São situadas as práticas metodológicas aplicadas, as referências que fundamentaram tais práticas e os fatores que motivaram pensar os conteúdos trabalhados. Compreende os estudantes como sujeitos do conhecimento e das práticas pedagógicas realizadas. Elabora um mapeamento das turmas e dos conteúdos, assim como dos fatores relevantes para a definição deste último. Descreve as práticas pedagógicas realizadas em parceria com os Projetos Câmara Mirim, Geração Atitude, Parlamento Jovem, com as disciplinas de Química e Biologia e os recursos didáticos utilizados. Por meio dos trabalhos, dos relatos e de uma pesquisa quantitativa feitos com os estudantes, analisa se as práticas metodológicas desenvolvidas contribuem para que os estudantes se mobilizem para compreender os elementos que compõem a Democracia Representativa no Brasil. A pesquisa demonstra o envolvimento dos estudantes nas atividades realizadas e, nos gráficos, tem-se a análise do aprendizado dos conteúdos antes e depois da disciplina de Sociologia.

Palavras-chave: 1. Práticas metodológicas; 2. Ensino de Sociologia; 3. Democracia representativa; 4. Desigualdades; 5. Direitos sociais.

BRUNO, Daniela Paderes. **Analysis of Methodological Practices in Sociology classes related to the contents on Representative Democracy, Inequalities and Social Rights**. 2020. 120 p. Dissertation (Professional Master's Degree in Sociology on National Network) – State University of Londrina, Londrina, 2020.

ABSTRACT

The work analyzes the methodological strategies reasoned on thinkers like Savianni, Freire, Dubet, Charlot, Bauman and experiences of students who have experienced practices as subjects of rights, knowledge and concrete actions related to political institutions. It was intended, through sociology classes and student productions, to analyze how the methodology of the teacher and the contents of the discipline of Sociology contributed to the students of the Colégio Estadual Professor Gabriel Rosa, in Curiúva - PR, to mobilize themselves to understand how the organization works and the elements that make up Representative Democracy in Brazil. In addition, to understand its relationship with the concepts of citizenship, rights and social inequality, at the intersection with the contents established as structuring and basic by the Basic Curricular Guidelines of the State of Paraná (2008). The history of the Colégio Professor Gabriel Rosa, the students and the social context in which they are inserted is presented. There are the applied methodological practices, the references that justified such practices and the factors that motivated to think about the contents worked on. Students are understood as subjects of knowledge and pedagogical practices carried out. A mapping of classes and contents and the relevant factors that led to their choice was made. The pedagogical practices carried out in partnership with the Câmara Mirim, Geração Atitude, Youth Parliament projects are described, with the subjects of Chemistry and Biology and the didactic resources used. And through the works, the reports and the quantitative research applied to the students, he analyzed whether the methodological practices developed, contributed for the students to mobilize themselves in the search to understand the elements that make up Representative Democracy in Brazil. The research demonstrates the involvement of students in the activities carried out and through the graphics, the analysis of learning the contents before and after the discipline of Sociology.

Keywords: 1. Methodological Practices; 2. Teaching/Discipline of Sociology; 3. Representative Democracy; 4. Inequality; 5. Social Rights.

LISTA DE SIGLAS E DE ABREVIATURAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
Celem	Centro de Línguas Estrangeiras Modernas
CNE	Conselho Nacional da Educação
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
Fateb	Faculdade de Telêmaco Borba
LDB	Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PT-PR	Partido dos Trabalhadores – Paraná
PUC-PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa
SGPI	Sistema de Gestão da Primeira Instância Secretaria Municipal de Educação
SEED	Secretaria da Educação e do Esporte do Estado do Paraná
TRE-PR	Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
UEL	Universidade Estadual do Paraná
Uenp	Universidade Estadual Norte do Paraná
Unopar	Universidade Norte do Paraná

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Idade dos estudantes participantes das práticas didáticas.....	99
Gráfico 2 – Contribuição das aulas de Sociologia referentes a direitos e deveres dos cidadãos.....	100
Gráfico 3 – Conhecimento anterior as aulas de Sociologia sobre divisão de poderes.....	101
Gráfico 4 – Conhecimento posterior as aulas de Sociologia sobre divisão de poderes.....	102
Gráfico 5 – Conhecimento anterior as aulas de Sociologia sobre: Política, Democracia e Cidadania.....	103
Gráfico 6 – Conhecimento posterior as aulas de Sociologia sobre: Política, Democracia e Cidadania.....	103
Gráfico 7 – Compreensão dos estudantes sobre cidadania através das aulas de Sociologia.....	104
Gráfico 8 – Contribuições das parcerias da disciplina de Sociologia com os projetos: Câmara Mirim. Geração Atitude e Câmara de Vereadores.....	105
Gráfico 9 – Contribuições das metodologias das aulas de Sociologia para o aprendizado dos conteúdos.....	105

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Localização do Município de Curiúva - PR.....	30
Imagem 2 – Localização do Colégio Professor Gabriel Rosa – ensino fundamental e médio, no município de Curiúva - PR.....	30

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	10
1 INTRODUÇÃO	16
2 ENSINO DE SOCIOLOGIA E INSTITUIÇÃO ESCOLAR	19
2.1 Sociologia e ensino de sociologia na educação básica.....	19
2.1 Instituição escolar e socialização	22
2.3 O Colégio Estadual Professor Gabriel Rosa, Curiúva - PR.....	25
2.4 Encaminhamentos metodológicos da pesquisa.....	30
3 REFLETINDO SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA	36
3.1. Situando as práticas pedagógicas e o relato das experiências	42
3.2 Estudantes: sujeitos do conhecimento	44
3.3 Mapeamento de turmas e conceitos	47
4 RELATOS DE EXPERIÊNCIAS – INTERVENÇÕES METODOLÓGICAS.....	51
4.1 O livro didático: parceria da teoria com a prática.....	56
4.2. Uma vivência democrática: a disciplina de sociologia e a parceria com o projeto municipal parlamento jovem	62
4.3 O projeto estadual Geração Atitude	72
4.4 A pesquisa de campo aliada aos recursos tecnológicos.....	80
4.5 Reflexão a respeito da parceria com as disciplinas de biologia e química	87
4.6 Análise da pesquisa quantitativa/Avaliação das práticas metodológicas pelos estudantes envolvidos nas atividades	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICES.....	113
Apêndice A	114
Apêndice B	115
ANEXOS	116
Anexo A	117
Anexo B	119

APRESENTAÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso de Mestrado Profissional – Profsocio, da Universidade Estadual de Londrina, está relacionado à minha profissão de docente no Quadro Próprio do Magistério da Secretaria de Estado de Educação do Paraná.

Iniciei meu trabalho como docente em 1998, em contrato CLT. Tratava-se de uma contratação temporária no serviço público, o que me permitiu começar as minhas atividades no Colégio Estadual Hugo Simas, na disciplina de Sociologia. No mesmo ano, ampliei a minha carga horária no Colégio Estadual Nilo Peçanha, em História, pois o curso de Licenciatura em Sociologia me permitia lecionar a referida disciplina nas turmas iniciais do ensino fundamental. As turmas do Colégio Nilo Peçanha, no entanto, eram do ensino médio e, na falta de professor, o Núcleo Regional de Londrina autorizou a ampliação da carga horária. Logo em seguida, no mesmo Colégio, a professora de História do período matutino se aposentou e, então, completei a carga horária permitida (40h).

Eu tinha públicos totalmente diferentes, os alunos do Colégio Hugo Simas, período matutino (adolescentes na faixa etária correspondente à série e de poder aquisitivo na média ou acima) e os alunos do Colégio Nilo Peçanha, períodos noturno e vespertino. Os primeiros eram alunos trabalhadores, muitos não estavam na faixa etária correspondente à série e tinham limitações para o aprendizado. Os segundos, do vespertino, eram pré-adolescentes na faixa etária correspondente à série (vale ressaltar que, em 1998, os alunos terminavam o quarto ano e iam para a 5ª série, iniciando o ensino fundamental).

Sem experiência, com uma diversidade gigantesca, lecionando duas disciplinas teóricas, as quais grande parte dos alunos achavam cansativas, principalmente aqueles que não tinham afinidade com a área de humanas, talvez por serem teóricas e por não estarem acostumados à leitura. Então, procurei ser a professora que gostaria de ter quando tinha a idade dos meus alunos do período vespertino (9-14 anos), isto é, daqueles que estavam na adolescência, buscando, também, ter empatia por aqueles que trabalhavam o dia todo.

Com os pré-adolescentes, eu trabalhava muito com a imaginação. Viajamos mentalmente para os lugares dos povos estudados (com direito a simulação de voos). Cada aluno descrevia as suas experiências de ida ao destino estudado, tanto no que diz respeito aos lugares visitados quanto ao que sentiam no momento (as visitas na

verdade aconteciam por meio dos livros e de vídeos). O lúdico incluía jogos como War, para ilustrar o significado de império, e Banco Imobiliário, para explicar o significado de capitalismo. Procurava, assim, aproximá-los dos conteúdos.

Os adolescentes gostavam muito de dramatizações, de pesquisas de campo e de debates, caminhos que busquei trilhar na tentativa de mobilizá-los para o aprendizado. Com os alunos do noturno, em 2000, apliquei dinâmicas e técnicas de empreendedorismo, inclusive empreendedorismo social, dinâmicas e técnicas que aprendi em 2001 durante o curso oferecido pela Secretaria de Estado de Educação, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa (Sebrae), Aprendendo a Empreender, que poderiam ser repassadas aos alunos.

Como CLT, eu não tinha estabilidade nas escolas. Todo começo de ano era aquela expectativa. Sobraria aula? Qual colégio seria o meu próximo destino? Por conta disso, no município de Londrina, lecionei no Colégio João Rodrigues, no Olímpia Tormenta, no Lauro Gomes, no Castaldi, no Tiradentes, no Eldorado, no Ana Molina, no Nossa Senhora de Lourdes, no São José e outros. Estes são os que me vêm à memória, pois faz 18 anos desde que sai de Londrina para morar em Curitiba. Em 2003, mesmo aprovada em um concurso, ocupando o trigésimo oitavo lugar, fui desclassificada. No edital, não foram ofertadas vagas para a disciplina de Sociologia, além de ter sido estabelecido um regulamento diferente. Somente a licenciatura plena prestada na disciplina poderia assumir o concurso, o que me fez disputar a vaga em História. Portanto, continuei como CLT e não conseguia dar continuidade aos trabalhos realizados com as turmas. Os projetos eram de pouco duração, como os que desenvolvi nos Colégios São José, uma produção de um curta sobre o Egito Antigo, aprimorado no Colégio Nilo Peçanha com patrocinadores do bairro (bazares, papelarias e os pais dos alunos para as fantasias e cenários), e no Colégio João Rodrigues, sobre o período Colonial, com direito a coquetel e à escolha do melhor curta.

A vida de CLT foi ficando mais difícil, pois, com as posses dos novos concursados, as aulas diminuíram e eu precisava assumi-las em vários colégios. O custo de deslocamento ficou muito alto, sem contar a canseira da correria, já que o tempo era escasso e a distância entre um colégio e outro era longa. Geralmente, eu fazia isso no período dos intervalos de turno.

Em 2004, para melhorar um pouco a minha situação, resolvi ir para Curitiba. Lá lecionei em colégios em que poucos professores queriam dar aula. Fui, então, para a

região metropolitana e para o município de Colombo. No Colégio Zumbi dos Palmares e Bento Munhoz da Rocha, vivi algumas experiências boas e outras nem tanto. O Zumbi dos Palmares é um bairro da periferia de Curitiba e com fama (não só fama) de extrema violência, como as que se assiste nos telejornais sensacionalistas. Tal qual a do Zumbi dos Palmares era a realidade do Bento Munhoz da Rocha, lá o “chefe”, o “dono”, do bairro determinava o início das aulas do noturno (iniciava às 18h30 e terminava às 22h30), depois das 23h, não podíamos estar no bairro, pois não garantiam a nossa segurança.

No primeiro dia, quando fui a trabalho para o Colégio Zumbi dos Palmares, como não conhecia o bairro, muito menos o histórico peculiar do Colégio, encarei a aventura na maior inocência. Achei estranho que, quando cheguei no ponto de ônibus, esbaforida, pois estava atrasada para o horário, e perguntei às pessoas que ali esperavam pelo circular se a linha do Zumbi dos Palmares já havia passado, todos me olharam estranhamente, como se estivessem espantados, até que um senhor me respondeu que não, e me perguntou o que eu iria fazer no bairro. Então, respondi que era professora e que estava a caminho do meu trabalho. Ele me olhou e calou-se. Logo em seguida, o ônibus chegou. Entendi do que se tratava no primeiro dia de aula. Os alunos do Colégio preparavam uma “recepção” para os novatos. Amavam aterrorizar os novos professores. Um deles, assim que entrei na sala, perguntou-me:

- Professora, você viu que mataram o Rato? (Era a denominação do “chefe” do bairro). Eu, levando na brincadeira, ignorando o contexto social do lugar, respondi:

- Não!!! Foi o gato?

- Não, professora.

- Então foi a ratoeira?

- Não!!! Foi de escopeta mesmo... agora pouco tiraram o corpo da esquina.

Infelizmente, era verdade, e essa era a rotina desses alunos. A direção do Colégio tinha que pedir permissão para o “dono” do bairro para realizar eventos. Durante os meses de junho, quando fora do Colégio soltavam fogos de artifício, agachávamos embaixo da mesa pensando que era tiro. É inacreditável dizer que, do outro lado da estrada da Graciosa, encontrava-se o condomínio de luxo Alfaville. Enquanto a sua pista de golfe era aguada diariamente, os “alfavellos” (denominação usada pelos alunos), ficavam sem água para tomar, para se higienizar e para usar o banheiro do Colégio. Sim, do Colégio. Uma grande parte dos alunos era desprovida de água encanada e de banheiro com chuveiro, pia e vaso sanitário em casa, uma

realidade cruel, sem muitas expectativas, necessitando do empenho do corpo docente para resgatar valores. Inclusive valores humanitários. Lembro-me de uma menina que ficou com o corpo da mãe na “sala” da “casa” (não sei se posso chamar aquele cômodo de sala, muito menos de casa) durante um final de semana inteiro, até o retorno das aulas na segunda-feira, quando os professores, com uma “vaquinha”, arrecadaram dinheiro para a compra de um caixão e para o funeral. No bairro, com o apoio dos moradores do condomínio Alfaville, em parceria com o governo (não me lembro se foi municipal ou estadual), construíram um galpão para a reciclagem de resíduos. Os moradores foram, também, orientados na formação de uma associação de bairro. Casas populares foram construídas e o Colégio teve um papel importante na orientação do uso das louças de banheiro, pois muitos, como não estavam acostumados com os itens obtidos, começaram a vender os que consideravam desnecessários. A educação institucionalizada tinha, e acredito que ainda tenha, um papel fundamental no bairro. Para esses alunos, um simples sorriso, um abraço ou um pouco de atenção já era o suficiente para motivá-los a aprender. Fizemos, assim, paródias, apresentações artísticas e desenhos de personagens históricos com papelão. Mesmo sem formação, lecionei até a disciplina de Artes, por falta de professor. Tive, naquele Colégio, a plena convicção de que a educação era o único caminho para mudar o contexto social daquelas crianças e adolescentes. Aprendi mais do que ensinei. Tornei-me um ser humano muito melhor.

As minhas experiências com a diversidade me fizeram acreditar cada vez mais que, para cada turma, para cada aluno, deve-se buscar caminhos que instiguem para o processo de ensino-aprendizado.

Em um concurso realizado em 2004, a minha classificação não foi boa e, quando convocaram os professores, todos os aprovados, eu não me apresentei (prestei o concurso no Núcleo Regional de Londrina e pertencia ao Núcleo Regional de Colombo). Em 2006, houve uma mudança na contratação de professores temporários. Saímos da CLT para o PSS (um processo seletivo simplificado feito pela Secretaria da Educação e do Esporte do Estado do Paraná (SEED)). Nesse processo de contratação temporária, os professores perderam direitos, como o fundo de garantia e a progressão de carreira, no caso de aprovação em concurso de magistério. A instabilidade e a desvalorização do professor se tornou maior. O que era ruim passou a ser pior.

Em 2006, conclui uma especialização em ensino de História na Universidade

Estadual de Londrina (UEL). No ano seguinte, houve outro concurso, mas sem a oferta de vagas para a disciplina de Sociologia, o que me obrigou a cursar a licenciatura em História. Graças às novas regras do edital, permitindo a apresentação da documentação de conclusão de curso no momento da posse, consegui concluir a licenciatura em História antes. Porém, um outro item me prejudicaria. Meu diploma era autorizado pelo Ministério da Educação (MEC), mas não reconhecido. Não consegui tomar posse já de início, somente por meio de um acordo entre a universidade em que fiz a graduação e o governo. Enfim, depois de lecionar Geografia, Arte, Filosofia e Ensino Religioso, tornei-me QPM, assumindo uma vaga para ensinar a disciplina de História no município de Curiúva - PR, onde moro até o momento (ao longo de todos esses anos, completei a minha carga horária com aulas extraordinárias, na disciplina de Sociologia, sendo esta a minha primeira licenciatura).

Curiúva é uma cidade pequena, não há outra opção, além da rede de educação pública. Estudantes do ensino fundamental II e do ensino médio são atendidos pelos Colégios Estaduais Professor Gabriel Rosa, José de Alencar e Jandira Ferreira Rosas. Nos distritos de Alecrim e de Felisberto, se encontram os colégios: Maria Diva R. de Proença e o Colégio do Campo Anísio Afonso Ferreira, e até assumir o concurso, lecionei em quase todos, exceto no Colégio Anísio Afonso Ferreira. Portanto, além da diversidade cultural, tive o desafio também de lecionar outras disciplinas: Geografia, Artes, Filosofia e Ensino Religioso. Como não possuía habilitação, para não prejudicar os alunos, limitava-me, em Geografia, em lecionar para as turmas do 9º ano, pois dominava o assunto de geopolítica; na disciplina de Artes, o conteúdo era focado na história da arte. Quanto ao Ensino Religioso, tornei-me pesquisadora desse assunto complexo e com fundamentos característicos, pretendendo, assim, alcançar os objetivos da disciplina, isto é, ensinar o exercício da alteridade e o respeito à cultura do outro. Apesar de ser católica praticante, não posso negar que a filosofia do kardecismo foi apaixonante. O livro *Um convite a Filosofia*, de Marilena Chauí, foi meu condutor nas aulas de Filosofia. Cogitei e adotei várias práticas metodológicas, objetivando, com isso, mobilizar meu público diversificado para aprender.

Foi assim que, neste trabalho, tornei-me pesquisadora e objeto de pesquisa. O desafio da vez seria trabalhar no único colégio urbano do município (Colégio Professor Gabriel Rosa) com ensino médio. Turmas nada homogêneas, com realidades socioculturais distintas, sem interesse pelo conteúdo relacionado a política. Mediante práticas metodológicas desenvolvidas em parceria com órgãos municipais, estaduais

e nacionais, este trabalho questiona a pertinência de tais projetos.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste em uma análise das experiências de estudantes na disciplina de Sociologia, no ensino médio, no Colégio Estadual Professor Gabriel Rosa, em Curiúva-PR,¹ no período de 2010 a 2019. Também estuda, se as práticas e as intervenções didáticas contribuíram para que os estudantes compreendessem como funciona a Democracia Representativa no Brasil e os elementos que a compõem, assim como a sua relação com os conceitos de cidadania, direitos e desigualdade social. Pretende refletir sobre essas práticas escolares, aprofundando nas análises sobre os “produtos” do ensino de Sociologia.

A Sociologia está em constante busca de analisar e compreender os mecanismos e os processos sociais pelos quais se estrutura a vida social. Empenha-se, também, em analisar esses processos sociais à luz das teorias sociológicas, segundo metodologias específicas dessa área do saber. Como ciência humana, reflete sobre as transformações culturais, políticas e socioeconômicas ocorridas, principalmente, após a Revolução Industrial e a consolidação do capitalismo.

Como componente das Ciências Humanas, tem como peculiaridade, em sua constituição, um conjunto de ideias e de teorias, muitas vezes, marcadas por conflitos, que, não raro, ultrapassam os limites da ciência, esta que é envolta por correntes ideológicas, buscando, assim, compreender as relações entre os seres humanos e as consequências de seus atos.

Cabe ao sociólogo (ser social inserido em um contexto social que, muitas vezes, é seu objeto de análise), com suas posições políticas e ideológicas, buscar compreender os fenômenos sociais, transformando o que é comum e cotidiano em objeto científico. É esse processo de análise da vida social – está transformada, à luz das teorias, em objeto – que produzirá um conhecimento científico sobre a realidade em foco. Tal conhecimento permitirá, por sua vez, superar as ideias superficiais predominantes, o senso comum, que é prejudicial para a compreensão dos fenômenos sociais em profundidade. As Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná (PARANÁ, 2013), ao apresentar a disciplina de Sociologia, ressalta a análise que ela faz da sociedade e das relações que os indivíduos estabelecem na sociedade, tendo como prioridade fazer com que esses

¹ Município localizado no interior do Paraná, entre os municípios de Ponta Grossa e Telêmaco Borba, a Noroeste da capital do estado, com aproximadamente 15.000 habitantes

compreendam o sentido de suas ações no contexto social em que está inserido, sendo essa a sua maior tarefa.

A disciplina de Sociologia, em sua especificidade, contribui para a formação do raciocínio crítico do indivíduo, tanto em relação a questões individuais quanto a questões de ordem social, no que diz respeito ao processo de estranhamento e de desnaturalização de situações cotidianas reais.

Apropriando-se de todo o conhecimento científico acumulado pela Sociologia, pela Antropologia e pela Ciência Política ao longo dos séculos, o ensino de Sociologia no ensino médio constitui um espaço bastante significativo de estudo desses conteúdos. Objetiva capacitar o estudante para ter uma visão mais apurada, cuidadosa e científica da realidade social que o cerca. Com os conteúdos trabalhados na disciplina de Sociologia, esse estudante poderá dispor de ferramentas de análise que lhe permitam superar a visão do senso comum predominante a partir da compreensão das imbricadas teias de fatos e de acontecimentos que se relacionam ao seu cotidiano.

Nesse contexto, no ensino médio, as atividades realizadas nas aulas de Sociologia têm sido cada vez mais problematizadas, considerando-se a necessidade de constituir estratégias metodológicas e avaliativas específicas para esse conteúdo escolar. Sabe-se que há uma prática ainda comum entre os professores de Sociologia do ensino médio, a qual é chamada de “transposição de conteúdos e práticas de ensino do nível superior [...] para o nível médio” (BRASIL, 2006, p. 108), o que dificulta significativamente a compreensão dos conteúdos por parte dos estudantes de nível médio. Sendo assim, torna-se imprescindível uma *mediação pedagógica* adequada, de modo a ser enfatizado o papel do professor por um viés profissional, para que ele seja visto como um educador que considera as especificidades que caracterizam cada nível de ensino: o público adolescente, os contextos em que as escolas estão inseridas, entre outras coisas.

Diante disso, este trabalho pretende analisar como as práticas metodológicas e os conteúdos da disciplina de Sociologia contribuem para que os estudantes do Colégio Estadual Professor Gabriel Rosa se mobilizam para compreender como funciona e quais os elementos que compõem a Democracia Representativa no Brasil, assim como sua relação com os conceitos de cidadania, direitos e desigualdade social. Com os relatos e a pesquisa quantitativa aplicada aos estudantes envolvidos nas atividades desenvolvidas, busca-se identificar como elas contribuem, ou não, para

a desconstrução do imaginário coletivo, principalmente no que diz respeito aos conteúdos estruturantes e básicos relacionados à Democracia Representativa no Brasil, isto é, a cidadania e a conquista e manutenção de direitos, ou a sua ausência.

Essas atividades se fundamentam em teorias apresentadas no decorrer do trabalho e foram desenvolvidas em parceria com projetos dos governos federais, estaduais e municipais, com as disciplinas de Química e Biologia. Trata-se do Câmara Mirim (inspirou a parceria com os demais projetos) Geração Atitude, nos quais os estudantes, após trabalharem com o conceito de democracia e de cidadania, elaboraram um projeto de lei (encaminhado aos representantes da Câmara dos Deputados e Ministério Público do Paraná), e do Parlamento Jovem, no qual vivenciaram como funciona um processo eleitoral. Além de uma atividade desenvolvida em parceria com as disciplinas de Biologia e de Química que pretendeu relacionar o desempenho inadequado da Democracia Representativa no Brasil à ausência de direitos.

O trabalho está dividido em quatro seções que analisam o desenvolvimento das práticas metodológicas desenvolvidas com os estudantes do Colégio Professor Gabriel Rosa na disciplina de Sociologia. Tem-se o relato das experiências e a análise das práticas pedagógicas utilizadas para aplicação dos conteúdos e esclarecimento de como funciona o Sistema Democrático Representativo no Brasil. Espera-se que, com esses relatos e essas análises, fique demonstrada a importância dos conteúdos da disciplina em foco, tida como referência na condução do entendimento dos mecanismos que constituem a sociedade, a qual é sujeita a modificações, dependendo dos agentes sociais que a compõem. Contribui-se, assim, para a consolidação da disciplina no ensino médio.

2 ENSINO DE SOCIOLOGIA E INSTITUIÇÃO ESCOLAR

2.1 Sociologia e ensino de sociologia na educação básica

Este trabalho traz um relato histórico da implantação da Sociologia como disciplina escolar no Brasil, a fim de situar a pertinência do desenvolvimento desta pesquisa.

A institucionalização da Sociologia no Brasil ocorreu a partir de 1930. Os cursos secundários foram os primeiros a implantá-la como disciplina. De acordo com a Diretrizes Curriculares da Educação Básica (2008, p. 48),

Os cursos secundários abrigaram a disciplina antes da Sociologia ser considerada disciplina acadêmica em cursos do ensino superior. Numa sequência, durante a década de 1930 surgem os cursos de Ciências Sociais, no país: em 1933, na Escola Livre de Sociologia e Política (SP) em 1934, na Universidade de São Paulo em 1935, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná. Esse locus institucional da Sociologia acadêmica é estímulo para a produção do conhecimento e vicejam compêndios didáticos elaborados nesse período, num esforço de sistematização da nova ciência.

Na década de 50 e 60, a disciplina de Sociologia não se efetivou no ensino médio, tornando-se efetiva nos cursos de Ciências Sociais e no currículo de Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. No ensino médio, a disciplina fez-se presente de forma opcional e intermitente. Durante o regime militar (1964-1984), a disciplina foi substituída por Educação Moral e Cívica, por Organização Social e por Política Brasileira e Ensino Religioso.

Em 1996, com a aprovação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n.º 9.394/96, os conteúdos de Sociologia e de Filosofia voltam para os currículos de ensino médio, porém não como disciplinas escolares, apenas como “conteúdos”, o que inviabiliza a implantação de tais disciplinas.

Várias entidades reivindicaram que esses conteúdos fossem incluídos no currículo do ensino médio como disciplinas e, em 2001, o então presidente Fernando Henrique Cardoso, alegando a falta de profissionais qualificados para atender a implantação da disciplina, veta o projeto de lei do deputado Padre Roque (PT-PR), que alterava o artigo 36 da LDB, o qual previa, à época, que a Sociologia e a Filosofia fossem tratadas como disciplinas, contando com conteúdos e professores próprios.

Uma nova luta recomeça e só em 2008 ocorre a alteração do artigo 36 da Lei n.º 9,394/96, o que se dá pela Lei n.º 11684/08. Esta colocava a obrigatoriedade das disciplinas de Filosofia e de Sociologia no ensino médio. Contudo, as escolas eram livres para determinarem as séries e a quantidade de aulas semanais de cada uma dessas disciplinas. No caso do estado do Paraná, a Normativa n.º 015/2006 – SUED/SEED defendia a equidade entre as disciplinas nas terceiras séries em que fossem trabalhadas.

Certas dúvidas, como quais conceitos sociológicos ensinar e como ensinar, qual a delimitação dos conteúdos acessíveis e pertinentes aos estudantes do ensino médio, quais práticas metodológicas utilizar, dificultaram a consolidação da disciplina, favorecendo a sua desvalorização e descontinuidade no currículo escolar.

Tende em vistas esses problemas de implementação e de consolidação da disciplina e considerando-se, ainda, o atual contexto político em que se acha a educação pública do país, acredita-se que esta pesquisa poderá enfatizar as relevantes contribuições do ensino de Sociologia no ensino médio.

Torna-se pertinente uma ressalva quanto às políticas públicas do governo (do ano de 2017, do presidente Michel Miguel Elias Temer Lulia, e o que iniciou em 2019, do atual presidente Jair Messias Bolsonaro) que desconsidera a importância das disciplinas em geral, e da Sociologia em particular, para a formação dos estudantes brasileiros, assim como para a construção de uma sociedade crítica e humanizada.²

A proposta se encontra presente no portal do Ministério da Educação. De acordo com o Portal do MEC:

A Lei nº 13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais (até 2022) e definindo uma nova organização curricular, mais flexível, que contemple uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, os itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. A mudança tem como objetivos garantir a oferta de educação de qualidade a todos os jovens brasileiros e de aproximar as escolas à realidade dos estudantes de hoje, considerando as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade (s/d, s/p).

A Base Nacional Comum Curricular (1996) estabelece as normas, as regras e

² Estamos nos referindo à Lei n.º 13415, de 2017, que reforma o Ensino Médio, e à BNCC, de 2018, que reorganiza o currículo por áreas de conhecimento, enfraquecendo as especificidades das disciplinas, incluindo a Sociologia.

as referências obrigatórias para todas as escolas, ou seja,

É um conjunto de orientações que deverá nortear a (re)elaboração dos currículos de referência das escolas das redes públicas e privadas de ensino de todo o Brasil. A Base trará os conhecimentos essenciais, as competências, habilidades e as aprendizagens pretendidas para crianças e jovens em cada etapa da educação básica (MORAES, 2019, s/p.)

Ainda em relação a obrigatoriedade das disciplinas e ao atual presidente Jair Messias Bolsonaro, eleito em 2018, que afirmou, várias vezes, na mídia, que os estudantes não precisam entender de política, desmerecendo a disciplina de Sociologia, a BNCC não exclui a obrigatoriedade da disciplina no currículo, porém a disciplina poderá não ser ofertada em todos os anos do ensino médio, respeitando os interesses dos, como designa a BNCC, itinerários formativos (conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo) definidos com base nos estudantes e na comunidade escolar. Segundo o Portal do MEC:

Art. 35-A, § 2º [...]a proposta atual da BNCC, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), mobiliza conhecimentos de todos os componentes curriculares em suas competências e habilidades e, portanto, torna seu desenvolvimento obrigatório. Os currículos de referência das redes e os Projetos Pedagógicos das escolas que irão definir a organização e a forma de ensino dos conteúdos e conhecimentos de cada um desses componentes, considerando as particularidades e características de cada região. [...]A LDB inclui, no ensino médio, obrigatoriamente, estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia (s/p).

Tendo em vista a trajetória, a efetivação, a “legitimação” e a implantação da disciplina de Sociologia no ensino médio, um caminho conturbado e inseguro, este trabalho é pertinente, pois pretende refletir e analisar as propostas didáticas utilizadas nas aulas ministradas, assim como a capacidade crítica dos estudantes, enquanto seres sociais, nos seus relatos acerca dos conteúdos da disciplina.

Este trabalho torna-se um registro do que foi possível realizar no período em que a Sociologia era, por força da Lei n.º 11.680, de 2008, obrigatória em todas as séries do ensino médio. No Paraná, houve condições estruturais como a de duas horas aula de Sociologia em cada uma das séries do ensino médio. No que se analisa, aqui, como práticas de ensino de Sociologia, as experiências criadas demonstram como, em condições curriculares favoráveis, muitos saberes, práticas e formação emergem e dão sentido ao ensino da Sociologia e à aprendizagem dos estudantes. A instituição escolar é um ambiente no qual o processo de aprendizagem não se limita a conteúdos formais. Configura um processo de socialização.

2.1 Instituição escolar e socialização

É na sociedade que o homem interage e compreende-se como um ser transformador, criador, portador de necessidades, que busca encontrar o sentido de sua existência, construir a sua identidade e se reconhecer como sujeito atuante na realidade. Nesse processo, a educação institucionalizada teria como tarefa articular o conhecimento elaborado e contribuir para a reflexão dos indivíduos, propiciando a construção de uma sociedade que melhore o respeito à diversidade, de modo que todos exerçam o seu papel de cidadão. Porém, em algumas situações, esse processo não é muito articulado, o que compromete o respeito à diversidade e à construção da cidadania.

Segundo Louro (1997), a escola é composta de espaços e de símbolos que modulam, manipulam e delimitam, controlando e mantendo as posições de cada indivíduo conforme padrões pré-estabelecidos. Apesar disso, segundo a autora, os sujeitos envolvidos não são meramente passivos, ao incorporarem as normas, os padrões, as posturas, as disposições físicas, entre outras coisas, os indivíduos reagem, adaptam-se, recusam, assimilam. Esse processo, vale sublinhar, não acontece sem resistência. Nas palavras da autora,

A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos. O prédio escolar informa a todos a sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos “fazem sentido”, instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos. [...] Por um aprendizado eficaz, continuado e sutil, um ritmo, uma cadência, uma disposição física, uma postura, parecem penetrar nos sujeitos, ao mesmo tempo em que esses reagem e, envolvidos por tais dispositivos e práticas, constituem suas identidades “escolarizadas”. Gestos, movimentos, sentimentos são produzidos no espaço escolar e incorporados por meninos e meninas, tornam-se parte de seus corpos. Ali se aprende o que, a quem e como tocar (ou, na maior parte das vezes, não tocar); fazendo com que tenham algumas habilidades e não outra... E todas essas lições são atravessadas pelas diferenças, elas confirmam e também produzem diferença. Evidentemente, os sujeitos não são passivos receptores de imposições externas. Ativamente eles se envolvem e são envolvidos nessas aprendizagens, reagem, respondem, recusam ou assumem inteiramente (LOURO, 1997, p.58-61).

A autora aponta que os sujeitos não são totalmente passivos em relação às

ações, por vezes impositivas e repressoras, da escola. Diante disso, este trabalho constitui-se como uma possibilidade de realização de uma atividade diferenciada nas aulas da disciplina de Sociologia, de modo a romper com esse caráter controlador.

No desenvolvimento deste estudo, o estudante é considerado como ser social e cultural em construção, como alguém que se mobiliza para aprender, pois precisa satisfazer certas necessidades sociais. Constantemente, ele age, pensa, nomeia, interage e se apropria do mundo.

São pelos conteúdos estruturantes e básicos da disciplina de Sociologia que o estudante é desafiado a buscar o conhecimento e a compreender como funciona a organização e os elementos que compõem a Democracia Representativa no Brasil e sua relação com os conceitos de cidadania, direitos e desigualdade social.

Como ser social, o estudante interioriza o mundo de acordo com a interação que tem consigo mesmo e com o outro, mediante múltiplos processos e numa lógica de sujeito. Essa lógica e a curiosidade pelo saber ocorrem nas diversas sociedades humanas, desde os seus primórdios. De acordo com Levi Strauss (1989, p. 31),

[...] uma vontade de conhecer pelo prazer de conhecer, pois uma pequena fração das observações e experiências (sobre as quais é preciso supor que tenham sido inspiradas antes e sobretudo pelo gosto do saber) podia fornecer resultados práticos e imediatamente utilizáveis [...] O homem do neolítico ou da proto-história foi, portanto, o herdeiro de uma longa tradição científica.

A instituição escolar é parte de um importante processo de socialização, que é um processo contínuo na vida dos seres humanos, possibilitando o compartilhamento de valores, regras e normas comuns. Esse processo de socialização ocorre por meio de instituições sociais vinculadas aos contextos históricos e molda o sujeito de tal forma que ele aja segundo aspectos históricos, econômicos, políticos e culturais do lugar em que está inserido, expressando, contudo, a sua personalidade e reagindo quando não concorda com as normas e os valores estabelecidos por essa sociedade. Por isso, é importante que o educador faça, na medida do possível, um diagnóstico dos estudantes que irá ensinar, percebendo quais são as suas disposições para o aprendizado, quais metodologias favorecem esse processo, como o contexto social do estudante pode contribuir para a reflexão sobre os conteúdos e como o aprendizado pode ajudá-lo a atuar na realidade em que vive.

Cabe, ao professor, utilizar os conhecimentos prévios dos estudantes, os quais, muitas vezes, aparecem fragmentados, mas precisam ser agregados. Segundo Torres

(2007, p. 65),

[...] o processo ensino-aprendizagem não está mais centrado na figura do professor e o aluno exerce nele papel fundamental. O professor atua na criação de contextos e ambientes adequados para que o aluno possa desenvolver suas habilidades sociais cognitivas de modo criativo, na interação com outrem.

Estudar o comportamento do indivíduo e as suas variações singulares, as suas disposições, o modo como se comporta em determinadas situações sociais e qual a sua interpretação do mundo social pode ser o caminho para o entendimento de como ele busca o saber.

Neste trabalho, o investigador se propõe a ouvir aqueles que, majoritariamente, constituem a escola, para que, a partir das informações obtidas, em parceria com os envolvidos, encontre respostas para as diversas situações da instituição escolar.

Sendo assim, este trabalho consiste em problematizar as experiências dos estudantes do ensino médio do Colégio Estadual Professor Gabriel Rosa, na disciplina de Sociologia, analisando se as práticas e intervenções didáticas contribuem para que os estudantes compreendam como funciona a organização e os elementos que compõem a Democracia Representativa no Brasil, assim como a sua relação com os conceitos de cidadania, direitos e desigualdade social.

A desigualdade social encontra-se contextualizada pelos estudantes do Colégio Gabriel Rosa, perceptível na ausência de direitos (materializada, principalmente, nas precárias estruturas da escola e da cidade). As atividades propostas têm a intenção de que o estudante identifique, questione e desnaturalize a realidade que os cerca. Pretende-se, portanto, analisar especificamente as experiências de estudantes que vivenciaram práticas como sujeito de direitos, de conhecimento, de ações concretas relacionadas às instituições políticas, procurando dimensionar o alcance das ações realizadas.

O trabalho vem ao encontro das expectativas e experiências como professora de Sociologia, já que, ao analisar as práticas pedagógicas e o seu resultado, tem-se a pretensão de compreender como os estudantes se apropriam, ou não, do conteúdo desenvolvido durante as aulas.

A preocupação em analisar como os estudantes percebem, por meio dos conteúdos e práticas didáticas, a função, a organização e os elementos que compõem a Democracia Representativa no Brasil e a sua relação com os conceitos de cidadania, direitos e desigualdade social, ocorreu em uma aula em que os conteúdos discutidos

estavam relacionados à instituição escolar, sendo abordado como a escola se organizou e se constituiu na forma em que se encontra no momento e qual o seu papel perante a sociedade, como ocorrem as relações sociais inseridas na instituição escolar, a questão da violência escolar etc. Isso desencadeou as parcerias que serão descritas no decorrer deste trabalho.

2.3 O Colégio Estadual Professor Gabriel Rosa, Curiúva - PR

O histórico a seguir pode ser encontrado no Projeto Político Pedagógico (PPP) do Colégio (PARANÁ, 2008). Ele permite traçar um perfil dos estudantes que ali se encontravam na data de realização deste estudo.

O Colégio Estadual Professor Gabriel Rosa – ensino fundamental e médio é um estabelecimento da rede pública estadual (único colégio de ensino médio do município), portanto, todos os estudantes da cidade, ao concluírem o ensino fundamental, são matriculados nesse estabelecimento.

O Colégio foi fundado em 10 de setembro de 1950 e iniciou as suas atividades em 13 de outubro do mesmo ano. Da fundação até 1966, o nome era Grupo Escolar de Curiúva. A partir de 1967, passou a denominar Grupo Escolar Professor Gabriel Rosa, até 1982. Em 1983, o segundo grau foi unido ao primeiro. Assim, o Grupo Escolar Professor Gabriel Rosa passou a chamar Colégio Estadual Professor Gabriel Rosa – Ensino de 1º e 2º graus. Com a municipalização do ensino de 1ª a 4ª série, chamado hoje de ensino fundamental, pela Resolução Secretarial n.º 130, de 30 de dezembro de 1992, o estabelecimento passou a denominar Colégio Estadual Professor Gabriel Rosa - Ensino de 2º Grau, oferecendo as habilitações Educação Geral e Magistério, com autorização de funcionamento n.º 3.559, de 21 de maio de 1984, e n.º 763, de 26 de março de 1998, respectivamente. A partir de 1998, o Colégio passou a ter o nome atual, Colégio Estadual Professor Gabriel Rosa – ensino fundamental e médio, de acordo com a Lei n.º 9694, funcionando em dois turnos: matutino e noturno. Em 2004, foi implantado, de forma gradativa, o ensino fundamental no período da tarde, sendo que, no momento, esse estabelecimento funciona em três turnos (PARANÁ, 2008).

O patrono da escola é o senhor Gabriel Arcanjo de Oliveira Rosa, nascido em 18 de março de 1874, na cidade de São Paulo, filho de Caetano Tibúrcio de Oliveira Rosa e de Maria das Dores de Oliveira Rosa. Após concluir seus estudos e transferir-

se para Pirai do Sul, trabalhou em outras cidades do Paraná até começar a dedicar-se ao Magistério, a partir de 1908, como professor particular de diversas famílias de fazendeiros. Sua formação era para as séries iniciais do ensino fundamental. Nas séries iniciais do ensino fundamental, prosseguiu lecionando durante 14 anos, trabalhando entre os municípios de Jaguariaíva e de Castro, residindo, alternadamente, nos bairros de Água Branca e de Guararema. No ano de 1922, foi nomeado prof. estadual do antigo distrito de Caeté, hoje município de Curiúva, onde permaneceu com suas atividades (PARANÁ, 2008).

Pertencendo ao Núcleo Regional de Educação de Telêmaco Borba, mantido pela Secretaria Estadual de Educação,³ o Colégio Estadual Professor Gabriel Rosa – ensino fundamental e médio localiza-se no Município de Curiúva - PR. O Colégio oferece cursos de Educação Básica, do 6º ao 9º ano, no período vespertino; ensino médio, nos períodos matutino e noturno; Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (Celem), no período vespertino; e atividades complementares no contraturno. Grande parte dos estudantes reside na zona rural e possui subemprego. De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PARANÁ, 2008, p.5),

Grande parte dos estudantes vem da zona rural e possui subemprego, desestimulados pela falta de perspectiva. Eles se preocupam muito com o desemprego, violência, fome, poucos se preocupam com a situação política. Não há incentivo para nossos jovens na área de lazer, cultura e desportos, sendo que os adolescentes frequentam bares e lanchonetes como fonte de divertimento, muitas vezes deixando de frequentar a escola para ficar lugares, pois lá há música e bebida.

Faz-se importante destacar o que os estudantes pensam a respeito da instituição. De acordo com o Projeto Político Pedagógico (2008, p.16),

Os que os estudantes esperam da escola? Eles entendem as dificuldades e mudanças porque passa o sistema e também o professor. Gostam muito do ambiente escolar, mas acham que alguns professores, apesar de terem domínio do conteúdo, ainda não se deram conta que isto não é suficiente, que eles deveriam ser mais ativos e dinâmicos, que suas aulas deveriam ser mais interessantes e animadas, que o professor não pode ficar somente trabalhando conteúdos, deve trabalhar com assuntos diversificados e também com aulas extraclasse.

O Colégio é o único com ensino médio na cidade, atende a um total de 658 alunos. No período matutino e noturno, os estudantes do ensino médio somam 396 (17 também matriculados no curso de Espanhol). No turno vespertino, 206 (23

³ SEED-PR, organiza-se por Núcleos Regionais, totalizando 32 núcleos de educação.

participam do Projeto de Treinamento Físico e 16 do Projeto Mais Aprendizado, ministrado na sala dos professores). A instituição conta com uma estrutura física limitada e precária: oito salas de aula, sendo que uma é dividida ao meio por armários, utilizada como sala de aula e biblioteca. A biblioteca possui um acervo de livros considerável, tanto para os estudantes como para os professores, incluindo oito computadores amarelos⁴ para os estudantes e um computador para a bibliotecária. Uma sala com quatro computadores para os professores e uma sala para duas pedagogas com dois computadores e uma impressora. A sala da secretaria contém quatro computadores e três impressoras. A sala da direção tem um computador. Existe uma cozinha, porém, não há refeitório para os estudantes, que se sentam no chão do pátio para comer. O Colégio possui 35 docentes e 14 funcionários. Em relação aos equipamentos disponíveis: 33 notebooks para os alunos e um para o professor, três televisores, dois data show, um rádio, uma lousa de multimídia (nunca foi utilizada, dado que não há um espaço adequado para a sua instalação) e uma caixa de amplificador. Muitos desses equipamentos foram comprados por meio de promoções e de rifas. Não há laboratórios de Química, de Física e de Biologia, dificultando a realização das aulas práticas dessas disciplinas. As atividades de Educação Física são realizadas no Ginásio de Esportes cedido pelo município. Os problemas de falta de estrutura física são antigos e constam descritos no Projeto Político Pedagógico (PARANÁ, 2008, p.12),

As necessidades não são somente materiais. A falta de espaço físico dificulta um pouco o trabalho, mas não nos impede de mesmo que muitas vezes precariamente. [...] Possuímos uma quadra sem a metragem correta e que precisa ser terminada, pois ela não tem cobertura para as aulas de Educação Física, refeitório para os estudantes, laboratório de Química/ Física e principalmente de orientação/ capacitação quanto ao uso de laboratório de informática. Atualmente, a organização da escola, precisa de mais salas para ser realizados trabalhos com materiais que o governo manda e com pouco espaço fica difícil ser realizados as atividades que os professores têm interesse em realizar com os estudantes.

A Direção do Colégio e os estudantes do 3º ano do ensino médio de 2012 protocolaram, junto ao Ministério Público, um pedido solicitando as reformas necessárias. O projeto de reforma foi aprovado pela Secretaria de Estado da Educação, mas o recurso financeiro é liberado por etapas, de modo que algumas reformas vêm ocorrendo desde 2017. A verba para a construção de duas salas de

⁴ Governo de Roberto Requião de Mello e Silva 2003-2006.

aula, muito necessárias para o atendimento da demanda, foi aprovada, contudo, não foi liberada, comprometendo o que seria uma estrutura física adequada para uma educação que não poderíamos classificar como de qualidade, mas que atenderia, ao menos, as necessidades mínimas dos estudantes.

Tendo em vista as situações abordadas, as quais, nitidamente, caracterizam uma educação precária, que se adapta às condições apresentadas, os pais dos estudantes valorizam e acreditam na instituição. De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PARANÁ, 2008, p.11),

Os pais consideram o ensino bom e que eles devem participar mais das atividades, mas acham que a escola é que deve se preocupar com a indisciplina dos estudantes, punindo da maneira que achar necessário, inclusive achando que a disciplina imposta pela escola deve ser bem rígida, cobrando o uso do uniforme e rigor no horário. Os pais dos alunos do turno da manhã, que moram na zona rural estão na mesma proporção dos que moram na zona urbana, a maioria tem casa própria e a renda salarial média, o grau de escolaridade desses pais é em sua maioria o 1º grau. Eles se preocupam com a vida escolar dos filhos, pois querem que estes tenham um futuro melhor, mas não gostam de participar das atividades da escola. Já no turno vespertino e noturno, a renda salarial é mais baixa, o grau de escolaridade é o 1º grau, tendo muitos pais analfabetos. Sendo que não se preocupam muito com o rendimento escolar dos filhos, não comparecem a reuniões, muitos por considerarem que os mesmos são adultos e já respondem por si.

Os pais apostam na educação como um caminho que levará seus filhos a uma ascensão social que fornecerá melhores alternativas e condições de vida.

O Colégio se preocupa com a inclusão de portadores de necessidades especiais: cadeirantes e pessoas com déficit de atenção ou intelectual. No entanto, apesar da preocupação em atendê-los, a instituição é forçada a se limitar ao que já foi abordado, não oferecendo uma estrutura física adequada (tais como banheiros adequados, sala de recursos e recursos humanos). Para que se pudesse atender à necessidade imediata de um estudante cadeirante, foi feita uma adaptação no banheiro dos professores, que passou a ser utilizado por professores, professoras e o estudante cadeirante, coletivamente. De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PARANÁ, 2008, p.28),

A inclusão é um paradigma em discussão na área educacional e faz parte da tentativa de adequar a escola às necessidades de uma sociedade exigente no que se refere à igualdade de oportunidades e veloz em suas mudanças e inovações. Devemos priorizar unidades de conteúdo, tipos de conteúdo, adaptação e modificação do nível de complexidade das atividades, modificação da seleção dos materiais previstos. Não ofertamos atendimento especializado para estudantes

com necessidades especiais não temos materiais nem mão de obra especializada para esse trabalho, pretendemos, mas não temos espaço suficiente, no momento para desenvolver esse trabalho. A partir dessa realidade e mediante os questionamentos referentes à sua forma de atuação, a escola reconhece a urgência de transformação curricular quanto aos conteúdos, às atividades de ensino-aprendizagem, recursos materiais, equipamentos e avaliação utilizada. Nesse sentido, se incluem também a capacidade e a prática num universo diversificado que requer reflexão, flexibilidade e atualização contínua. (...) A inclusão está amparada pela LDB 9.394/96, onde o Art. 59 prevê: Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização especificam, para atender às suas necessidades. E a Resolução CNE/CEB Nº 02/2001, prevê no Art. 8º As escolas da rede regular de ensino devem prever na organização de suas classes comuns: III – flexibilização e adaptações curriculares, que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória.

Conforme descrito, a inclusão, amparada pela lei, deveria assegurar aos estudantes, portadores ou não de necessidades especiais, condições mínimas, sejam elas didáticas ou de recursos materiais, humanos e físicos. Apesar da boa vontade da direção da escola, da equipe pedagógica e do corpo docente, sem os requisitos mínimos, o desenvolvimento da prática docente fica limitado. Pode-se dizer que uma educação de qualidade só será concretizada quando houver, de fato, uma parceria entre governo, comunidade escolar e estudantes, e quando todos estiverem comprometidos com o ensino.

A responsabilidade pela oferta de uma educação de qualidade não pode se limitar à figura do professor, principalmente no que diz respeito à inclusão escolar. Se o aluno portador de necessidades especiais não tiver os recursos físicos, humanos e didáticos adequados, a escola não será uma “porta” para a inclusão, mas para a exclusão social. A metodologia e as práticas pedagógicas foram, então, desenvolvidas em consideração à ausência de direitos, objetivando que os estudantes, conjuntamente, concebam-nos.

O Núcleo Regional de Telêmaco Borba é composto de sete município: Curiúva, Imbaú, Ortigueira, Reserva, Sapopema, Telêmaco Borba e Ventania.

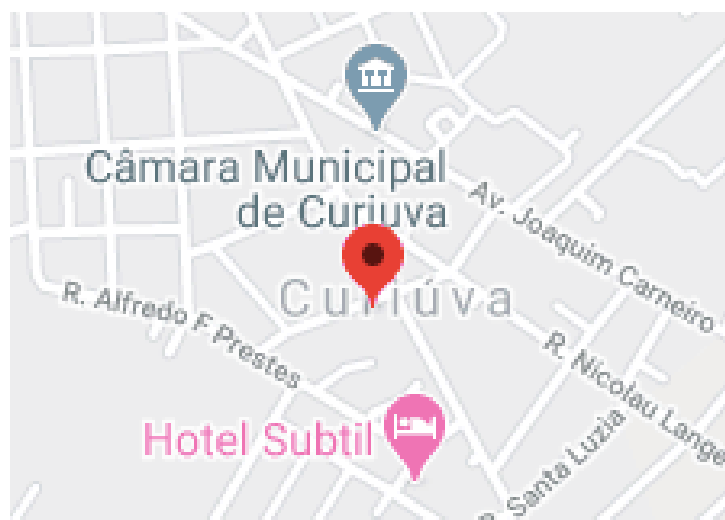
Imagem 1 – Localização do Município de Curiúva - PR:



Fonte: <https://www.ferias.tur.br/fotos/6016/curiuva-pr.html>. Mar./2020.

Os mapas representam a localização do município de Curiúva e, a seguir, pode-se ver a localização do Colégio Professor Gabriel Rosa – ensino fundamental e médio, que recebeu as práticas didáticas e pedagógicas.

Imagem 2 – Localização do Colégio Professor Gabriel Rosa – ensino fundamental e médio, no município de Curiúva - PR



Fonte: <https://www.google.com/maps/place/Colegio+Estadual+Professor+Gabriel+Rosa/@-24.0376053,-50.4568786,15z/data=!4m5!3m4!1s0x0:0xbde39574397bbaa1!8m2!3d-24.0376053!4d-50.4568786>. Mar./2020.

2.4 Encaminhamentos metodológicos da pesquisa

Neste trabalho, pretende-se analisar como a metodologia desenvolvida para o ensino da disciplina de Sociologia contribui para que estudantes do Colégio Estadual

Professor Gabriel Rosa se mobilizam para compreender como funciona a organização e os elementos que compõem a Democracia Representativa no Brasil, assim como sua relação com os conceitos de cidadania, direitos e desigualdade social. Desse modo, para manter a objetividade da pesquisa, faz-se necessária a vigilância epistemológica durante a realização do estudo do fenômeno social. Separar opiniões, conceitos e, muitas vezes, preconceitos em relação ao objeto de estudo garantem a objetividade e cientificidade aos resultados.

A análise de uma realidade familiar não configura tarefa fácil. Isso já é verdade em se tratando de fenômenos comuns que afetam a sociedade. Quanto à análise da própria atividade desenvolvida pela docente, o cuidado deve ser redobrado, devendo ser levado rigorosamente em conta as advertências de Pierre Bourdieu em *A profissão de Sociólogo* (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999). Nessa obra, ele ressalta a importância da posição ocupada por esse profissional e fala da sua relação com o objeto de estudo, de modo a ser assegurada a fundamentação da Sociologia como Ciência. Segundo Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1999), é importante que o sociólogo esteja atento aos “perigos epistemológicos”, com destaque para o empirismo, visto por ele como um dos mais perigosos.

Se, em Sociologia, o empirismo ocupa, aqui e agora, o topo da hierarquia dos perigos epistemológicos, tal situação não se deve somente à natureza particular do objeto sociológico como sujeito que propõe a interpretação verbal de suas próprias condutas, mas também às condições históricas e sociais em que se realiza a prática sociológica (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999, p. 87).

Em virtude de seu significativo envolvimento com a vida social, o pesquisador está constantemente sujeito às armadilhas do etnocentrismo, as quais, segundo Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1999), dificultam a objetividade nos estudos sociológicos. Por isso, exige-se do pesquisador constante vigilância epistemológica.

[...] com efeito, ao se ignorar como sujeito culto de uma cultura particular e ao não subordinar toda a sua prática a um questionamento contínuo em relação a esse enraizamento, o sociólogo (mais do que o etnólogo) é vulnerável à ilusão da evidência imediata ou à tentação de universalizar, inconscientemente, uma experiência singular. No entanto, as advertências contra o etnocentrismo têm pouco peso se elas não forem, incessantemente, reavivadas e reinterpretadas pela vigilância epistemológica (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999, p. 91-92).

Após todos esses esclarecimentos necessários acerca da análise da própria realidade, serão apresentadas, a seguir, as primeiras informações relevantes sobre o contexto em que as atividades foram realizadas, a fim de situar histórica e socialmente

os envolvidos – os estudantes e a professora. Vale ressaltar que a pesquisa foi realizada com estudantes de níveis educacionais distintos, isto é, com estudantes egressos e com estudantes que participaram de práticas didáticas pedagógicas no período de 2011 a 2019, assim como egressos dos anos de 2011 a 2017 e aqueles que ingressaram no ensino médio em 2017 e concluíram o curso em 2019.

Nesta pesquisa, serão analisados 13 relatos de estudantes, dentre os quais um é de um egresso e dois de professoras envolvidas no Projeto Câmara Mirim.⁵ Os trabalhos foram produzidos e o questionário foi respondido por estudantes (sujeitos do conhecimento) do Colégio Professor Gabriel Rosa, pertencentes a turmas e séries do ensino médio dos anos de 2017, 2018 e 2019, incluindo estudantes egressos (2011 a 2017), participantes das aulas da disciplina de Sociologia, em parceria com o Programa Federal Missão Pedagógica, Geração Atitude e Parlamento Jovem, e em apoio, também, das disciplinas de Química e de Biologia, no que se refere a conteúdos relacionados à disciplina de Sociologia. O relato de egressos encontra-se na participação do Câmara Mirim. Os relatos foram colhidos em janeiro de 2020.

No término do desenvolvimento das atividades realizadas nas aulas de Sociologia, os estudantes foram incentivados a responder algumas questões de autocrítica. O intuito disso foi colher informações a respeito da minha prática didática. Essas questões foram anotadas em um caderno, utilizado como diário escolar.⁶ Aos estudantes que mais participaram da avaliação das aulas de Sociologia (avaliação informal), foi solicitado que seguissem como orientação as questões que serão apresentadas a seguir e as transformassem em relatos – estes permitiram a entrevista por questões fechadas, pois complementaram a análise das metodologias aplicadas – que apresenta dois momentos diferentes: a avaliação da prática didática e a conclusão sobre se tais práticas propiciaram a compreensão dos elementos que compõem a Democracia Representativa no Brasil e a sua relação com os conceitos de cidadania, direitos e desigualdade social.

Os relatos permitiram, em torno das questões levantadas para os estudantes, analisar determinados aspectos das práticas pedagógicas: os conteúdos trabalhados

⁵ O Câmara Mirim é uma ação educativa promovida pelo Plenarinho (departamento da Câmara dos Deputados Federais), que simula a atividade legislativa, abrangendo desde a elaboração de projeto até a votação em comissões da Câmara e no Plenário. Estudantes do ensino fundamental fazem o papel de deputados mirins e apresentam, debatem e votam três projetos de lei selecionados entre os que foram enviados pelas crianças.

⁶ Composto de 20 planos de aula descritos diariamente, os quais utilizei durante o ano letivo de 2019.

permitiram compreender como funciona a democracia representativa no Brasil? Você percebe a importância da participação política como garantia de direitos? A metodologia aplicada em parceria com os projetos Geração Atitude⁷ e Parlamento Jovem⁸ facilitaram a compreensão do processo democrático no Brasil? Relate como foi a sua participação nas aulas de Sociologia; A compreensão dos conteúdos trabalhados permitiu perceber que a não participação política pode resultar em ausência ou em perda de direitos?

A autocrítica se dava durante o momento que a estudante Flávia Higino, que concluiu o ensino médio em 2019, atualmente aluna do curso de Agronomia da Universidade Norte do Paraná (Unopar), denominou de debate:

As aulas de Sociologia, durante a minha caminhada no Ensino Médio, me ajudaram muito e me ajuda até hoje, pois foi um ensinamento esclarecedor e importante para compreender meus direitos e deveres perante a sociedade, e isso levarei para minha vida.

Durante as aulas de Sociologia, teve um projeto: Parlamento Jovem (realizado de março a dezembro de 2019), onde os alunos tiveram o direito de votar em quem eles gostariam que os representassem. Não foi considerado menos importante, porque foi na escola e votaríamos em alunos, portanto ela nos aconselhou para que o nosso voto fosse consciente mesmo assim.

Aprendemos sobre o que cada poder representava na sociedade e quem são seus membros.

Ao decorrer de cada aula, havia um tempo de debates entre os alunos e também usado para tirar as dúvidas.

Foram aulas produtivas e cheias de conhecimentos repassados dela para nós, onde aprendemos nossos direitos e deveres como cidadãos, para colocarmos em prática durante a vida (FLÁVIA HIGINO, janeiro 2020).

Os relatos nortearam a elaboração de novas questões fechadas para a realização da pesquisa quantitativa. Segundo Parizot (2017, p. 91), “as questões fechadas, que demandam pesquisado sua (ou suas) resposta (s), optando, dentre as modalidades predefinidas”. Esse tipo de recurso foi permitido a este estudo, pois os estudantes entrevistados estavam inseridos no contexto de práticas pedagógicas em análise. O aplicativo Formulário Google (Apêndice B) foi encaminhado aos estudantes pelas redes sociais.

A realização da pesquisa quantitativa por intermédio das redes sociais foi

⁷ Programa que possui o objetivo de apoiar a formação cidadã de estudantes paranaenses, promovendo a cidadania, a participação política e o protagonismo juvenil. Foi desenvolvido pela Assembleia Legislativa do Paraná em parceria com o Ministério Público do Paraná. O Programa tem o apoio da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte.

⁸ Projeto Municipal em parceria com o Foro Eleitoral. Seu objetivo é promover uma vivência do processo eleitoral.

empregue na perspectiva que, assim, a pesquisa seria mais fidedigna, pois os estudantes não se sentiram coagidos a responder as questões (até mesmo com a presença da professora). O link estava aberto para quem se sentisse à vontade para responder.

Interrogar-nos-emos, portanto, sistematicamente, sobre o lugar e condições da realização da coleta de dados mais apropriadas para facilitar a aceitação da pesquisa, para transmitir confiança à pessoa e suscitar respostas sinceras. O mesmo vale para a intervenção ou não de um pesquisador (PARIZOT, 2017, p. 88).

A pesquisa quantitativa com questões fechadas permite a obtenção de respostas para o levantamento de problemas para este trabalho, isto é, a análise da prática docente e da mobilização dos estudantes para compreender, pelos conteúdos de Sociologia, como funciona a organização e os elementos que compõem a Democracia Representativa no Brasil, assim como a sua relação com os conceitos de cidadania, direitos e desigualdade social.

Para que se pudesse analisar se tais práticas alcançaram os objetivos propostos, o questionário foi focado nas informações pessoais dos estudantes (nome e idade), contendo, também, questões fechadas sobre a compreensão em relação aos elementos que compõem a Democracia Representativa no Brasil e sua relação com conceitos de política, direito e cidadania, sem falar da análise das metodologias aplicadas em parceria com os Projetos de Câmara Mirim, Geração Atitude, Parlamento Jovem e com as disciplinas de Química e de Biologia.

O Projeto Câmara Mirim, desenvolvido pelo Plenarinho, departamento da Câmara dos Deputados Federais, oferece aos estudantes do ensino fundamental uma experiência como Deputados Mirins. O estudante elabora um projeto de lei e, se selecionado, defende-o em uma Sessão Plenária da Câmara (simulada pelo Plenarinho), em Brasília. Se for do interesse de um deputado, o projeto passa a ser defendido realmente, podendo virar lei. O Projeto Câmara Mirim inspirou a parceria com os Projetos Geração Atitude e com o Parlamento Jovem, voltados para o ensino médio.

Já o Projeto Geração Atitude é de âmbito estadual, permite que o estudante do ensino médio experimente como é ser deputado e aprenda a elaborar um projeto de lei que poderá ou não ser selecionado pela Câmara dos Deputados. Tem por objetivo despertar o interesse dos jovens por cidadania, democracia, política, eleições, voto consciente e pelo funcionamento do Ministério Público e dos Poderes Judiciário,

Executivo e Legislativo.

O Projeto Parlamento Jovem, de âmbito municipal, simula o processo eleitoral (formação de partidos, escolha de um candidato ao cargo de vereador, discussão e apresentação de propostas eleitorais, campanha eleitoral, preparação de mesários e utilização das urnas eletrônicas), abrangendo a abordagem de temas propostos pelos demais projetos (Câmara Mirim e Geração Atitude), em articulação com os conteúdos da disciplina de Sociologia.

A parceria com as disciplinas de Química e de Biologia deve-se à complementação das atividades desenvolvidas, uma vez que foram tratados temas da cidadania e da democracia representativa.

A ênfase foi dada especificamente à Democracia Representativa do Estado brasileiro e à função dos três poderes, responsáveis pela elaboração e pela fiscalização das leis, assim como pela garantia de direitos cidadãos. Quando os cidadãos e seus direitos não são representados, tem-se a ausência de direitos. Foram entrevistados 109 estudantes, dentre estes, dois participaram da aula de Sociologia que resultou no projeto Macro Campo: Enfrentamento a Violência. Tem-se a inclusão, ainda, de 13 egressos, sendo que cinco destes também participaram do Câmara Mirim em Brasília. Os estudantes restantes participaram das demais parcerias.

Faz-se necessário esclarecer que as parcerias foram firmadas a partir de uma atividade proposta por estudantes em 2010, a qual resultou em um projeto de contra turno designado “Enfrentamento à violência”. Este permitiu que os estudantes do ensino fundamental participassem do Projeto Federal Câmara Mirim, iniciando as demais parcerias. Alguns continuaram alunos na disciplina de Sociologia e contribuíram para a realização desta pesquisa.

3 REFLETINDO SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA

O professor encontra-se em permanente busca por caminhos que facilitem o processo de ensino-aprendizagem e que melhorem a sua relação com o estudante. Almeja métodos que despertem o interesse do aluno para um conhecimento que, compreendido e apreendido, contribui para torná-lo autônomo na resolução de seus problemas como sujeito social.

A busca por práticas didáticas que melhorem o processo de ensino-aprendizado, assim como entender a juventude, é uma preocupação diária da maioria dos docentes, e muito discutida. Numa entrevista realizada com o professor Marco André Cernev durante o curso de Mestrado Profissional de Sociologia – Teoria das Ciências Sociais 2, tem-se trechos de reflexão em torno das condutas que podem aproximar o professor do estudante. Durante a entrevista, o professor demonstra preocupações com a busca de caminhos que permitam uma relação de proximidade com o estudante, de modo que a empatia se torna eficaz para a compreensão da lógica do estudante. As perguntas propostas para a entrevista (disponibilizada pela professora da disciplina) resultaram, também, em uma autocrítica das abordagens dos conteúdos e em uma reflexão sobre a relação com o aluno.

Com o exercício diário da autocrítica, pode-se observar os pontos positivos e negativos das práticas pedagógicas, no que diz respeito ao seu melhoramento, ou seja, no tocante ao relacionamento com o estudante e à sua forma de ver o mundo, ao estímulo para o aprendizado. Objetivando sempre tornar esse processo mais eficaz mesmo sem recursos tecnológicos. Segundo o professor, pode-se, mesmo sob certas limitações, alcançar os objetivos de ensino, sendo falsa a ideia de que a aula atrativa está relacionada com a disponibilidade de maiores recursos didáticos:

Em relação ao modo como eu trabalho é... eu tenho uma característica de geralmente ter um bom relacionamento com meus alunos, sou uma pessoa que tem uma certa facilidade para se comunicar, tem também empatia. Eu tive algumas dificuldades na minha vida acadêmica como aluno, porque eu sempre trabalhei muito, e tinha umas restrições de tempo e de horário, as vezes eu precisava faltar, então meus alunos devem me considerar uma pessoa bem compreensiva, quando eles têm problemas com faltas, por estar trabalhando, alguma coisa assim. Eu sou um professor bastante antiquado (risadas), sou megalomaniaco, tenho muito ciúmes de dividir minha atenção, com outras coisas. Então... eu não sou um professor de usar muitos recursos audiovisuais, eu nunca fui muito de usar o retroprojeto, na época do retroprojeto, também não gosto de trabalhar filmes em sala. Eu gosto de dar as indicações, mas eu mesmo trazer um filme na sala

de aula e dividir minha atenção com a TV é uma coisa que não me agrada muito. Já fiz já, mas faço muito pouco. Geralmente a aula é uma aula mesmo, assim: expositiva, dialogada, debatida, com bastante sugestões de pesquisa. Geralmente eu flexibilizo bastante as oportunidades de avaliação, sugerindo vários temas de pesquisas e... eu tenho uma característica de trabalhar sempre com provas objetivas e de respostas objetivas, com questões que a princípio os alunos tem bastante dificuldade de interpretar, mas eu pego pela mão mesmo, e uma coisa com bastante paciência. Até os relatos de ex-alunos meus, é que sempre vão dizer que juntos aprendeu a ler e escrever, a interpretar e geralmente eles agradecem muito pela disposição mesmo, em resgatar toda a falha de formação anterior e de ensinar a der uma análise mais aprofundada. Eu lembro de uma aluna do curso de biomedicina, que ela falou: "Professor do céu, o senhor está me ensinando a língua portuguesa, eu não sei escrever, não sei nem escrever. Como cheguei aqui?". E realmente eu percebo que tem uma falha muito grande na formação inicial e eu tento trabalhar isso, para permitir, mesmo, uma instrumentalização, para o aluno poder desenvolver depois as análises mais complexas e mais amplas, do que está acontecendo com ele ao redor da sociedade (MARCO ANDRÉ CERNEV, dezembro de 2019).

A entrevista do colega leva a fazer considerações a respeito da relação entre o professor e estudante, posto que coloca em evidência uma inquietação e uma tentativa de forjar caminhos de bom relacionamento, assim como a intenção de desenvolver uma prática pedagógica e didática satisfatória de enfrentamento dos desafios atuais, que contribua para a formação perceptiva e crítica do estudante, por isso a importância de o ouvir.

Geralmente eu fui uma pessoa que sempre ouviu, né!?... os alunos. Mas mesmo assim, conforme a gente foi desenvolvendo os trabalhos, eu percebi, que tinha muito que melhorar, essa questão de compreender aí, a forma como o jovem organiza seu pensamento, isso fez com que eu me aproximasse mais dos meus alunos. Ouvisse, inclusive em algumas questões mais polêmicas, foi bem interessante, eu acho muito pertinente estar ouvindo os jovens [...] (MARCO ANDRÉ CERNEV, dezembro de 2019).

Dialogar com o estudante e também com os colegas de trabalho, analisar quais caminhos estes traçaram, permitindo uma proximidade, indagar como a metodologia aplicada despertou determinada turma para o aprendizado, trocar experiências (considerando a entrevista uma troca de experiência), buscar parceria, fundamentar-se teoricamente em pensadores que busquem dialogar com os estudantes, instigando sua autonomia, respeitando e problematizando seus saberes, foram prioridades na elaboração das práticas pedagógicas descritas neste trabalho.

As práticas didáticas foram também fundamentadas na pedagogia histórico-crítica de Saviani (2005), pois através destas procura-se aplicar uma didática que

combine com uma escola que possa ser transformadora, aliada aos conteúdos estruturantes e básicos da disciplina de Sociologia como um recurso de transformação. Saviani (2005, p. 93),

[...] a educação também interfere sobre a sociedade, podendo contribuir para a sua própria transformação. [...] a passagem da visão crítico-mecanicista, crítico-histórica para uma visão crítico-dialética, portanto histórico-crítica, da educação, é o que queremos traduzir com a expressão pedagogia histórico-crítica. [...] compreender a educação no seu desenvolvimento histórico-objetivo [...] articular uma proposta pedagógica cujo ponto de referência, cujo o compromisso, seja a transformação da sociedade e não sua manutenção, a sua perpetuação. [...] compreender a educação escolar tal como ela se manifesta no presente, mas entendida esta manifestação presente como resultado de um longo processo de transformação histórica.

As contribuições de Paulo Freire, são pertinentes no que diz respeito a responsabilidade em relação a preparação do conteúdo, a mobilização para uma postura ética diante dos mesmos e diante dos conteúdos da disciplina, principalmente no que diz respeito ao âmbito político, assim como procurar estabelecer um diálogo baseado no respeito mútuo. Freire (1996, p. 49)

Ensinar e, enquanto ensino, testemunhar aos alunos o quanto me é fundamental respeitá-los e respeitar-me são tarefas que jamais dicotomizei. Nunca me foi possível separar em dois momentos o ensino dos conteúdos da formação ética dos educandos. A prática docente que não há sem a discente é uma prática inteira. O ensino dos conteúdos implica o testemunho ético do professor. A boniteza da prática docente se compõe do anseio vivo de competência do docente e dos discentes e de seu sonho ético. Não há nesta boniteza lugar para a negação da decência, nem de forma grosseira nem farisaica. Não há lugar para puritanismo. Só há lugar para pureza. Este é outro saber indispensável à prática docente. O saber da impossibilidade de desunir o ensino dos conteúdos da formação ética dos educandos. De separar prática de teoria, autoridade de liberdade, ignorância de saber, respeito ao professor de respeito aos alunos, ensinar de aprender. Nenhum destes termos pode ser mecanicistamente separado, um do outro. Como professor, tanto lido com minha liberdade quanto com minha autoridade em exercício, mas também diretamente com a liberdade dos educandos, que devo respeitar, e com a criação de sua autonomia bem como com os ensaios de construção da autoridade dos educandos. Como professor não me é possível ajudar o educando a superar sua ignorância se não supero permanentemente a minha. Não posso ensinar o que não sei. Mas, este, repito, não é saber de que apenas devo falar e falar com palavras que o vento leva. É saber, pelo contrário, que devo viver concretamente com os educandos. O melhor discurso sobre ele é o exercício de sua prática. É concretamente respeitando o direito do aluno de indagar, de duvidar, de criticar que “falo” desses direitos. A minha pura fala sobre esses direitos a que não corresponda a sua concretização não tem sentido.

Mesmo que, em 2018, ao longo da campanha eleitoral para a presidência do país, a situação possa ter escapado um pouco do controle em alguns momentos (os estudantes se posicionaram na defesa de seus candidatos durante as aulas), procurou-se sempre a manutenção do diálogo, apesar de fervoroso, e do respeito.

Faz-se importante uma contextualização. Durante as eleições de 2018, houve uma divisão radicalizada entre os eleitores de dois candidatos, os do atual presidente Jair Messias Bolsonaro (sem partido) e os do candidato do Partido do Trabalhador (PT), Fernando Haddad. As campanhas foram voltadas para a reação dos eleitores, com ajuda da mídia e das redes sociais. Solidificou-se, segundo Daudt (2018, p. 37): “uma campanha de rejeição: “Ele não”; “Não ao PT”. Esta se adquiriu um caráter ideológico: “Não ao fascismo”; “Não ao comunismo””. Contudo, muitas pessoas, inclusive os estudantes participantes da prática metodológica, não sabiam o significado de fascismo. O que se presenciou foi o “4º poder” atuando nitidamente, isto é, a mídia manipulando o eleitorado. Houve eleitores solicitando a volta do militarismo e uma escola sem partido (movimento criado em 2004)⁹.

Quanto a essa ideia de escola sem partido, cabem alguns esclarecimentos. O professor ficaria, segundo a proposta, proibido de se posicionar sobre temas polêmicos, como acerca de gênero e de política. Os defensores dessa concepção de ensino acreditavam que os estudantes estariam sendo doutrinados pelos professores. Grande parte dos estudantes se posicionaram a favor dessa linha ideológica (essas posições merecem ser estudadas, para que se possa entender como um candidato que defende o militarismo, a tortura, o racismo, entre outros retrocessos, conseguiu ser eleito) e uma minoria foi contrária. Os a favor entenderam que todos que eram contrários a Jair Bolsonaro eram, conseqüentemente, favoráveis ao PT, partido que, naquele momento, era sinônimo de corrupção (por falta de tempo, não será esplanada a perseguição política e a manipulação do poder judiciário ocorrida em relação ao partido), percebe-se uma lógica argumentativa única e sem fundamento teórico, utilizada para a defesa do candidato Jair Bolsonaro.

Voltando à atividade desenvolvida, as referências de Bernard Charlot (2018) nortearam, e muito, as práticas pedagógicas deste trabalho. Suas ideias constam esclarecidas no livro *Educação, Escola e Desigualdade Social*, organizado por Teresa Cristina Rego, e bem representadas por Jaime Giolo (2018), principalmente quando

⁹ Para mais informações: <https://paradalgblondrina.com.br/escola-sem-partido-vencemos-vencemos/>.

este descreve as afirmações de Charlot, para quem, apesar de as estatísticas sociológicas mostrarem a relação entre o fracasso escolar do estudante e o meio social agastado em que se encontra, há fatores desse mesmo meio que levam ao sucesso escolar. Assim, para tal situação, viu-se a necessidade de uma explicação mais circunstanciada. As afirmações de Charlot, de acordo com Giolo (2018, p. 39), são:

Cada pessoa é um sujeito contextualizado, ao mesmo tempo, coletivo e individual, universal e singular, sendo, pois, decisivo compreendê-lo em termos de posição social objetiva. [...] Assim põe-se, de pronto, a questão do sentido; do sujeito que busca sentido nas coisas e age segundo essa forma de sentir e de perceber.

As reflexões de Charlot conduzem a um novo olhar sobre o ensino, tendo sido de extrema relevância para a reavaliação das práticas pedagógicas, especialmente no tocante ao alunado do Colégio Estadual Professor Gabriel Rosa, que, como já descrito, tem, em sua maioria, estudantes oriundos de meios sociais marcados por desigualdades. Buscou-se, assim, dar sentido aos conteúdos da disciplina de Sociologia, que permitem uma reflexão sobre a luta por direitos.

Tais pensadores, bem como outros que serão citados no decorrer deste trabalho, permitem pensar uma escola transformadora, que acolha a lógica de estudantes oriundos de classes sociais menos favorecidas e que ofereça caminhos que facilitem a relação do estudante com o saber, incitando-o a aprender.

Ademais, esses estudantes se veem inseridos em um contexto social de mudanças e de transformações. Como afirma Bauman (NPEC, 2011, s/p), trata-se de uma conjuntura de passagem “de uma sociedade de produção para uma sociedade de consumo e por outro lado toda a fragmentação da vida humana”, provocando uma instabilidade, interferindo nas estruturas das instituições vigentes e nas relações sociais, e, conseqüentemente, na lógica do estudante. Em seus estudos sobre essa pluralidade social, Bauman (2000) utiliza-se de uma metáfora da liquidez, a da “modernidade líquida”. Compreender a lógica dessas mudanças é um desafio. Refletindo sobre os pensamentos de Bauman, relata Costa (2018, p. 131):

[...] os desafios contemporâneos colocam sob suspeita o próprio âmago da ideia de pedagogia, aquilo que a constitui como tal, e certezas jamais criticadas são condenadas e substituídas. No mundo líquido, diz ele, também a solidez dos legados humanos é interpretada com uma ameaça. Tudo aquilo que pode restringir a capacidade de “captar voo” as novas oportunidades, mesmo que desconhecidas, é considerado como limitação da liberdade.

Os desafios contemporâneos da sociedade da incerteza são abordados por Dubet (2018), a partir da Sociologia clássica, principalmente as questões ligadas às estruturas sociais, cuja abordagem é apropriada para o momento atual, pois a composição social mudou, e por vários fatores (instabilidade, valores, a moral, entre outros). Dubet (2018) entende o indivíduo não como uma categoria, quer dizer, para ele, a sociedade permanece, existe uma conexão, e o indivíduo não é mecanicamente a sociedade, posto que, nela, há uma pluralidade muito grande de pessoas e o que está instituído não é único.

Essa reformulação de conceitos ocorre pelo empirismo. Conforme Giovanni (2018, p. 91),

Assim, para Dubet, a experiência dos atores sociais ou o conjunto das práticas sociais características da sociedade atual constituem o objeto específico de investigação e teorização. Para isso, ele revê a afirmação central da sociologia clássica, que define a ação social como realização de normas e valores institucionalizados nos papéis, as posições sociais e a cultura já não bastam para definir as ações sociais, porque os indivíduos já não estão mais submetidos a um programa único de influências socializadoras. Hoje, ao contrário, eles veem às voltas com a construção de uma unidade em face da multiplicidade de influências e orientações presentes em sua vida social.

Em relação à instituição escolar, Dubet (2004) foi para a escola trabalhar com os estudantes, analisar suas lógicas inseridas nas múltiplas escolhas que hoje a sociedade oferece. Ele se autodenomina professor e investigador. Em seus estudos relacionados à escola, também se preocupou com o que poderia vir a ser uma escola justa, de oportunidades iguais, na qual se acredita. Revela, ainda, uma preocupação especial para com os professores das redes estaduais, propondo, sobretudo, uma orientação para as práticas didáticas desenvolvidas. Para Dubet (2004, p. 545),

A melhor maneira de resistir a esse fenômeno incompatível com uma lógica puramente igualitária é a introdução de mecanismos compensatórios eficazes e centrados nos alunos e em seu trabalho: estudos dirigidos, atividades esportivas e culturais, estabilidade e qualidade das equipes educacionais, preparação específica para concursos e exames... A justiça não consiste apenas em aliviar o trabalho dos professores nas áreas mais difíceis, e sim em tornar esse trabalho mais eficaz.

Vê-se a consciência de que nas escolas públicas encontra-se uma diversidade cultural muito grande, principalmente no que se refere ao Colégio Professor Gabriel Rosa, o único com ensino médio no município. As práticas metodológicas

desenvolvidas devem ter, assim, o objetivo de envolver os estudantes, oportunizando acessibilidade a todos. Faz-se necessário ressaltar que, as práticas aqui descritas, são pensadas com vistas às contribuições dos discentes, na postura cotidiana do professor instigante, em busca pela superação, envolvendo, muitas vezes, também indignação, não obstante, sempre acessível ao estudante, procurando sanar as dificuldades que o impedem de se apropriar dos conteúdos trabalhados, na tentativa de mobilizá-lo para o aprendizado.

3.1. Situando as práticas pedagógicas e o relato das experiências

As mudanças na prática pedagógica descritas neste trabalho, começaram durante as aulas de Sociologia, no ano de 2010, quando foi abordado o surgimento da escola institucionalizada, o que levaram os pensadores a analisarem melhor a escola e o seu papel na sociedade. Os estudantes foram estimulados a desnaturalizar e a desconstruir o papel atribuído à instituição, qual seja, de disciplinar, de controlar e de organizar, assim como foram discutidos os princípios liberais intrínsecos ao mecanismo organizacional da escola.

Espera-se que seja constante o exercício do “estranhamento”, que leve os educandos a “desnaturalizar” (pré) conceitos sobre os fenômenos sociais, compreendendo-os como construções históricas, passíveis de sofrerem transformações (DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2008, p. 94).

Na discussão a respeito dos muitos problemas relacionados à escola e ao processo de ensino aprendizagem, o enfrentamento à violência se destacou, tanto nos aspectos da violência física quanto verbal, moral e psicológica. A polêmica em torno do bullying gerou grande discussão. Os estudantes do Ensino Médio organizaram uma campanha contra o bullying, tema que foi trabalhado principalmente com os estudantes do ensino fundamental, no período matutino, resultando em um projeto Macro Campo – Direitos Humanos (2011-2016). Esse projeto foi realizado com aproximadamente 20 estudantes, no contra turno, duas vezes por semana, com duração de duas horas, permitindo aos estudantes, em 2012, a participação como deputados mirins no projeto Câmara Mirim.

O Câmara Mirim é uma ação educativa promovida pelo Plenarinho e simula a atividade legislativa, indo desde a elaboração de um projeto de lei até a votação em comissões da Câmara e no Plenário. Estudantes do ensino fundamental fazem o papel

de deputados mirins, debatem e votam três projetos de lei selecionados entre os que foram enviados pelas escolas.

O projeto Macro Campo desenvolvido no Colégio me permitiu, também, a participação no Curso Missão Pedagógica 2016, ocorrido em Brasília. O curso tem três etapas: a inscrição e sorteio; a educação a distância, para a qual foram selecionados os professores com melhor desempenho; e o curso presencial de uma semana. O Missão Pedagógica no Parlamento se destina a professores de ensino médio e Fundamental de escolas públicas. Seu objetivo principal é oferecer aos educadores formação em educação para democracia. Professores de todo o Brasil (dois de cada estado e do DF, selecionados na segunda etapa) participam de uma intensa semana de formação em Brasília-DF, onde aprendem e socializam saberes e práticas acerca da escola como espaço privilegiado para a vivência de experiências e de valores democráticos. O conhecimento adquirido pelo professor é transmitido por meio de uma atividade prática desenvolvida pelos estudantes.

O projeto do estado do Paraná, Geração Atitude, tem a mesma metodologia e objetivo do Câmara Mirim, porém é desenvolvido com estudantes do ensino médio e é ligado ao Movimento Paraná Sem Corrupção, sendo resultado de uma parceria entre a Assembleia Legislativa, o Ministério Público do Paraná, a Assessoria Especial da Juventude do Governo do Estado e da Secretaria da Educação. O projeto foi desenvolvido paralelamente com os conteúdos estruturantes da disciplina de Sociologia: Política, Estado, Poder e Ideologia; temas a partir dos quais se discute a interferência das leis na vida cotidiana do cidadão, leis que, em muitos casos, favorecem poucas pessoas, comprometendo a igualdade de direitos para a maioria. Trata-se de questões relativas a formas de dominação em todos os campos, seja político, educacional ou cultural, ligadas aos privilégios das classes dominantes, que criam os mecanismos de dominação e que são legitimados pelos dominados, tanto na hierarquização como na distribuição de capitais, presentes implicitamente nas políticas públicas e econômicas.

O Projeto Municipal Parlamento Jovem, que tem como objetivo permitir ao estudante vivenciar todas as etapas de um processo eleitoral: formação de partido e filiados; eleição de representantes; elaboração de propostas; divulgação de propostas; criação de editais com critérios eleitorais; divulgação; eleição com direito a urnas eletrônicas com fotos dos candidatos. Após a eleição, o vencedor toma posse em uma cerimônia na Câmara Municipal, com a presença de representantes políticos do

município e do cartório eleitoral, assim como participa de sessões da Câmara Municipal, podendo, ainda, desenvolver projetos de lei que serão defendidos por ele e que, se aprovados pela Câmara, poderão ser concretizados. Esse projeto está em desenvolvimento e seus conteúdos estruturantes são conceitos de cidadão e cidadania e democracia, temas trabalhados com as turmas do 3ª A e B em concomitância com o projeto.

A prática foi desenvolvida em 2017, com os estudantes de três turmas da 2ª série do ensino médio que, em 2018, participariam do Projeto Geração Atitude, em cooperação com as disciplinas de biologia e química, tendo sido posteriormente apresentada na Semana Cultural do Colégio, em forma de sala temática. Essa prática pedagógica teve como pretensão demonstrar através da parceria entre as disciplinas, um maior envolvimento integrado nas atividades, pois além da abordagem dos temas relacionados aos conteúdos da disciplina de Sociologia (estratificação social, desigualdade e direitos social), permitiu na 3ª série a continuidade com questões ligadas ao conceito de Política, políticas públicas, ausência de direitos e cidadania.

As atividades trabalhadas e o comprometimento dos estudantes despertaram o interesse em motivar, a partir de suas experiências, a imaginação sociológica, o diálogo com o conteúdo trabalhado, desconstruindo e desnaturalizando essas experiências. Os conteúdos foram utilizados como ferramentas de reflexão, na pretensão de uma percepção construída pelo estudante, a qual o permitisse observar as injustiças decorrentes dos processos sociais, no que diz respeito às desigualdades e à ausência de direitos.

3.2 Estudantes: sujeitos do conhecimento

As ações e as metodologias das aulas foram pensadas para que o estudante seja o sujeito do conhecimento. Como são trabalhados conteúdos pré-estabelecidos pelas Diretrizes Básicas da Educação, pretendeu-se que fossem apresentados de uma forma que, nas aulas, os sujeitos do conhecimento sejam os estudantes, para que se mobilizem para o aprendizado. Em parceria com os projetos do governo municipal, estadual e federal mencionados, os conteúdos enlaçaram os estudantes em vivências, oferecendo experiências contextualizadas e a oportunidade de exercerem a cidadania, mobilizando-os para aprender.

De acordo com a Lei de Diretrizes Básicas Nacionais – LDB (1996), o ensino

médio é a etapa final da Educação Básica, tendo, por isso, finalidades específicas, as quais constam descritas no Portal Ministério da Educação (2020):

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Procurando atender às finalidades específicas do ensino médio e não buscando, aqui, desmerecer nenhuma delas, mas ressaltar a finalidade do Inciso II, Lei 9.394/16 que traz o conceito de cidadania, o qual faz parte dos conteúdos de Sociologia, as práticas pedagógicas desenvolvidas durante as aulas foram pensadas para que o estudante tivesse uma vivência, sendo capaz de perceber os caminhos de uma sociedade democrática a partir de uma reflexão crítica sobre a sociedade. A proposta é provocar, nos estudantes, a dúvida acerca dos processos sociais, questionando as relações sociais, buscando respostas para seus questionamentos, para a ausência de direitos e para as injustiças sociais. Tenta-se, assim, durante a vivência cidadã, despertar no estudante a imaginação sociológica.

Segundo Ileizi L. F. Silva (2009), a imaginação sociológica pode ser estimulada através de ações em sala de aula, levando-se em consideração que o processo de ensinar é um processo que, necessariamente, deve gerar incômodos, conflitos, dúvidas, questionamentos, reações diversas entre os estudantes. Isso porque espera-se, justamente, que, mediante discussões na escola e pela Sociologia, as pré-concepções, as pré-noções ou o senso comum dos estudantes sejam confrontados, de maneira que se sintam motivados a aprender mais sobre aqueles temas.

Proponho um exercício que poderá nos aproximar do que seria ensinar sociologia, desenvolvendo a imaginação sociológica ou o raciocínio sociológico nos estudantes do Ensino Médio. Parte dessas propostas desenvolvi em cursos que ministrei no antigo 2º grau, na habilitação de Magistério, na primeira série do curso de Pedagogia, em minicursos com estudantes do Ensino Médio na UEL, entre outras experiências de ensino. Esclareço que a minha concepção de ensino, ou do que é o ato de ensinar, funda-se numa visão positiva: ensinar é uma atividade da práxis humana, que garante a produção e a reprodução

da sociedade e da história. Ensinar não é apenas uma atividade técnica circunscrita na escola, mas é uma ação política que visa a transformação dos estudantes. Educar e ensinar são processos de conflitos, de desestabilizações e de constrangimentos. Não saímos do mesmo jeito que entramos nos processos de ensino- aprendizagem. Esse processo é histórico e deve ser baseado no acúmulo de saber que também é histórico. Ensinar Sociologia é uma atividade embasada nos mais de cento e cinquenta anos de história dessa ciência, nas necessidades contemporâneas e nas condições sociais. Nosso ponto de partida é o acúmulo da ciência e o papel do Ensino Médio no processo de construção do tipo de homem e de sociedade que desejamos forjar (SILVA, 2009, p. 20-21).

Para que a dinâmica se concretize, é de fundamental importância procurar entender como o jovem relaciona as suas formas particulares de ver o mundo, os conhecimentos que lhe são apresentados e como ele vai desconstruindo o conformismo e a acomodação intelectual. Charlot (2000, p. 73) diz o seguinte:

Queria lembrar [...] que “o mundo”, “eu” e o “outro” não são meras entidades. “O mundo” é aquele em que a criança vive, um mundo desigual, estruturado por relações sociais. “Eu”, o “sujeito”, é o aluno que ocupa uma posição, social e escolar, que tem uma história, marcada por encontros, eventos, rupturas, esperanças, a aspiração a “ter uma boa profissão”, a “torna-se alguém”, etc. “O outro” são pais que atribuem missões ao filho, professores que “explicam” de maneira mais ou menos correta, que estimulam ou, às vezes, proferem insuportáveis “palavras de fatalidade”. Não há relação com o saber senão a de sujeito. Não há sujeito senão em um mundo e em uma relação com o outro. [...] A relação social não deixa de ser uma relação social, embora sendo de um sujeito.

As práticas didáticas pedagógicas desenvolvidas voltam-se para a subjetividade do estudante, do sujeito do conhecimento, do saber, tentando captar como ele constrói suas ideias e suas percepções de mundo. Deve demonstrar que, nesse mundo, ele, o aluno, ocupa uma posição de sujeito social com aspirações sociais.

Entendendo que o processo de ensino aprendizagem passa por um momento de mudanças (tecnologia, acesso fácil a informações, mundo globalizado, entre outras coisas), buscar práticas que atendam à diversidade cultural, social e econômica, principalmente no que diz respeito à escola pública, e considerar que essa escola precisa encontrar um caminho justo e democrático são desafios, assim como a definição do que são práticas justas. Segundo Dubet (2004, p. 540):

Como visam a produzir maior justiça escolar, não podemos deixar de ser muito favoráveis às medidas compensatórias e paliativas. Isto posto, conceitos de igualdade e de justiça escolar que comandam

essas práticas não são tão claros quanto poderia parecer à primeira vista e é importante refletir sobre a justiça escolar para avaliar o sentido e o alcance das políticas escolares. A priori, o desejo de justiça escolar é indiscutível, mas a definição do que seria uma escola justa é das mais complexas, ou mesmo mais ambíguas, pois podemos definir justiça de maneiras diferentes.

Nesse contexto, a função do professor é trabalhar a subjetividade partindo da experiência do outro, ajudando a dar sentido ao conhecimento, apresentando ao estudante outras formas de raciocinar, de pensar e de se apropriar da vida. Essas formas são os conhecimentos científicos, cabe ao professor buscar mecanismos para que todos tenham igual acesso a eles.

3.3 Mapeamento de turmas e conceitos

As atividades foram iniciadas com as turmas adotando as propostas da pedagogia histórico-crítico como umas das referências para as práticas desenvolvidas com os estudantes e considerando-os sujeitos do conhecimento (suas pré-noções a respeito dos conteúdos e seu contexto histórico, econômico e social), buscou-se tornar a prática de ensino-aprendizagem acessível e próxima do aluno, analisando se, dessa maneira, o objetivo de ensino proposto poderia ser atingido (compreender os elementos que compõem a Democracia Representativa no Brasil e sua relação com os conceitos de cidadania, direitos e desigualdade social, na intersecção com os conteúdos estabelecidos como estruturantes e básicos pelas Diretrizes Curriculares da Educação Básicas).

Quanto às propostas da pedagogia histórico-crítica, valem algumas ressalvas. De acordo com Saviani (2005, p. 9):

a) Identificação das formas mais desenvolvidas em que se expressa o saber objetivo produzido historicamente, reconhecendo as condições de sua produção e compreendendo as suas principais manifestações, bem como as tendências atuais de transformação. b) Conversão do saber objetivo em saber escolar, de modo que se torne assimilável pelos estudantes no espaço e tempo escolares. c) Provimento dos meios necessários para que os estudantes não apenas assimilem o saber objetivo enquanto resultado, mas aprendam o processo de sua produção, bem como as tendências de sua transformação.

A maioria dos estudantes (nunca se consegue total adesão) participa das aulas, questiona, demonstra estar sempre aberto a novas propostas de trabalho, manifestando certa afinidade com a disciplina. Os estudantes das 2ª e 3ª séries são

acompanhados há pelo menos um ano, alguns desde o ensino fundamental II (participantes da Câmara Mirim), o que facilitou o desenvolvimento das atividades propostas.

A escolha da prática metodológica e dos recursos didáticos a serem utilizados dependem de uma análise prévia do professor. Faz-se necessário investigar a quantidade de estudantes por série, a política educacional da escola e os recursos didáticos e materiais disponíveis, bem como se esses recursos são acessíveis ao estudante. É imprescindível conhecer os estudantes, sua realidade social, seu contexto socioeconômico, isto é, a diversidade cultural da turma. Tais análises prévias permitem uma aproximação do professor com o estudante, facilitando o processo do ensino-aprendizado.

Em relação à disciplina de Sociologia, a aplicação das práticas didáticas torna-se mais complexa, pois discute-se, ainda, a implantação da disciplina na educação básica, no âmbito do ensino médio, e, conseqüentemente, fica sempre a questão: qual a prática adequada para o desenvolvimento das atividades relacionadas ao conteúdo da disciplina de Sociologia?

Hoje, a reflexão é mais complexa ainda. Como ensinar os conteúdos da disciplina em uma gestão que defende o discurso da escola sem partido? Vale enfatizarmos a opinião do atual presidente, para quem “o aluno não tem que aprender política”. De acordo com Guimarães (2018, s/p):

A radicalização proposta diversos projetos de lei da chamada Escola Sem Partido é um dos pilares do plano de governo do candidato Jair Bolsonaro para a educação no Brasil, que aborda de maneira vaga e denunciante a situação educacional do país, fazendo propostas contra o que qualifica de “sexualização precoce” das crianças e “ideologização do ensino”, ignorando décadas de acúmulos e demandas dos professores. Com isso, a educação pública no Brasil pode sofrer um revés significativo, com a imposição de um modelo de ensino sem espaço para a solidariedade e o debate de ideias, “levando para uma formação abstratizante”.

O estudo das metodologias aplicadas em sala não só permitirá uma análise do tema da violência, no que se refere à ausência de direitos, em associação aos conteúdos estabelecidos como estruturantes e básicos pelas Diretrizes Curriculares da Educação Básica, mas também será um “termômetro”, quer dizer, servirá de base para sabermos como os alunos receberam as discussões e atividades trabalhadas. Ademais, talvez possa nortear novas propostas de trabalho no contexto social e político em que se encontra a educação pública do país, mostrando se a política de

governo fará com que tanto as escolas públicas quanto as escolas privadas (com maior autonomia) apoiem esse de retrocesso educacional.

Os artigos presentes na Coleção Explorando o Ensino Sociologia. Ensino médio (2010) permitem uma reflexão a respeito de conceitos que são abordados na neste trabalho. No capítulo 5 (p.103), “A violência: possibilidades e limites para uma definição”, Maria Stela Grossi Porto aponta os tipos de violência existentes no contexto social. Tentar definir violência na sociedade contemporânea é um trabalho muito complexo, pois, para tanto, deve-se levar em consideração vários fatores que a originam, ou que a camuflam.

Com os conteúdos da disciplina de Sociologia, espera-se que os estudantes consigam desnaturalizar o conceito de violência, no que se refere à ausência de direitos, fome, injustiça social, não acesso à cultura e, portanto, à cidadania, que podem se concretizar pelas relações sociais. De acordo com a autora:

A busca de explicação leva a questionar, teoricamente, a matéria-prima da análise sociológica, isto é, a natureza das relações sociais, uma vez que é nas e pelas relações sociais que o social se constitui como tal. Leva ainda à busca de identificação e análise de tipos e formas de violência, e à percepção de suas diferenças, como condição para a sua construção sociológica (PORTO, 2010, p.104).

Outro artigo da mesma coleção permite uma reflexão, um estranhamento e a distinção entre dois conceitos que muito comumente são considerados sinônimos: diferenças e desigualdades. Estes, durante as aulas de Sociologia, aparecem intrínsecos aos conteúdos e são muito debatidos. Pimenta (2010, p. 14) esclarece que:

A diferença não é o mesmo que desigualdade. Porém, existe uma relação inequívoca entre ambas, no sentido de que a diferença, ao se tornar definidora de categorias sociais e grupos de pertencimento no interior de sociedades, cria desigualdades na medida em que essas relações nunca são neutras, mas carregadas de tensão [...] As diferenças, portanto, situam indivíduos e grupos em posições hierarquicamente superiores e inferiores na estrutura social. Tais posições, que podem ser econômicas, sociais ou políticas, conferem vantagens ou desvantagens de acordo com o lugar ocupado na estrutura social e revelam a existência de desigualdades com base em atributos sociais. Da mesma forma que há inúmeras características por meio das quais as sociedades se diferenciam umas das outras, é possível identificar diversos atributos com base nos quais pessoas e grupos se organizam em posições ou estratos sociais: a idade, o fato de ser homem ou mulher, a ocupação, a renda, a raça ou a cor da pele etc.

Os conteúdos abordados neste trabalho, principalmente os conceitos de

diferenças e de desigualdade social, permitem uma melhor apropriação e um melhor aprendizado.

Os conteúdos foram selecionados cuidadosamente, levando-se em consideração os objetivos do trabalho de pesquisa e respeitando os conteúdos estruturantes, básicos e específicos da disciplina, assim como a limitação temporal para o desenvolvimento das atividades. Faz-se necessário ressaltar que os estudantes que participaram das atividades propostas desde de 2017 (uma grande parte eram de alunos do fundamental que participaram dos outros projetos que inspiraram as práticas desenvolvidas a partir de 2017, como já descrito), as quais deram-se continuidade até 2019, ano em que foram finalizadas. Os conteúdos selecionados foram: **Conteúdos Estruturantes e Básicos da 2ª**: As classes e os estratos sociais do século XX; **Conteúdos Estruturantes e Básicos da 3ª**: Poder, Política, Estado: Regime Democrático/Democracia Representativa.

Com base nesses conteúdos e pressupostos teóricos, foram realizadas as atividades nas aulas de Sociologia, no Colégio Estadual Professor Gabriel Rosa – ensino fundamental e médio. Estas serão apresentadas e analisadas a seguir.

A pesquisa contou também com a participação de estudantes que participaram do projeto de Enfrentamento à Violência e do projeto Câmara Mirim em 2011 que estavam no ensino fundamental e vieram a ser alunos na disciplina de Sociologia no ensino médio.

4 RELATOS DE EXPERIÊNCIAS – INTERVENÇÕES METODOLÓGICAS

Aqui, será relatado como surgiu a ideia e como se deu o desenvolvimento do Projeto Macro Campo, que resultou na participação no Projeto Nacional Câmara Mirim, tendo iniciado durante a aula de Sociologia e culminado, mais tarde participação em Brasília, como representante do Paraná no Projeto Missão Pedagógica, considerando a participação da docente quanto a dos estudantes que, futuramente, seriam alunos de Sociologia, já que no ensino fundamental II a disciplina era História.

Em 2010, a turma de Sociologia do Colégio Estadual Maria Diva Ribeiro de Proença – ensino fundamental e médio,¹⁰ no decorrer da abordagem do tema “Instituição Escolar” os estudantes da 1ª série foram instigados a desnaturalizar o papel da instituição de organizar, controlar e disciplinar. Ao longo do debate, um tema muito enaltecido (extremamente pela mídia) e relacionado à instituição foi também discutido, “violência escolar”, nos seus aspectos morais, psicológicos, físicos e verbais. Os estudantes relataram suas experiências a respeito disso (os relatos foram vivências desagradáveis). Eles, então, concluíram que algo deveria ser feito, mesmo que fosse somente no Colégio, e iniciaram uma “Campanha contra a violência na escola.

Os estudantes da 1ª série passaram de sala em sala explicando, de forma expositiva, o significado e os tipos de violência, dando destaque para o bullying. Durante a exposição, houve vários depoimentos. Alguns estudantes denunciaram que sofreram bullying daqueles que estavam abordando o tema. Aí a situação ficou constrangedora. A 1ª série pediu perdão aos estudantes mais jovens por aquilo que consideravam “brincadeira”, mas que depois, nas aulas de Sociologia, compreenderam que era violência.

A experiência teve um resultado positivo, pois os estudantes mais velhos, do ensino médio, deixaram de fazer bullying com os mais novos, que entenderam que deveriam denunciar “brincadeiras” que decorressem em constrangimento. O resultado positivo também poderia ocorrer no Colégio Estadual Professor Gabriel Rosa, já que o conteúdo e as séries eram os mesmos nos dois Colégios. O tema da Instituição

¹⁰ A denominação é uma homenagem à professora Maria Diva Ribeiro de Proença, que iniciou sua militância em 1940, trabalhou no Grupo Escolar de Curiúva, hoje Escola Municipal Maria de Lourdes Rosas Travensolli, mudando-se, após 1954, para a cidade de Ivaiporã. A professora Maria Diva foi uma grande incentivadora da vida cultural, social e religiosa de Curiúva.

Escolar foi abordado, assim como as considerações a respeito de seu papel na sociedade, sendo desnaturalizadas as funções já descritas, até mesmo a provocação a respeito da violência na escola. Relatado aos estudantes como o tema foi desenvolvido no Colégio Maria Diva, foi sugerido que os estudantes viessem no contra turno desenvolver uma campanha contra o bullying com os estudantes do fundamental.

Inicialmente, unidas algumas turmas para exibir o filme *Corrente do Bem*,¹¹ cujo final, não sendo feliz, surpreendeu os estudantes do ensino médio e fundamental II. Para o espanto de todos, um estudante se levantou e disse: *"Dona (tratamento dado as professoras em Curiúva), precisamos fazer alguma coisa. Isso tem que parar. Eu pretendo fazer a diferença"*.

A campanha foi realizada com todos os estudantes do Colégio Professor Gabriel Rosa, com instruções e cartazes. Contudo, as palavras do estudante "quero fazer a diferença" não parava de ecoar. Um projeto simples, foi encaminhado à Secretaria da Educação e do Esporte do Estado do Paraná (SEED) e, depois, selecionado, incluso nos projetos do estado do Macro Campo, cujas categorias são: esporte, empreendedorismo, entre outras coisas. O Projeto Enfrentamento à Violência ficou na categoria Direitos Humanos.

O projeto foi desenvolvido no período de (2011 a 2016), no contra turno, com estudantes do ensino fundamental, duas vezes por semana, com aproximadamente 20 alunos. Como o tema "Violência é angustioso", dinâmicas foram utilizadas para facilitar sua compreensão, pois muitas práticas eram encaradas como brincadeiras. Os estudantes se descontraíam na compreensão do sentido do termo, muito complexo, por sinal, e de ações concretas de violência. Essas dinâmicas incentivam os participantes a refletirem sobre situações de violência. Muitos sentiram necessidade de partilhar situações que vivenciaram (com depoimentos constrangedores). Ficou combinado com a turma que os relatos (desabafos), se existissem, seriam mantidos em segredo. E isso ocorreu. Muitas vezes, alguns desabafos deixaram o grupo em estado de perplexidade. Constatou-se, então, que a violência é concreta, pois muitos já haviam passado por situações de violência física, assim como por conflitos morais, verbais e psicológicas. Onde denunciar? Como lutar por meus direitos? Como preservar os meus direitos? Quem faz as leis que garantem

¹¹ (23 de março de 2001 / 2h 03min / Comédia dramática, Romance Direção: Mimi Leder Elenco: Kevin Spacey, Helen Hunt, Haley Joel Osment Nacionalidade americana)

meus direitos?

Paralelamente às dinâmicas, documentos, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), a Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) e o Regulamento do Colégio, foram analisados e debatidos, não só no que se refere a direitos, mas também no que se refere a deveres. Porém, as lacunas não estavam preenchidas, existia uma carência, as origens das leis e dos regulamentos (ou seja, de onde surgem as leis que todos seguem, quais suas origens, compete a quem?). Para tanto, o grupo desenvolveu atividades que permitiram aos estudantes compreender como as leis são criadas pelo Congresso Nacional, bem como a função do legislativo nos âmbitos estadual e municipal e as funções do Executivo e do Judiciário. Estas atividades despertou o interesse em participar do Projeto Câmara Mirim.

Em março de 2011, o Colégio Gabriel Rosa recebeu, via e-mail, um convite para participar do “Câmara Mirim” Projeto Federal. Através da redação encaminhada sobre a importância de ser cidadão, que foi selecionada, os estudantes do Projeto Enfrentamento à Violência, receberam o convite para participar (em outubro do mesmo ano) de uma sessão da Câmara Federal como deputados mirins. Durante a sessão três alunos também foram selecionados para participaram de um concurso com estudantes de todo o território nacional. Estes deveriam escrever um projeto de lei que seria selecionado e defendido no dia da sessão plenária, e os alunos, inclusive o do Projeto Enfrentamento à Violência, selecionados através da redação escrita pela docente (que relata as atividades proposta neste trabalho), deveriam votar o melhor o projeto, que se adotado e defendido por um Deputado Federal, poderia torna-se uma lei. A chefe do Núcleo Regional da Educação de Telêmaco Borba se empenhou para conseguir a passagem aérea e a diária de hospedagem em Curitiba, já que o avião decolaria do Aeroporto Internacional Afonso Pena, às 6h. Como a verba era limitada, a decisão foi dormir em Curitiba e chegar com uma hora de antecedência em Brasília, porém, ocorreu um imprevisto, a Van que iria pegar o grupo (20 estudantes, a chefe do Núcleo Regional Tânia Guerreiro, a diretora do Colégio Professor Gabriel Rosa Cristiane Bertani Lima, as professoras de Biologia e Português que se propuseram em acompanhar o grupo, Jane Glauce Silva, Jussara Mattos de Pádua e eu que aqui relata a experiência) chegou atrasada, o que não permitiu aos estudantes participarem da Cerimônia de Recepção, que consisti em subir a rampa da Praça dos Três Poderes até a sala da plenária, organizada para receber os estudantes representantes dos

estados brasileiros. Entretanto, fora isso, as demais atividades como deputados mirins ocorreram conforme o planejado. A empresa de turismo, para compensar, ofertou um passeio aos pontos turísticos de Brasília após o compromisso da plenária.

Os estudantes do Colégio Estadual Gabriel Rosa sentiram-se lisonjeados em ver seus nomes no painel de Deputados Federais. Participaram dos debates dos projetos apresentados e votaram no projeto de lei que acharam pertinente. Cada voto era representado no painel. Vivenciaram concretamente o processo de elaboração de leis. Seguem os depoimentos da diretora do Colégio Professor Gabriel Rosa, da professora que acompanhou a viagem até Brasília e da aluna Dainara, que participou durante dois anos do Projeto Enfrentamento à Violência.

A seguir, o depoimento da diretora Cristiene Bertani Lima:

A viagem para Brasília, através do projeto: “Enfrentamento à Violência” desenvolvido em nosso Colégio, durante o período de 2011 a 2016, pela professora Daniela Paderes, e a participação no projeto Federal Câmara Mirim, foi a melhor experiência vivida por mim, enquanto diretora e pelos alunos que na época, participavam do projeto Enfrentamento à Violência. A participação dos alunos na Assembleia Legislativa foi de grande importância na vida dos alunos, aumentando a auto estima, a confiança em si próprios, alimentando a certeza de que são capazes, como cidadãos, de lutarem por seus direitos e serem cumpridores de seus deveres. Para o Colégio e para o NRE, foi e ainda é motivo de grande orgulho, representamos o Estado do Paraná em Brasília (Cristiene Bertani Lima, fevereiro 2020).

O relato da estudante Dainara (concluiu o ensino médio em 2017 e cursa Pedagogia pela Faculdade de Telêmaco Borba (Fateb) faz acreditar que a parceria, posteriormente, facilitou o aprendizado dos conteúdos relacionados à disciplina de Sociologia:

Ter participado do Projeto Enfrentamento à Violência foi a experiência mais enriquecedora que tive, os ensinamentos que aprendi trago comigo até hoje. Foi através dele que comecei a enxergar a vida, as pessoas e a sociedade, com outros olhos. Ter noção do impacto dos meus atos (ações e palavras) na vida das pessoas, procurar sempre o diálogo para a resolução dos problemas, a empatia ao invés do julgamento. E também os aprendizados sobre cidadania, foi com o projeto que comecei a entender e ter consciência sobre meus direitos (civil, político, social) e deveres, a entender o que é e como funciona a democracia, os 3 poderes, a importância do ato de votar, de acompanhar o que está acontecendo no país, de fiscalizar o que nossos representantes políticos estão fazendo (Dainara Miranda de Souza, janeiro 2020).

O relato da professora Jussara faz perceber que a seleção do projeto Enfrentamento à Violência foi de extrema necessidade, pois, ao longo do seu

desenvolvimento, temas como igualdade e direitos humanos foram muito abordados, servindo para conscientizar as pessoas a mudarem atitudes preconceituosas e discriminatórias. Infelizmente, durante a viagem, uma estudante passou por uma situação que poderia ser evitada se não fosse o preconceito:

Meu nome é Jussara Aparecida Matos de Pádua, sou professora de Língua Portuguesa e Língua Inglesa da Rede Pública do Paraná – Colégio Professor Gabriel Rosa – Ensino fundamental e Médio, Curiúva-PR, desde 2001.

Conheci a Professora Daniela Paderes e seu Projeto de Enfrentamento à violência no colégio. Os alunos que participavam do projeto também eram meus alunos e eu sempre admirei esse trabalho desenvolvido por ela. Quando ela me falou que havia inscrito o seu projeto para concorrer a uma viagem a Brasília, achei que seria quase impossível isso acontecer por vários motivos, entre eles a impossibilidade de custear a viagem. Eu estava enganada! Seu projeto foi selecionado e o Governo do Estado do Paraná pagou a viagem.

A maioria dos alunos e alunas que estavam no Projeto eram de baixa renda, muitos deles nunca tinham saído do município. Foi uma grande alegria para o nosso colégio saber que os alunos e alunas do Projeto da Professora Daniela iriam conhecer o Distrito Federal, participar da votação na Câmara dos Deputados como Deputados Mirins e ainda viajar de avião.

Eu tive o privilégio de ser convidada para a viagem. Saímos à tarde com destino a Curitiba, onde pernoitamos e na manhã seguinte seguimos para Brasília. Foram 04 professoras acompanhando 20 alunos/alunas. Cada professora ficou responsável por cinco alunos/alunas.

Quando chegamos em Curitiba, ficamos em um hotel onde os alunos e alunas andaram de elevador pela primeira vez. Tudo era novidade, desde o jantar até os quartos onde dormiram. Muitas fotografias foram tiradas para registrar os momentos que serão inesquecíveis em suas vidas.

Deste grupo de estudantes, a história de duas alunas me marcou. Uma ajudava a sua mãe a catar lixo reciclável e dizia que o sonho era poder comprar um celular. A outra era lésbica, durante a fase escolar teve seus momentos de violência, na adolescência se mutilava. Ela ficou entre o grupo que eu fiquei responsável. No aeroporto de Curitiba, quando as mochilas e bolsas do grupo passaram no raio X, somente a dela foi barrada. Ela ficou muito nervosa e constrangida. Abriam sua mochila e foram tirando tudo, inclusive um pacote de absorvente. O objeto suspeito era o carregador de celular. Eu fiquei ao seu lado esperando liberá-la e este momento pude perceber o preconceito que existe em nossa sociedade. Na volta, ela foi me perguntar se passaria por tudo aquilo novamente. Felizmente, isso não aconteceu porque, provavelmente, era outra pessoa responsável por este serviço (Jussara Aparecida Mattos de Pádua, janeiro de 2020).

A revista nos aeroportos é rotineira, mas a maneira como a aluna foi abordada deixou nítido que dizia respeito à sua orientação sexual e à forma como estava vestida.

A participação no Câmara Mirim incentivou novos projetos nas aulas de Sociologia (Parlamento Jovem, Geração Atitude e parceria com as disciplinas de Biologia e Química), enlaçados com os conteúdos básicos e estruturantes da disciplina, permitindo aos estudantes do ensino médio vivenciarem, enquanto sujeitos do conhecimento, uma experiência concreta de cidadania.

Muitos recursos didáticos tradicionais, como aulas expositivas, debates e livro didático, também foram utilizados como auxiliares à prática pedagógica.

4.1 O livro didático: parceria da teoria com a prática

Para trabalhar o conceito de ‘democracia’, foi utilizado o livro *Sociologia em Movimento*, de 2016 (SILVA *et al*, 2016), esclarecendo que o livro adotado pelo Colégio, intitulado *Sociologia*, da Editora Scipione, de 2016, foi utilizado na discussão dos demais conteúdos. O conceito de democracia mereceu uma atenção especial, pois está direta e indiretamente envolvido com os outros conteúdos abordados e atividades desenvolvidas. A descrição de como o livro didático aborda o conceito de democracia permite-nos entender como esse recurso contribuiu para o desenvolvimento dos trabalhos realizados.

O conceito democracia (conteúdo básico da disciplina) está contemplado no Capítulo 7 do livro (p. 172), que é dividido entre cidadania e direitos humanos, analisados e trabalhados paralelamente. De início, a proposta do material é tornar o estudante capaz de

Identificar a relação entre democracia, cidadania e direitos humanos nas sociedades contemporâneas... compreender que os direitos de cidadania são conquistas historicamente construídas e que a participação política é indispensável para a ampliação desses direitos (SILVA, 2016, p.170).

Os autores constroem o texto com base na relação entre os conceitos propostos, afirmando que a sociedade democrática é uma construção que “foi marcada por percalços no passado e ainda o é no presente” (SILVA, 2016, p. 172). Os autores reforçam que a fragilidade na cidadania compromete a democracia, mencionando a condição de “jovens pobres da cidade e do campo” (SILVA, 2016, p. 172)

Na sequência, o texto passa a abordar a origem do termo democracia, que significa o governo do povo e a participação “mediante eleições regulares para os

cargos administrativos do país” (SILVA, 2016, p. 173). Aqui, pode-se fazer algumas considerações sobre a questão do povo e sobre a oposição ao conceito de cidadão, visto como aquele que consegue se fazer representar no local do debate político (lugar das discussões que envolvem a vida na pólis). Os autores fazem essa consideração apontando os critérios de definição do cidadão: “atributo de cidadão já foi exclusivo de proprietários de terras, de homens brancos, de homens letrados, de homens e mulheres adultos etc.” (SILVA, 2016, p. 173).

Esses trechos levam à identificação da abordagem como uma proposta da Sociologia Política: “A Sociologia Política é, portanto, uma aceitação do fato óbvio, mas atualmente relegado ao esquecimento, de que os sistemas social, econômico e político são interdependentes” (SARTORI, 1972, p. 112).

Essa consideração fica ainda mais clara no trecho a seguir:

Em nossos dias, existem diferentes concepções de democracia presentes na sociedade. Há os que defendem a ideia da democracia como algo que diz respeito apenas **à esfera política** (votar e ser votado, por exemplo). Outras aplicam também a **áreas da vida econômica** (como participar na definição do orçamento público de certa localidade), **social** (decidir sobre leis que tratem da vida privada, como questões ligadas à sexualidade ou à reprodução, como ocorre em relação ao aborto), cultural (opinar sobre que aparatos de cultura, como teatros e cinemas, e de lazer, por exemplo, parques e praças, serão instalados, em que quantidade e onde). Essas diferenças indicam que as concepções de democracia sofrem influência de diferentes matizes ideológicos. Nas sociedades em que a participação popular nas decisões governamentais é significativa, o alcance da ideia de democracia perpassa as diferentes esferas da vida social (SILVA, 2016, p. 173-174).

Os grifos ressaltam a relação entre as diferentes esferas. Ao mesmo tempo, a abordagem pela ótica da ciência política resultaria em uma análise mais institucional, praticamente não tratada no decorrer do capítulo.

A democracia tem sido, atualmente, o tema predominante na Ciência Política brasileira. Particularmente aqui, a corrente teórica mais visível na interpretação de nossas instituições democráticas têm sido exatamente o institucionalismo de escolha racional. É preciso reconhecer que esses estudos dão contribuições significativas para o entendimento de como funciona a democracia brasileira (PERISSINOTTO, 2004, p. 218).

O autor aborda as relações entre a produção e elaboração de leis e decisões políticas a partir das orientações presentes na própria “Constituição Federal e o Regimento Interno do Congresso” (PERISSINOTTO, 2004, p. 219). Utiliza-se, assim, de algumas pesquisas para reforçar sua explicação das relações entre o Poder

Legislativo e o Poder Executivo. Reforça que tem-se, no Brasil, partidos políticos fortes e uma acentuada previsibilidade no comportamento parlamentar, ao contrário do que geralmente é propagado pela mídia. As considerações e as análises desenvolvidas são muito diversas no livro didático em questão.

É preciso enfatizar que essas descobertas só poderiam ser feitas por meio de uma perspectiva institucionalista. Os estudos clássicos da Sociologia Política sobre a democracia, ao contrário, sempre enfatizaram as condições sociais que viabilizavam o funcionamento desse sistema político e, por essa razão, dificilmente poderiam colocar uma lente tão forte sobre o funcionamento das instituições (PERISSINOTTO, 2004, p. 221).

O livro didático indica a maneira como a democracia não foi predominante durante um longo período. Ela retorna, a partir do século XIX, como uma “ampliação da participação popular sempre ocorreu em resposta à luta dos diferentes grupos excluídos do processo de tomada de decisão política” (SILVA, 2016, p. 174). Vê-se um paralelo com as considerações de Robert Dahl:

Por longos períodos na história humana, na prática, a democracia realmente desapareceu, mal sobrevivendo como valiosa ideia ou memória entre poucos. Até dois séculos atrás apenas (digamos, há dez gerações), a história tinha pouquíssimos exemplos de verdadeiras democracias. A democracia era mais assunto para teorização de filósofos do que um verdadeiro sistema a ser adotado e praticado pelos povos. Mesmo nos raros casos em que realmente existia uma “democracia” ou uma “república”, a maioria dos adultos não estava autorizada a participar da vida política (DAHL, 2001 p. 13).

Essas considerações reforçam o paralelo entre o conceito de democracia e de cidadania. Robert Dahl aprofunda muito mais as considerações sobre “o governo de um, de poucos ou de muitos” (DAHL, 2001, p. 58), chegando a apontar uma lista de vantagens do governo democrático em relação a outros. No segundo item da lista, já surge a relação com a ‘cidadania’, como um dos direitos essenciais.

Outro paralelo é identificado entre os apontamentos sobre a “Democracia direta”, conforme consta no livro didático: “o exercício da democracia direta consiste na discussão, sem intermediários, das principais questões de interesse comum. Na Grécia antiga, as assembleias populares reuniam os cidadãos na ágora, praça pública onde se deliberavam leis, impunham-se sanções etc.” (SILVA, 2016, p. 175). O texto de Robert Dahl:

Se não é razoável esperar-se viver em perfeita harmonia com todos os seres humanos, poderíamos experimentar criar um processo para chegar a decisões em relação a regras e a leis que satisfaçam determinados critérios razoáveis. *Processo garantiria que, antes de

uma lei ser promulgada, todos os cidadãos tenham a oportunidade de apresentar seus pontos de vista. *Todos terão garantidas oportunidades para discutir, deliberar, negociar e procurar soluções conciliatórias, que nas melhores circunstâncias poderiam levar a uma lei que todos considerarão satisfatória. *No mais provável caso da impossibilidade de se atingir a unanimidade, a lei proposta pelo maior número será a promulgada (DAHL, 2001 p. 67).

Outro ponto de encontro entre as considerações do livro didático e as observações de Robert Dahl dizem respeito à questão da participação por meio do voto, enquanto a Democracia representativa deveria ocorrer pela participação dos cidadãos pela escolha de seus representantes, pelo sufrágio universal. Robert Dahl cita Tocqueville:

Embora Tocqueville afirmasse que "o estado de Maryland, fundado por homens de classe, foi o primeiro a proclamar o sufrágio universal", como quase todos os homens (e mulheres) de seu tempo, tacitamente pressupôs que "universal" não incluísse as mulheres.} Não incluía alguns homens. O "sufrágio universal" de Maryland também excluía a maioria dos afro-americanos. Por toda parte, em países que eram mais ou menos democráticos, como os Estados Unidos, uma boa metade de todos os adultos estava completamente excluída da vida política nacional simplesmente por serem mulheres; além disso, o sufrágio era negado a muitos homens porque não satisfaziam as exigências de ser alfabetizados ou ter propriedades, exclusão essa apoiada por muita gente que se considerava defensora de um governo democrático ou republicano. (DAHL, 2001, p. 103)

O questionamento proposto por Dahl pode ser invertido. Quando meios de comunicação passaram a distorcer informações e a desestabilizar a relação entre os cidadãos e ocupantes de cargos públicos solicitados pelas esferas municipais e estaduais (valores da passagem de ônibus e da tarifa de água e de luz), "canalizou-se" uma revolta contra o governo federal.

Reforçando a responsabilidade do professor da disciplina de Sociologia quanto ao cuidado com os recursos utilizados para levar o estudante a superar o senso comum, no que diz respeito, especificamente, ao tema da democracia, que faz parte dos conteúdos da disciplina, e problematizando o referido tema com o estudante, o livro didático foi um recurso apropriado.

É importante esclarecer que o livro didático foi utilizado pelos estudantes das 3ª séries do Colégio. Em paralelo com a Justiça Eleitoral e a Câmara dos Vereadores, a teoria foi trabalhada durante as duas aulas semanais da disciplina de Sociologia, com ênfase na área das Ciências Políticas e em conjunto com outros estudantes das séries do ensino médio e fundamental. As práticas vivenciadas serão descritas no

decorrer deste trabalho.

Para abordar o tema da “democracia”, principalmente com os estudantes das 3ª séries A e B, o livro *Sociologia em Movimento* (SILVA et al, 2016) foi utilizado como recurso didático. No seu Capítulo 7 (p. 172), os autores fazem uma pequena introdução, a fim de situar o tema. No subtítulo “Primeiras palavras”, os autores, intencionalmente, esclareceram que o termo Democracia não é abordado sem outros conceitos parceiros. Segundo Silva et al (2016, p. 172), “Discutir democracia, cidadania e direitos humanos é compreender como nosso cotidiano está relacionado à nossa participação efetiva na construção da sociedade”. Ou seja, o termo democracia sempre estará acompanhado dos conceitos de cidadania e de direitos humanos. A cidadania, em sua plenitude, está em constante construção, sendo possível só em um estado democrático.

Os autores (SILVA et al, 2016) apresentam um histórico do conceito democracia e suas modificações. Segundo o livro, em sua trajetória, o conceito incorporou novos elementos, como os utilizados na história ocidental: a democracia direta, representativa e participativa. Paralelamente à sistematização do conceito, o livro ilustra a linha de tempo das conquistas cidadãos e dos direitos humanos a partir da Revolução Gloriosa da Inglaterra (1688), passando pela Revolução Francesa, pela Declaração dos Direitos Humanos, pela promulgação da primeira constituição no Brasil, pela abolição da escravatura, pela promulgação de leis trabalhistas, pelas convenções internacionais de repressão aos crimes de genocídio, discriminação racial e gênero, tortura, crimes contra as crianças e pessoas com deficiências, até ser sancionado o Estatuto de Igualdade Racial (Constituição Brasileira, n.º 12.288/10), resultado do respeito ao estado democrático, à cidadania e à luta pelos direitos humanos, principalmente no Brasil (2013). Enfatiza-se, assim, que a luta pela cidadania e pela preservação de direitos só ocorre no processo democrático. A linha cronológica permitiu aos estudantes visualizarem que os conceitos de democracia, de cidadania e de direitos humanos são interligados.

Ao abordar a teoria democrática moderna, os autores do livro *Sociologia em Movimento* (SILVA et al, 2016) fazem referência a pensadores, de forma cronológica e linear, que podem contribuir para o aprendizado dos estudantes. Na teoria democrática moderna, destaca-se a perspectiva de Thomas Hobbes, que defendia uma preferência pela monarquia absolutista e que justificava a transferência dos direitos individuais ao soberano por meio do contrato social. No decorrer da teoria

democrática moderna, tem-se a perspectiva de John Locke, no que diz respeito ao governante que protege a segurança jurídica e a propriedade privada, isto é, os direitos civis, atendendo aos interesses da burguesia. Pensadores iluministas como Rousseau, no tocante ao *Do Contrato Social Favorável à Democracia Direta*, tem suas teses apresentadas de forma acessível para estudante. Segundo o *Sociologia em Movimento* (SILVA et al, 2016, p. 178), Rousseau afirma: “A democracia direta é o único sistema legítimo de autoridade e ato político”. Vale ressaltar que a obra *O Espírito das Leis*, do filósofo iluminista Montesquieu, também é citada no livro didático, assim como a sua proposta de dividir o poder administrativo do Estado em três: Executivo, Legislativo e Judiciário.

O livro didático contém quadros com cores diferentes, intitulados “Quem escreveu sobre isso” (SILVA et al, 2016, p. 406):

Tem por objetivo aproximar os estudantes dos principais pensadores que estudaram o assunto abordado. A finalidade maior é apresentar o autor e as ideias que marcaram sua obra. A diversidade de autores ligados à construção do saber sociológico também serve de estímulo para os estudantes perceberem que os cientistas sociais têm diferentes origens socioculturais e desempenham os mais variados papéis na vida pública de seus países (por vezes, internacionalmente também).

Esse destaque é interessante, pois permite aos estudantes conhecerem mais sobre os autores e as suas obras. Fora da sala de aula, podem pesquisar mais sobre as obras e quiçá se aprofundar na leitura delas.

O Capítulo 7 continua abordando o tema, democracia, com um texto que reforça as análises de Karl Marx e de Friedrich Engels. Tais teóricos reconhecem que o sufrágio universal e os movimentos de luta pela igualdade política são conquistas importantes, mas que, no entanto, as desigualdades sociais limitam as opções políticas das pessoas. Segundo o livro didático *Sociologia em Movimento* (2016, p. 179), Marx alega o seguinte: “Na democracia liberal, o capital governa”.

Em relação à teoria democrática contemporânea, o livro didático aborda as duas correntes políticas que surgiram em meados do século XIX, destacando-as nos quadros “Quem escreve sobre isso”. Nestes, ilustram-se as teorias e as perspectivas de Benjamin Constant, de Alexis de Tocqueville, de John Stuart Mill, de Rosa de Luxemburgo e de Robert Dahl. Esse último autor descreve como a democracia deveria ser e como ela se realiza na prática. Outro autor destacado é o cientista político canadense Crawford Brough Macpherson, no que se refere a sua obra *A Teoria Política do Individualismo Possessivo*, na qual defende a ideia dos princípios da

democracia direta, controlada e gerida por pessoas comuns pelas organizações.

No mesmo capítulo, os conceitos de cidadania e de direitos humanos também são abordados pelas referências a vários autores que fundamentam a discussão dos conceitos relacionados à democracia. Para os outros conteúdos, foi utilizado a apostila *Geração Atitude* (s/d). O livro didático *Sociologia em Movimento* (SILVA et al, 2016) apresentou um Capítulo acessível ao estudante, o que permitiu a fundamentação teórica de uma metodologia mais prática, a qual será apresentada a seguir.

4.2. Uma vivência democrática: a disciplina de sociologia e a parceria com o projeto municipal parlamento jovem

O termo democracia faz parte do conteúdo específico da disciplina de Sociologia. Os alunos das 3ª séries A e B (2019) do Colégio Estadual Professor Gabriel Rosa estavam recebendo as primeiras informações teóricas sobre o tema, quando chegou um convite da Escola Judiciária Eleitoral do Paraná para os Colégios do ensino fundamental e no caso do Colégio Gabriel Rosa – fundamental e médio participarem do Projeto Parlamento Jovem. Coordenado, em Curitiba, pela Escola Judiciária Eleitoral do TRE/PR e, no interior do estado, pelos juízes dos Cartórios Eleitorais, em parceria com a Secretaria da Educação e do Esporte do Estado do Paraná (SEED), a Secretaria Municipal de Educação (SME), a Assembleia Legislativa e as Câmaras Municipais, o Projeto é de abrangência estadual. O Colégio aceitou o convite. Fui procurada pela diretora, que entendeu, que como docente de Sociologia, seria conveniente também, para coordenadora do projeto no Colégio Professor Gabriel Rosa. Os demais colégios estaduais do município também aceitaram o convite para participarem do projeto. Seria uma oportunidade de os estudantes vivenciarem a democracia representativa.

O Projeto Parlamento Jovem é destinado tanto a estudantes do ensino médio quanto a estudantes do fundamental. Tem como objetivo permitir ao estudante conhecer, na prática, o Poder Legislativo, assim como permite debater problemas municipais e propostas de resolução. Pelas práticas de envolvimento dos estudantes com as instituições escolares, acredita-se que o Projeto é capaz de contribuir para a formação destes e para a sua participação política consciente.

Como relatado, o projeto foi destinado a estudantes do ensino médio e fundamental. A direção do Colégio Professor Gabriel Rosa achou por bem a

participação dos estudantes como candidatos a vereadores, enquanto representantes do 9º ano do fundamental e das séries do ensino médio, por perceber uma maior maturidade nos alunos, o que faz jus à responsabilidade do cargo de vereador mirim. A direção decidiu, também, que os estudantes do período noturno não participariam do projeto, já que a maioria tinha mais de 18 anos e que o público-alvo do Projeto era o adolescente com idade entre 10 e 17 anos. Importante esclarecer que, para os alunos do ensino fundamental, a disciplina que leciono é História.

O Colégio recebeu da Escola Judiciária Eleitoral do Paraná um material com o cronograma das atividades a serem desenvolvidas com os estudantes e uma cartilha com informações teóricas que serão descritas abaixo:

Cronograma do ano letivo de 2019

- Reunião do Cartório com a Câmara Municipal para apresentação do projeto e do termo de adesão, de responsabilidade do cartório e com data limite de 20/02.
- Assinatura do termo de adesão pela Câmara Municipal, de responsabilidade do cartório até 28/02.
- Reunião com a Escola, responsabilidade do Cartório e Escola Eleitoral Judiciária, data limite 20/02.
- Assinatura do termo de Adesão pela escola, responsável Cartório/Escola, até 12/03.
- Reunião com os professores, responsável Cartório/Escola Judiciária Eleitoral, até 27/02.
- Apresentação do Projeto nas salas de aula, responsável escola, data limite 12/03.
- Filiações e Convenções partidárias, responsável escola, data limite 28/03.
- Campanhas eleitorais nas escolas, responsável escola, data limite de 02/4 a 06/05.
- Informações ao Cartório do nome dos eleitores (cada eleitor recebeu seu título e, para isso, deveria estar matriculado na escola), responsável escola, data limite 02/04.
- Encaminhamento de informações ao Cartório do nome dos candidatos (com partido), responsabilidade da escola até 10/04.
- Envio das planilhas ao Sistema de Gestão da Primeira Instância Secretaria

Municipal de Educação (SGPI) – Planilha de eleitores e de candidatos, responsável Cartório, até 12/04.

- Encaminhamento dos Títulos Eleitorais aos Cartórios, responsável Escola Judiciária Eleitoral, até 03/05.
- Parametrização – Geração de mídias e carga nas urnas (em torno de duas urnas por escola, dependendo do número de alunos), responsável Cartório, 04/06.
- Treinamento dos Mesários (alunos da escola que não se filiaram a nenhum partido), responsável Cartório/Escola, até 11/06.
- Eleição, responsável Cartório Eleitoral/Escola Judiciária Eleitoral/Escola, 13/06.
- Diplomação, responsável Cartório/Escola Judiciária Eleitoral 31/06.
- Posse, responsável Câmara Municipal, a data limite seria 09/07 (remarcada para 26/08).
- Primeira Sessão, responsável Câmara Municipal (provavelmente após a posse)
- Encerramento, responsável Câmara Municipal, data limite 29/11.

A apostila recebida do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), intitulada “Projeto Parlamento Jovem – Guia do Professor”, sugeria que o desenvolvimento das atividades ocorresse com base nos seguintes tópicos: O que é política?; Entendendo cidadania; E esta tal democracia; Democracia e representação política; A democracia e a organização dos poderes no Brasil; O papel da Câmara Municipal: como e por quem são feitas as leis?; O que é ser eleitor?; Como os eleitores podem modificar uma realidade ruim?; Projeto Parlamentar Jovem; Detalhamento e principais atribuições dos envolvidos no Projeto. Tais tópicos casavam, assim, com os conteúdos que deveriam ser trabalhados com a 3ª série.

A teoria foi trabalhada com os estudantes das 3ª séries do ensino médio e com os candidatados a vereadores mirins. Com os estudantes das 3ª séries, isso se deu porque alguns dos tópicos mencionados fazem parte dos conteúdos específicos da disciplina de Sociologia, e, com os candidatos, porque participavam do projeto. Com os demais estudantes, por motivos maiores, foi trabalhado o tópico “O que é ser eleitor”.

A apostila orientava que os estudantes fossem divididos em cinco partidos, com

os respectivos números e siglas:

- P.V.S. – PARTIDO VIDA E SAÚDE – 50: Nesse partido, o foco da discussão eram temas relacionados à vida, como: a autocuidado, a autoproteção, a prevenção ao uso de drogas ilícitas na adolescência, a organização e o acesso aos serviços de saúde, para a prevenção da gravidez na adolescência, e, ainda, as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs)/Aids e a violência social, doméstica e entre adolescentes.
- P.L.R.D. - PARTIDO LIBERDADE E RESPEITO E DIGNIDADE – 51: O partido discutia mais profundamente as questões ligadas ao racismo, a gênero, à discriminação de deficientes e minorias, às questões indígenas, à situação dos adolescentes do meio rural, ao sexo na adolescência e à exploração sexual.
- P.E.L.I.C.E. – PARTIDO ESPORTE, LAZER E INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR – 52: Os integrantes desse partido dedicaram-se à defesa do acesso a atividades esportivas e de lazer, bem como a sua importância como fator de inclusão social. Por isso, discutiu e elaborou propostas de valorização dos adolescentes na família e na comunidade, a ocupação do tempo livre, a participação do adolescente, a aproximação e a integração entre adolescentes e discentes, a harmonia escolar, a manutenção, a conservação e a ampliação do espaço físico da escola e o intercâmbio escolar.
- P.S.P.C.V. – PARTIDO SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE À VIOLÊNCIA – 53: Neste partido, assumiu-se, como bandeira, o combate à violência doméstica e à violência entre adolescentes, propor-se, também, a discutir a redução da maioridade penal, a inimputabilidade (exclusão da culpabilidade) do adolescente, a corrupção de menores e a violência urbana.

Como essas orientações vieram do Projeto, não ficou claro se havia uma intencionalidade e surgiram algumas dúvidas sobre, por exemplo, se as orientações seriam para a defesa do menor ou a favor da redução da menor idade. O contexto social de jovens vulneráveis deixa bem claro que a criminalidade de jovens infratores não está relacionada a questões punitivas, mas socioeconômicas, entre outras coisas. O candidato desse partido foi orientado a respeito dessa questão.

- P.E.C. – PARTIDO EDUCAÇÃO E CULTURA – 54: A temática do P.E.C foi o trabalho infantil, o direito à profissionalização e a proteção do trabalhador, a

vocação do adolescente, o sentido do trabalho para o adolescente, o uso das tecnologias no aprendizado, na educação e na cultura, a qualidade do ensino, a diversidade cultural, a inclusão escolar e as atividades culturais e artística dentro e fora da escola.

Neste caso (P.E.C – PARTIDO EDUCAÇÃO E CULTURA), também não ficaram claras as finalidades das propostas do partido e a orientação ao candidato foi que suas propostas deveriam estar relacionadas a questões culturais, mas não ao trabalho infantil.

Os estudantes ficaram à vontade para se candidatarem, assim como para escolherem os partidos de acordo com as suas afinidades. Os estudantes que decidiram se candidatar foram os responsáveis por divulgarem seus partidos e por buscar filiados. Não se teve muitos candidatos. A princípio, os estudantes nem se interessaram pelo projeto (a maioria não se interessa por política e o desenvolvimento do projeto coincidiu com a eleição do grêmio estudantil, gerando mais interesse em participarem do grêmio do que do projeto), que propôs de três a cinco filiados por sala, pois a estrutura que compõe cada partido deveria contar com pelo menos quatro membros: direção do partido, presidente, tesoureiro e secretário. Sendo que a responsabilidade de organizar as convenções eleitorais seria dos partidos. A seguir, pode-se ver as responsabilidades das convenções partidárias, conforme as orientações do Projeto Parlamento Jovem de como seriam escolhidos os candidatos a vereador mirim. Os critérios para a escolha dos candidatos, na convenção, foram definidos pelos partidos com o auxílio do professor responsável pelo projeto.¹² O número do candidato deveria ter cinco algarismos, sendo que os dois primeiros deveriam corresponder ao número do partido.

A maioria dos estudantes estava preocupada com a eleição do grêmio estudantil, mas, depois de muita conversa e informação sobre o projeto, surgiram os primeiros candidatos. As comissões foram formadas, os partidos e os candidatados foram escolhidos. A direção do Colégio encaminhou o nome dos estudantes para o título de eleitor (todos matriculados no Colégio, nos períodos matutinos e vespertinos), data de nascimento e ano escolar (turma), assim como nome, partido do candidato e número.

¹² Junto com a direção do Colégio, elaborou-se a ficha limpa do candidato a vereador mirim, colocando alguns critérios, como ser responsável com horários e faltas e ter boa conduta em sala de aula, entre outros.

As campanhas eleitorais foram iniciadas de acordo com as orientações recebidas do Projeto. Tudo deveria ocorrer conforme uma campanha oficial, mas com certa flexibilidade e adequação à realidade da escola. Foi necessário, também, seguir regras preestabelecidas e acordadas com a Direção da Escola (discutidas, formuladas e entregues a cada partido). As atividades poderiam ser realizadas na escola, pelos estudantes (candidatos e apoiadores). Ademais, podiam ser realizadas diversas atividades: cartazes, folders, comício, debate etc.

Os candidatos utilizaram folders, as redes sociais, cartazes e passaram nas salas de aula expondo as suas propostas. Observou-se que a atividade retratou bem o que acontece de fato, apesar das explicações quanto ao papel do eleitor, esses não demonstraram muito interesse em desempenhá-lo com responsabilidade. Percebeu-se, claramente, o apoio ao candidato mais popular, ou “vou votar nesse ou naquela porque são meus amigos”.

As eleições ocorreram durante os períodos matutinos e vespertinos (para que os estudantes votassem no próprio período). Teve-se alguns contratemplos, como a discussão com agressões físicas e verbais de uma estudante (mesária) e uma estudante (eleitora). O caso foi resolvido no próprio Colégio, pela direção, pelas pedagogas e pelos responsáveis pelas estudantes. As estudantes receberam várias orientações a respeito do seu comportamento, haja vista que a estudante (mesária) havia passado por um treinamento e que a estudante (eleitora) também sabia como deveria se portar, tendo sido esclarecido que, se fossem eleições oficiais, elas poderiam ter recebido medidas punitivas, como perder a liberdade.

Como previsto, o candidato mais votado foi o mais popular do Colégio, mas com mérito, já que fez uma boa campanha e apresentou boas propostas.

A diplomação oficial ocorreu no dia 26 de agosto de 2019, na Câmara Municipal do Município, com a participação do prefeito da cidade, de responsáveis pelos diplomados, de representantes do Tribunal Regional Eleitoral e da Escola Judiciária Eleitoral, assim como da direção do Colégio.

Os diplomados poderiam exercer o mandato até o final de 2019, participar das sessões da Câmara Municipal e das discussões, de acordo com o cronograma. Poderiam, ainda, apontar propostas de ação e apresentá-las sempre com a orientação do professor coordenador do projeto. Enfatiza-se que foram orientados, pois, desde o começo, quando se propuseram a participar do projeto, demonstraram atitude e opinião própria e ideias, conforme as propostas dos seus partidos, fazendo com que

as expectativas em relação aos futuros candidatos fossem grandes.

Como já mencionado, a princípio, os estudantes não se interessaram pelo projeto, o que já era esperado, pois este é o perfil da grande maioria dos estudantes e da comunidade escolar, infelizmente. Contudo, conforme foram sendo esclarecidos os objetivos do projeto, os estudantes foram se envolvendo e, por fim, gostaram das propostas. Alguns, no entanto, permaneceram com a mesma postura de indiferença.

Para a disciplina de Sociologia, foi uma excelente experiência. O projeto proporcionou, sobretudo aos estudantes da 3ª série, a união da teoria e com uma atividade pedagógica prática a respeito da democracia representativa. A vivência permitiu o desenvolvimento de um senso crítico acerca deste conteúdo. Os alunos perceberam que a representatividade pode não acontecer se os representantes não tiverem compromisso com os seus eleitores (o que muitas vezes ocorre na prática), que a cidadania, em sua plenitude, só se dá na democracia, que a luta pela cidadania ocorre pelos movimentos de organização social, que conservam os direitos e que lutam por novos. Além disso, o processo desnaturalizou a ideia de que o simples fato de comparecer às urnas torna o indivíduo um cidadão, mostrando que a eleição é coisa séria, que os eleitores devem estar preparados para votar e para cobrar seus representantes.

A atividade contou com duas urnas eletrônicas, com fotos e números dos candidatos. Os eleitores possuíam título de eleitor, os mesários foram treinados para a atividade, houve votos nulos, tanto por falta de compreensão dos eleitores (orientações foram dadas) como por falta de comprometimento com a atividade e empenho dos futuros diplomados. Acredita-se que o resultado da parceria da disciplina com o Projeto Parlamento Jovem foi positivo, já que o professor jamais teria tido condições de oferecer todo o aparato (urnas, título de eleitor, treinamento de mesários, participação das instituições oficiais etc.) que o Projeto ofereceu. Uma vivência que, sem dúvida nenhuma, permitiu que a teoria e a prática se aproximassem, assim como permitiu a experimentação da democracia representativa.

O projeto gerou muitas expectativas. Espera-se que aqueles que vivenciaram a prática pedagógica passem a ser eleitores mais conscientes, pois o termo cidadão contempla não só participação social, consciência política, direitos, mas também cumprir deveres. Deseja-se que os futuros diplomados compreendam a responsabilidade de representar uma comunidade, uma sociedade, um país, uma vez que é isso o que se espera de um político no exercício de um mandato.

O risco está no jogo político dos bastidores, algo que os participantes do Projeto vivenciaram (durante as reuniões com os representantes da Câmara). Compreenderam a frustração de ter a recusa de projetos sinceros, que pudessem trazer melhorias significativas para a comunidade, mas que não foram aprovados pelos pares por não mobilizarem, talvez, a força política necessária.

A participação como vereadores-mirins não se concretizou, o que causou frustração nos eleitos, porém a vivência do processo democrático favoreceu a compreensão do tema da democracia, no que se refere a como é constituído o sistema democrático no Brasil. Isso não só para os estudantes da disciplina de Sociologia, mas para todos os estudantes do Colégio que participaram do Projeto. Sem a parceria com a Câmara Municipal e com o Tribunal Regional Eleitoral, a vivência não contaria com os recursos que foram disponibilizados citados anteriormente.

A seguir, tem-se os relatos dos eleitos Evyllyn (1ªC, em 2019, 2ª, em 2020), Murylo (3ª B, concluiu o ensino médio em 2019, hoje cursa Artes Cênicas na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR)) e Lúcio (2ª B, em 2019, e 3ª, em 2020). É importante esclarecer que o estudante Lúcio (uns dos vereadores) era aluno de outra docente de Sociologia, porém matriculado no Colégio:

O projeto Parlamento Jovem, foi algo em que eu aprendi muitas coisas, principalmente sobre como funciona a Câmara dos vereadores e o poder legislativo como um todo. A parte que mais gostei do projeto foi da campanha e eleição. Essa parte foi muito “Top”, pois nela, nós, os candidatos, tivemos que convencer o nosso eleitorado que nós tínhamos as melhores ideias, e o ato de ter na eleição a confirmação que as pessoas realmente concordam e acreditam nos ideais defendidos por nós é realmente muito gratificante. A parte que eu senti mais falta, durante o projeto foi que, praticamente, não conseguimos trabalhar depois da posse, fazer um projeto, uma indicação e etc. E isso me fez sentir, que eu estava decepcionando meu eleitorado e a mim mesmo. Esse sentimento aconteceu, pois, eu sabia q muitos estavam confiando que eu faria algo diferente coisa que infelizmente não consegui. No fim do projeto só tenho boas recordações e ela me trouxe bons aprendizados, alguns creio, que me ajudarão nas próximas eleições para escolher os próximos candidatos. Porquê dessa vez entendo que os candidatos não podem prometer nada que traga ônus a prefeitura como Vereadores apenas o prefeito tem esse poder, e isso me ajudará a esse ano descobrir qual candidato está só de bravata e qual realmente deseja fazer que diferença (Lúcio da Cruz de Moraes, 2020).

Segue o depoimento da única candidata eleita:

Participar do projeto vereador mirim foi muito importante para mim, mudei muito o meu modo de ver as coisas. No começo, criei expectativas de fazer vários projetos, de poder debater as minhas

ideias, de impor meus ideais, mas, assim que o projeto foi acontecendo, vi que as coisas seriam diferentes. Logo percebi um pouco como as coisas realmente são. Tivemos reuniões em que certas coisas foram esclarecidas, coisas que, até então, eu não sabia. Foi aí que percebi que seria mais difícil do que imaginei, teríamos pouco tempo e muito pouco recurso. Porém, não desanimei. O dia da posse foi bem emocionante, contudo, foi uma pena que parou ali. Achei que teríamos reuniões com os vereadores, que iríamos planejar algo muito bom para os moradores de Curiúva, no entanto, não foi bem assim. Infelizmente, e eu meus companheiros, Lucio e Murilo (uns amores, e muito queridos, com ideias maravilhosas), não participamos de nada. Das poucas coisas que aconteceram, participei de algo na Câmara Municipal. Foi bem legal saber mais sobre a política e o que, de fato, acontecia na minha cidade. Mesmo assim restaram arrependimentos, como de não ter cobrado mais e de não ter atuado mais em tudo. Sinto, às vezes, que foi tudo em vão, pois gostaria de ter passado algo para os meus colegas, e sinto que falhei nisso. Enfim, tirando algumas coisas com as quais não pude concordar, tentando sempre falar mais do que devia aos vereadores, foi ótimo participar. Adoraria me candidatar novamente, só que, dessa vez, para fazer alguma diferença, mínima que ela seja (Evyllyn de Oliveira Benício, 2020).

Paro o aluno Murylo o projeto também trouxe novos conhecimento e uma experiência interessante:

Meu nome é Murylo Pinheiro, tenho 17 anos e moro na cidade de Curiúva há muitos anos, e venho dizer que em muito tempo, nunca havia um projeto que realmente estimulasse os jovens a participar da política pública e estar atento as questões da sociedade. Foi então que surgiu o projeto "Parlamento Jovem", que visava incentivar os jovens para aprender mais sobre como funciona a política atual e conscientizá-los sobre a importância do voto, até o que era um ponto positivo, então, as escolas podiam eleger três vereadores mirins para representá-los na câmara municipal, pois com o auxílio de minha professora de Sociologia Daniela Paderes, me candidatei, divulguei meu partido, tudo foi feito como uma verdadeira eleição (com Urna e tudo) e ao final, ganhei. Como sabíamos pouco sobre os três poderes, e os direitos do cidadão, fomos orientados por minha professora até entendermos como tudo funcionava, pouco tempo depois, fomos ao fórum recebidos de aplausos para receber o "Diploma de participação" e logo na câmara, a posse de vereador, no qual fomos entrevistados e homenageados por sermos os primeiros vereadores mirins. Tudo ocorria muito bem, até que eu e meus colegas também vereadores, fomos chamados para um debate com o assessor jurídico conhecido na cidade, que nos explicou que podíamos elaborar muitos projetos de lei, porém, que não exigisse muito ou não tivesse recurso financeiro, e ao final essa lei seria implantada no município. Até tudo bem, planejamos e estávamos dispostos a ir até o final com isso, fomos informados que toda segunda-feira às 19h haveria uma reunião na câmara municipal, para informarmos nossas propostas e debatermos o que é melhor para nossa cidade, o qual não ocorreu. Íamos de semana em semana lá e não houve reunião alguma, os vereadores mirins realmente foram esquecidos, esse foi o ponto negativo. Queriam tanto elaborar uma coisa que fosse favorável aos pré-adolescentes/adolescentes, e acabaram não formando nada, nenhum

projeto, nenhum jovem foi ouvido, e muito menos a minha participação eleitoral serviu. Talvez seja por que temos, muitas ideias, e somos jovens com um potencial de mudar a realidade à nossa volta, acredito que logo isso vai mudar, tanto na participação juvenil nas políticas públicas quanto a inserção de como um jovem pode revolucionar tudo (Muryllo Pinheiro, janeiro 2020).

Os relatos a respeito da sua vivência como candidatos e vereadores-mirins eleitos, contribuíram a uma análise da efetividade da união entre a teoria e a prática dos conteúdos da disciplina de Sociologia, principalmente no que se refere à Democracia Representativa no Brasil. Isto ocorreu de forma informal, por telefone, os estudantes encaminharam seus relatos por um aplicativo de celular.

A estudante Gabriella Ferreira, da 3ª série (hoje cursa Pedagogia na Fateb), participou indiretamente. Isto porque Gabriella não foi candidata a vereadora no projeto realizado. Foi, entretanto, aluna de História durante o ensino fundamental e de Sociologia nas três séries do ensino médio. Gabriella sempre foi uma aluna muito crítica e participativa. Prontamente fez uma análise das práticas pedagógicas utilizadas na disciplina de Sociologia.

As aulas de Sociologia, durante esses 3 anos de Ensino Médio, me auxiliaram em vários momentos de minha vida, não somente em vestibulares, mas também na hora de votar e reconhecer meu papel como cidadã e o que de fato é a cidadania em sua amplitude. Nossa professora ministrava suas aulas e as encaixava com os projetos que haviam na escola (como por exemplo, o projeto denominado: Parlamento Jovem, no qual todos os alunos da escola tiveram a chance de "ir às urnas", com direito, inclusive, de um título de eleitor de brincadeira). Portanto, nesse período, ela nos passou um trabalho sobre as funções de cada poder e quem os compunha, para que soubéssemos votar e ter consciência dos deveres dos políticos. Os trabalhos feitos e as aulas, eram dinâmicos e havia espaço para debate, por mais que o tempo fosse curto e nossa infraestrutura não fosse tão boa, o tempo era bem aproveitado e a forma de ensino era compreendida perfeitamente. Sendo assim, boa parte de nossa turma tinha consciência de seus direitos e deveres dentro da sociedade, nos tornando verdadeiros cidadãos, transformando sempre a cidadania (já que aprendemos que ela não está pronta). Os métodos que a sociologia nos foi transmitida, fez com que sejamos seres pensantes e revolucionários, ao invés de alienados, podendo, dessa forma, mudar o meio em que vivemos (Gabriella Ferreira, janeiro 2020).

O que mais chama a atenção no depoimento da Gabriella (coletado por meio de um aplicativo de celular) é a apropriação do conceito de alienação. Ela descreve exatamente a discussão realizada durante as aulas da 1ª série. Como recurso didático, utilizamos o livro de Sociologia fornecido pelo governo do Paraná (2007), assim como foi abordado várias vezes nos debates em sala o conceito de cidadania.

Concluiu-se, como afirmava Marshall (1967), que a cidadania está em construção, de modo que não basta ao cidadão lutar por direitos, mas também preservá-los. Nos debates, a contrarreforma trabalhista foi muito abordada, assim como as mudanças no seguro previdenciário, em votação no Congresso Nacional. Viu-se que muitos dos direitos dos trabalhadores foram tirados.

Outro relato permitiu concluir que, apesar de nem tudo ter ocorrido como esperado, os conteúdos pertinentes à disciplina de Sociologia foram apreendidos.

Com as aulas da professora Daniela, ficou mais claro como funcionava a democracia representativa no Brasil, foram vários trabalhos e debates que permitiu que pudesse tirar dúvidas e entender mais sobre nossos direitos e deveres de cidadãos, explicou melhor como funcionava os poderes legislativos, executivo e judiciário, e que na nossa sociedade nem sempre o que está na lei e o que realmente acontece na realidade, mostrou que devemos participar, lutar para ter a liberdade de expressão sobre o assunto, cobrar os nossos direitos, como verdadeiro cidadão, interagir mais para ter melhoras. Tivemos o projeto de Geração atitude e Parlamento jovem que foi muito interessante pois um dos colegas de sala, eleito como vereador. Foram feitas eleições, tiveram partidos apresentando suas propostas de sala em sala, foram feitos títulos, e teve a posse do vereador na Câmara. Foi possível compreender melhor todo o conteúdo pois além das aulas teóricas ainda tivemos a prática, vivenciando, como não se deve ausentar da participação política, isso pois acaba resultando em perda de direitos, que ser cidadão de verdade e exercer seus direitos civis de forma ativa (Andressa Vitória Higino, janeiro de 2020).

Apesar da frustração com a não participação como vereadores mirins, estudantes do Colégio Professor Gabriel Rosa (não só os alunos da disciplina de Sociologia) puderam vivenciar o processo democrático representativo.

4.3 O projeto estadual Geração Atitude

O objetivo do Projeto Geração Atitude é o combate à corrupção. Trata-se de uma proposta do governo do Paraná que tem como fim atingir o público jovem. Termina com a participação dos estudantes na elaboração de um projeto de lei. De acordo com o Ministério Público do Paraná:

O projeto Geração Atitude, ligado ao Movimento Paraná Sem Corrupção, tem como objetivo apoiar a formação cidadã de estudantes paranaenses da rede estadual de ensino, promovendo a cidadania, a participação política e o protagonismo juvenil. Desenvolvido pelo Ministério Público do Paraná, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, a Assembleia Legislativa do Paraná, o Tribunal de Justiça do Paraná e a Assessoria Especial da Juventude do Governo do Estado, o Geração Atitude está presente em todas as escolas

públicas de ensino médio, localizadas nas áreas de atuação dos 32 Núcleos Regionais de Educação do Paraná. As ações do projeto buscam despertar o interesse dos jovens para temas como Cidadania, Democracia, Política, Eleições, Voto Consciente e o funcionamento do Ministério Público e dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo. Compreendendo melhor esses assuntos, os estudantes podem tornar-se agentes transformadores da realidade, participando de discussões que envolvam sua escola, bairro, cidade, estado e o país (s/d, s/p).

Tanto o projeto municipal Parlamento Jovem quanto o estadual, Geração Atitude, foram incorporados ao desenvolvimento das atividades realizadas durante as aulas de Sociologia para despertar nos estudantes o interesse pela compreensão dos conteúdos.

O projeto Geração Atitude foi desenvolvido em 2018¹³ com os estudantes das turmas 3º A e 3º B. Para o desdobramento do conhecimento do sujeito do aprendizado (no caso os estudantes das turmas 3º A e 3º B), foram utilizados como recursos didáticos: aulas expositivas, problematizando o conhecimento dos estudantes no decorrer de sua trajetória com indivíduo; o livro didático adotado pelo Colégio; a apostila “Geração Atitude” (Anexo A) fornecida pelo estado do Paraná; e a exposição de como funciona o processo de elaboração de um projeto de lei e de como esse projeto pode se tornar uma lei. Para isso, foram discutidos os conceitos de Política e de Cidadania.

Para orientação do desdobramento do projeto, como referência pessoal, foi utilizado o “Escola Virtual da Cidadania”, especificamente os espaços denominados “Participação Política” e “Para que servem as leis?”, onde os conteúdos aparecem abordados de maneira bem acessível. A Constituição Federal (BRASIL, 1988) foi consultada e os projetos de leis federais, como reforma trabalhista e previdenciária, foram muito debatidos, resultando em muitos conflitos. Em 2016, o Colégio sediou uma palestra da promotora do município sobre o enfrentamento da corrupção, o que não ocorreu em 2018, repetindo-se apenas em 2019.

Após uma ampla discussão e do esclarecimento das dúvidas individuais de cada estudante interessado, já que a maioria teve a pretensão de inscrever um projeto de lei, deu-se início à edição de tais projetos.

Os projetos desenvolvidos pelos estudantes serviram como instrumento de avaliação bimestral, já que refletiram a apropriação, ou não, dos conteúdos abordados nas aulas.

¹³ O projeto foi trabalhado em 2016, com a turma 2º C

Durante o desenvolvimento dessa atividade, o conceito de democracia representativa foi muito discutido. Assim, torna-se imprescindível a explicação do motivo de o conceito ter sido abordado com ênfase nas aulas e descrito neste trabalho, bem como se faz necessário esclarecer como o livro *Sociologia em Movimento* (SILVA et al, 2016) aborda o tema segundo um padrão de apresentação dos conteúdos estruturantes da disciplina e qual a sua contribuição, enquanto recurso didático, para a prática desenvolvida.

Vale destacar o polêmico projeto de lei da aluna Sarah Cunha, da 3ª série do ensino médio, realizado em 2018. Sarah concluiu o ensino médio no mesmo ano e está no segundo ano do curso de Pedagogia da Fateb.

O projeto dispõe sobre: saúde pública

Art. 1º. – Será ofertada a cirurgia de laqueadura e vasectomia à todas as mulheres e homens, gratuitamente, acima de 18 anos, independente de terem ou não filhos.

Art. 2º. – Todos os homens e mulheres, acima de 18 anos, deverão passar por um acompanhamento com médicos e psicólogos, para que não reste dúvidas a respeito da decisão tomada.

Art. 3º. – A lei será fiscalizada pela Secretaria de Saúde de cada município do Paraná.

Art. 4º. – Para o atendimento, serão ofertados os profissionais de saúde do quadro de funcionários do município. Na ausência de especialistas no âmbito municipal, estes serão ofertados pelo Estado.

Justificativa

Justifica-se a presente lei pela necessidade de atender um público cada vez maior de pessoas que optam, conscientemente, por não ter filhos. Como consequência, a morte de muitas mulheres que recorrem a abortos clandestinos seria evitada. Assim, a laqueadura e a vasectomia poderiam ser acatadas como solução para a diminuição do aborto e da gravidez indesejada (Sarah Cunha, 2018).

A estudante fez questão de relatar a sua experiência com o projeto e as dificuldades pelas quais passou por defender um tema polêmico. Na verdade, a versão original do seu projeto, que era a defesa do aborto, sofreu diversas críticas por parte dos colegas de sala, inclusive nas redes sociais. O projeto final, no entanto, resultou, também, na defesa dos direitos da mulher:

O debate sobre a descriminalização do aborto no Brasil ainda é um tabu muito grande e muitas mulheres são julgadas por ter essa posição. No meu projeto Geração Atitude em um primeiro momento eu pensei em fazer sobre a legalização do aborto e explicar como algumas mulheres sofrem com seus filhos por não ter condições financeiras para os sustentar e não ter o apoio dos pais, pois a mulher sofre em viver em situações precárias e os filhos também.

Mas como muitas pessoas me julgaram resolvi mudar o meu projeto, pois fui muito julgada pelos meus colegas de turma e pelos meus amigos mais íntimos eu era muito atacada na internet por ter essa

posição. Pois então o meu projeto de lei foi para que o governo legaliza-se a laqueadura para as mulheres que não pretendiam em ter filhos em qualquer circunstância e para os homens que não pretendiam ter filhos para a fazer a vasectomia.

Eu sempre fui discriminada em relação a esse assunto porque todas as pessoas que eu convive são extremamente conservadoras, eu respeito a opinião do próximo se ele é não a favor do aborto tudo bem, eu não discrimino pois cada um tem seu ponto de vista, mas em relação a minha pessoa eu sempre fui julgada com uma pessoa “ruim” por simplesmente ter essa posição, mesmo o aborto não sendo legalizado no Brasil existem milhares de mulheres que fazem abortos clandestinos e muitas acabam morrendo por infecção e muitas mulheres acabam fazendo o aborto porque o próprio pai pediu. Percebe-se nitidamente neste caso a ausência de direito de a mulher fazer do seu corpo o que julga melhor (Sarah Cunha, 2020).

Mesmo tendo certeza de que o seu projeto não seria selecionado, uma vez que girava em torno de um tema polêmico para a maioria da sala, a aluna o defendeu com veemência.

Já o projeto de Ana Paula Antunes, da 3ª série do ensino médio, desenvolvido em 2018, não causou nenhuma polêmica, porém foi defendido com a mesma intensidade perante os colegas. A estudante se preocupava muito com a situação do município de Curiúva, no que se refere ao abandono de animais, que poderia resultar na proliferação de doenças:

Atendimento obrigatório a animais de rua Curiúva – Paraná 2018

O projeto dispõe sobre: saúde pública

Art. 1º. – As universidades que fornecem a graduação do curso de Medicina Veterinária, independentemente de ser particular ou pública, deverão atender não só aos animais de rua da cidade, em que a universidade está instalada, mas também de cidades onde não há uma instituição que ofereça este curso.

Art. 2º. – Todos os animais deverão ser castrados a fim de evitar a reprodução e, incessantemente, o aumento do número de animais em situações precárias dispersos pelas cidades do estado e, também a propagação de doenças, estas por sua vez atingem não só a animais, mas também aos humanos.

Art. 3º. – As instituições que não cumprirem a lei proposta responderão por negligência, já que houve tamanho descaso com a saúde pública e a proteção dos animais.

Art. 4º. – Aumento de reclusão e multa a quem comete crimes como abandono e maus-tratos contra os animais.

Art. 5º. – O governo continuará a disponibilizar materiais e medicamentos apenas para as universidades públicas e, deverá proporcionar transporte adequado aos animais de cidades, em que não se localize nenhuma universidade com o curso que fora mencionado acima. Os recursos destinados a tais necessidades provirão das multas cobradas aos infratores.

Art. 6º. – Os responsáveis por fiscalizá-la serão os funcionários do Conselho Municipal do Meio Ambiente (CMMA).

Art. 7º. – A lei entrará em vigor, 30 dias após sua aprovação.

Justificativa

O objetivo dessa lei é não só proporcionar atendimento veterinário, mas também de reduzir o número alarmante de animais abandonados, entre os quais estima-se que somente no Brasil existem mais de 30 milhões, sendo 10 milhões de gatos e 20 milhões de cães, segundo a Organização Mundial da Saúde, mas também evitar a propagação de doenças a animais e pessoas para que haja uma melhor qualidade de vida para ambos.

Para que não haja um alto custo ao governo, os animais serão atendidos em Hospitais Veterinários pertencentes a universidades, onde quem os socorrerá serão estudantes e professores do quadro próprio da instituição (Ana Paula Antunes, 2018).

A estudante Ana Paula, para a elaboração do seu projeto de lei, buscou estatísticas sobre o aumento do abandono de animais em cidades do Brasil, já que, em Curiúva, não existia nenhum departamento responsável pelo assunto, o que demonstrou maturidade e responsabilidade de cidadã. Em sua proposta, a aluna mostrou que assimilou com competência os conteúdos abordados (política e democracia representativa) exprimindo o direito da boa convivência entre animais e seres humanos, relação essa que, muitas vezes, por causa de atitudes irracionais, resultam em situações indesejáveis, como é o caso de Curiúva, que apresentava, então, uma quantidade significativa de animais abandonados.

Ouvir o relato da estudante sobre as atividades desenvolvidas foi muito satisfatório, até porque, no ano de 2020, a estudante se tornou aluna do curso de Ciências Sociais da UEL:

Antes de iniciar o ensino médio, não possuía tanto conhecimento sobre a sociologia. Isso mudou depois de ter aulas com a professora Daniela Paderes. Durante suas aulas, estudamos diversos sociólogos e temas referentes a disciplina, assistimos filmes e documentários complementares, realizamos debates e projetos – um dos projetos em questão foi um projeto de lei, o qual me trouxe uma noção abundante sobre cidadania, poder, política e estado. Minha sugestão a respeito de algo que pode efetivar ainda mais o trabalho da docente, é ampliar as atividades, ou seja, levar a sala de aula mais filmes e documentários e um projeto de leitura que aborde obras de sociólogos, para que não só desperte ainda mais o interesse do aluno em relação a sociologia, mas também desperte seu pensamento crítico, já que estes são muito necessários no atual tempo conturbado para a educação e para o cenário político. Deixo meus sinceros agradecimentos a professora Daniela Paderes, visto que sempre se mostrou eficiente em seu trabalho e contribuiu de forma significativa na construção do meu aprendizado, possibilitando na aprovação do vestibular, e neste ano de 2020 ingressarei na Universidade Estadual de Londrina, onde estarei cursando Ciências Sociais-licenciatura (Ana Paula Antunes, 2020).

A aluna Bruna Machado (atualmente cursa Pedagogia na Universidade Estadual do Norte do Paraná (Uenp), em 2018, quando as práticas pedagógicas foram aplicadas em parceria com o Projeto Estadual Geração Atitude, estava na 3ª série do ensino médio. Ela manteve a discussão voltada para a problemática do livro didático, o qual, sem dúvida nenhuma, é extremamente necessário, mas poderia ser utilizado de forma diferente e ser mais acessível aos alunos. Bruna levantou questões muito pertinentes, como: quem lucra com a distribuição dos livros didáticos gratuitos, os alunos ou as editoras? O que está por trás dessa distribuição gratuita? Por quê, anualmente, a mídia denuncia o desperdício do dinheiro público quando livros não utilizados vão para a reciclagem?

Projeto De I-BOOK

Art. 1º- A I-BOOK será um software desenvolvido pelo governo que deve conter todo o material necessário do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, e deve ser atualizada todo o final de ano letivo.

Art. 2º - Ela funcionará como um livro ou apostila didática, onde os alunos vão ter acesso aos livros impressos, porém em PDF, gratuitamente e off-line.

I. Também deve incluir uma página de pesquisas rápidas quando tiverem acesso à internet.

II. Os alunos só poderão utilizar essa página com a supervisão/autorização de professor.

Art.3º - Os alunos devem ser avisados do I-BOOK e informados de que o aplicativo estará disponível na plataforma Google ou IOS para que assim consigam fazer o download do aplicativo.

Outra forma de comunicar os alunos será avisando-os por e-mails ou redes sociais enviando o link do aplicativo.

Art.4º- O Paraná está em 4º lugar no ranking nacional de inclusão digital, a maioria da população já tem acesso às redes de comunicação, mas os que ainda não o possui utilizara do dinheiro investido no Programa Bolsa Família, e uma parceria do governo com lojas vendam aparelhos eletrônicos para que os alunos mais carentes possam comprar um aparelho de celular.

Art.5º- A fiscalização será feita por membros da escola (professores, pedagogos, diretores).

I. Caso haja a má utilização do uso do celular, com má intenção, esses deverão ser advertidos.

II. Após o aluno ser advertido, deve comunicar os pais e responsáveis e em casos de reincidência outras decisões poderão ser tomadas.

Justificativa: Em pleno século XXI, conhecido como o “Século da Tecnologia” a maioria das escolas do Brasil nunca viram tal recurso. No país a cada três anos letivos os livros são trocados para que possam ser atualizados, e os antigos distribuídos pela PNLD passam a ser patrimônio estadual. Então a legislação local o regulamenta em reaproveitável, alienado, ou outras formas de rejeição dos bens, faz o processo seguindo o decreto de nº 99.658 que os classifica em ocioso, antieconômico e irrecuperável.

Não se sabe da existência de um órgão para a fiscalização desse

processo, mas em algumas escolas há o acúmulo desses bens. E que também o peso médio da mochila dos estudantes é de sete quilos aproximadamente causando sensação de desconforto.

O I-BOOK viria para os alunos, proporcionando melhoria no meio ambiente diminuindo os cortes de árvores para fabricação de livros que são trocados de três em três anos e gerando uma economia aos cofres públicos.

O projeto do I-BOOK não irá contra o projeto de lei de nº 2.246-A, de 2007, que prevê a revogação dos celulares das escolas, porquê no Art.º 1º do Projeto diz “Essa lei veda o uso dos aparelhos sem fins educacionais em salas de aulas, por parte do aluno (Bruna Machado, 2018).

Os estudantes foram orientados a respeito da elaboração do projeto de lei. No caso do projeto da Bruna, **o Artº-5º, Inciso I**, propõem que o aluno que utilizar o celular na escola para assuntos não referentes às práticas didáticas, ao incidir no erro, deveria ser suspenso. Foi esclarecido à estudante que, pelo Art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8069/90) (BRASIL, 1990), o aluno tem garantia de permanência na escola. Houve, então, uma discussão sobre o assunto: a suspensão, como forma de punição, seria eficiente? Qual seria o seu resultado? A conclusão foi que a suspensão não propicia o resultado desejado e que, nesses casos, o melhor seria chamar os adultos responsáveis pelo aluno para uma conversa na escola, como propôs o projeto elaborado por Bruna.

A estudante se destacou, também, pela pesquisa realizada sobre a destinação de livros didáticos considerados obsoletos. A preocupação com o meio ambiente e o com o dinheiro público, que poderia ser usado com mais eficácia na educação, demonstrou a compreensão dos direitos do estudante, que deveria receber uma educação de qualidade.

[...] Em outro trabalho desenvolvido, para o programa Geração Atitude, engendramos Projetos de Leis individuais. Eu e meus colegas logo pensamos em produzir projetos que melhorassem a vida dos cidadãos pois por, mas que talvez não se tornassem realidade pelo menos no papel já estariam. Esse foi o trabalho que mais me fez perceber como que só conseguimos exercer nossa cidadania, literalmente em grupo e através de muitas lutas, pois podemos expressar nossa opinião, podemos lutar por uma causa sozinhos, no entanto, quando há o aglomerado de um todo lutando pela mesma causa faz um barulho imenso, que mexe com tudo. Paralelo e ao mesmo tempo ligado ao trabalho, era ano político e todos estávamos, sejam a favor ou contra, um determinado candidato a presidência da República, e eu fui percebendo como estavam eclodindo diversos movimentos contra e a favor pelo candidato no Brasil e no mundo, e creio que seu eu não tivesse meu olhar crítico, não teria percebido isso, e nem me posicionado. Portanto, Professora a senhora conseguiu realizar seu trabalho de nos ensinar a sermos cidadãos com consciência do que

fazemos e não por mero "Apuro" (Bruna Machado, 2020).

Durante a realização das atividades, pode-se perceber que os projetos de lei estavam ligados a interesses dos próprios estudantes, à sua percepção da relação com o próximo, àquilo que, do seu ponto de vista, eram direitos que o cidadão poderia adquirir para facilitar, ou melhorar, a sua vida.

[...] eles são jovens, amam, sofrem, divertem-se, pensam a respeito das suas condições e de suas experiências de vida, posicionam-se diante dela, possuem desejos e propostas de melhorias de vida (DAYRELL, 2010, p. 70).

Esta situação é perceptível no projeto do estudante Gabriel de Oliveira Santos. O seu projeto foi em defesa daqueles que necessitam de receitas para obter medicamentos controlados.

O projeto necessitou de alguns reajustes. O estudante colocou um número de projeto de lei aleatório, sendo necessário esclarecer que a numeração dos projetos de lei depende do protocolo do Estado. Ele relacionou o projeto a um decreto do município de Curiúva e, aí, foi necessário outro esclarecimento, quer dizer, foi preciso recordá-lo acerca dos conteúdos trabalhados durante as aulas de Sociologia: o Estado brasileiro é uma República Federalista, portanto, os estados e os municípios têm autonomia para elaborarem as suas próprias leis, respeitando, no entanto, a Constituição Federal (BRASIL, 1988), o projeto de lei em questão, tratando de uma lei estadual, não poderia ser decretado por Curiúva. Apesar de o projeto apresentar muitos equívocos, configurou uma proposta interessante. Segue o projeto corrigido. Antes, é necessário esclarecer que o estudante não inscreveu o projeto.

Projeto Cadastro de receitas médicas de remédios controlados:
Dispõe sobre o cadastro federal de pessoas que necessitam de remédios controlados.

Art.1º- Castro Nacional de pessoas que necessitam de receitas médicas.

Art.2º- O farmacêutico terá acesso ao perfil da pessoa que necessita de receita controlada e poderá vendê-la sem apresentação da receita médica.

Art. 3º- O cadastro será feito pelo posto de saúde ou por profissionais da saúde, que possuam registro no CRM-Conselho Regional de Medicina, após a consulta médica.

Art. 4º O cadastro deverá ser atualizado de 6 em 6 meses, cabe punições aos profissionais que utilizarem-se de má fé.

Justificativa: O Cadastro facilitará a vida do paciente que necessita de remédios controlados, se viajar esquecer ou perder a receita. Assim como economizaria papel (Gabriel Oliveira, 2018).

Para os estudantes que, desde o início, manifestaram a vontade de não

inscreverem o seu projeto de lei, a prática resultou apenas em uma atividade avaliativa.

Por serem assuntos polêmicos, muitos alunos sabiam que o seu projeto não seria selecionado, o que acabou de fato acontecendo. Porém, eles vivenciaram uma atividade que, para a maioria, permitiu compreender conceitos ligados aos conteúdos estruturantes e básicos da disciplina de Sociologia. Igualmente, descobriram que não só os políticos institucionais podem sugerir uma lei, mas todo cidadão maior de 18 anos pode apresentar uma proposta de iniciativa popular.

Os projetos de lei complementares e ordinárias analisados na Câmara podem ser de iniciativa de deputados, de comissão, da Mesa, do Senado Federal, do presidente da República, do Supremo Tribunal Federal, dos tribunais superiores, do procurador-geral da República ou dos cidadãos. No caso de proposta de iniciativa popular, é preciso reunir assinaturas de, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído por pelo menos cinco estados, com não menos de 0,3% dos eleitores de cada um deles (BRASIL, 1988, Art. 61, § 2).

A parceria do Colégio com o Ministério Público do Paraná e com o Projeto Geração Atitude permitiu despertar, na maioria dos estudantes, o interesse pelos conteúdos estruturantes e básicos da disciplina de Sociologia. Na introdução ao conceito de política, a frase “não gosto de política” foi substituída por “como é importante a participação política e como interfere na vida do cidadão”.

4.4 A pesquisa de campo aliada aos recursos tecnológicos

Nesta seção, é descrito a metodologia aplicada na 3ª série do ensino médio (2018), a qual foi baseada no uso de recursos teóricos como a apostila Geração Atitude fornecida pelo governo estadual, sendo problematizados os conteúdos de Ciência Política e os conceitos de Democracia, Democracia Representativa, Cidadania, Eleições, Poderes Políticos, Poder e Estado. Nesta opção metodológica, houve a junção da teoria com a prática por meio da pesquisa de campo, bem como o uso de recursos tecnológicos auxiliares (*smart TV*, *smartphones* e *tablets*).

É necessário recordar a realidade e algumas das condições específicas do Colégio Professor Gabriel Rosa, o único a ofertar o ensino médio na área urbana do município, sendo que não há, em Curiúva, uma opção privada. Assim, o público em sala de aula é bastante diversificado (tanto em nível cultural quanto social e econômico). O tema política (que envolve representação política e Estado) é um tema

que carrega em si uma ligação muito próxima entre a percepção de cada sujeito e a realidade ampla em que ele se encontra inserido. A aula expositiva, ou a aula restrita apenas ao espaço da sala de aula, provavelmente não seria capaz de proporcionar uma adequada apreensão dos conteúdos propostos. As dificuldades enfrentadas na sala de aula sempre suscitaram as questões: qual a melhor metodologia utilizada para atender a maioria dos estudantes? O que fazer para motivá-los? Com qual recurso trabalhar? Em consideração a estes obstáculos, foi proposta a atividade de pesquisa de campo e o uso de tecnologias, relatado a seguir.

A oportunidade que se vislumbrava era a de utilizar uma metodologia que contribuísse para a reflexão sociológica. O trabalho começou com o levantamento das pré-noções dos estudantes sobre os conteúdos a serem problematizados (muito pertinentes, inclusive, considerando a conjuntura político daquele momento (eleições de 2018), as quais, posteriormente, foram desnaturalizadas. Em seguida, após essa reflexão inicial, deu-se as orientações para a realização da pesquisa de campo e para o tratamento dos dados obtidos. A ideia seria sair das pré-noções para a vivência e a desconstrução de tais pré-noções.

Para a efetivação da dinâmica proposta, foi importante identificar como o jovem/adolescente compreende o seu contexto de vida, as suas peculiaridades, a sua visão de mundo, os conhecimentos que lhe são apresentados e como ele vai desconstruindo o conformismo e a acomodação intelectual. Nesse sentido, foi imprescindível considerar que o jovem/adolescente faz parte de um contexto e que, portanto, mantém relações sociais com as várias pessoas que o cercam, sejam elas próximas, como a família, ou um pouco mais distantes, como os colegas de escola, ponderando as considerações de Charlot (2000), já referenciado neste trabalho. As práticas metodológicas aqui apresentadas pretenderam atender à subjetividade do estudante, sujeito do conhecimento e do saber, no que se refere ao modo como constroem os seus conhecimentos e as suas percepções de mundo, quer dizer, a sua posição enquanto ser social.

Na delimitação do tema, o título escolhido foi “O cidadão Curiuvense e o Estado democrático brasileiro”. Dessa forma, com todas as considerações anteriores sobre as pré-noções e o distanciamento posterior (desnaturalização), teve-se a pretensão de incentivar os alunos a refletirem sobre os fenômenos sociais.

O trabalho partiu dos conteúdos estruturantes Poder, Política e Ideologia, que dialogam com o cidadão Curiuvense e a sua relação com a instituição política brasileira. Assim como se pretendeu relacionar a teoria com a prática social.

Como todas as propostas metodológicas deste trabalho, o eixo norteador do trabalho pedagógico foram as Diretrizes Básicas da Educação do Paraná (2008), as quais destacam as peculiaridades da disciplina de Sociologia na subárea “Estado, Governo, Teoria e Política”.

Ressalta-se que esta prática metodológica e as demais relatadas neste trabalho só foram possíveis porque as aulas seguiram uma sequência específica na abordagem de temas e de conceitos relacionados aos conteúdos básicos, quais sejam: a compreensão da formação do Estado moderno, que se apresenta de forma democrática ou totalitária; concepção de cidadão e de cidadania; a função dos três poderes e seus respectivos representantes; o funcionamento do processo eleitoral no Brasil.

Os conceitos foram problematizados para a obtenção das pré-noções dos estudantes, o que resultou em debates cuja finalidade foi a desnaturalização dos conceitos, para tornar viável, aos estudantes, a apropriação dos conteúdos e o alcance, na medida do possível, das metas de aprendizado, operando os conceitos que foram desenvolvidos, de modo a estarem preparados caso houvesse algum questionamento durante a aplicação da entrevista (que seguiu um roteiro de questionário).

Após essa preparação, os estudantes foram para a etapa de coleta de dados. Na sequência, com base nos dados coletados por meio de entrevistas, eles analisaram qual o conhecimento do eleitor de Curiúva sobre a organização do governo, os cargos e as respectivas funções dos representantes políticos do Brasil. Para tanto, foi necessário que os estudantes, de acordo com o Caderno de Expectativa de Aprendizagem do Paraná (2012, p. 100-101), desenvolvessem algumas competências, como as seguintes:

34. Conheça o contexto do surgimento do pensamento social e o objeto de estudo da Sociologia.
35. Compreenda o processo de formação do Estado Moderno a partir das teorias que tratam desta questão.
36. Compreenda o papel do Estado segundo as teorias sociológicas clássicas e contemporâneas.
37. Compreenda as transformações do Estado brasileiro.
38. Conheça e analise de forma crítica a formação dos diferentes estados contemporâneos.

39. Identifique os pressupostos teóricos do regime democrático.
40. Conheça e compreenda a organização do sistema político-partidário brasileiro.
41. Interprete as formas de expressão de poder presentes na sociedade.
42. Compreenda as concepções ideológicas que permeiam as relações de poder.
43. Identifique o poder presente nas relações sociais.
- (...)
53. Compreenda o contexto histórico da conquista de direitos e sua relação com a cidadania.
54. Identifique grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade em nossa sociedade, problematizando a necessidade de garantia de seus direitos básicos.
55. Perceba as possibilidades e espaços de atuação como atores/sujeitos responsáveis pela conquista e garantia de seus direitos.
56. Compare as diferenças nos discursos produzidos pelos atores dos movimentos sociais e pelos veiculados na mídia, a fim de problematizar o papel da comunicação social na formação do cidadão e na ampliação do caráter democrático da sociedade brasileira.

Pretendeu-se, com a pesquisa de campo, desnaturalizar a ideia de que cidadão e cidadania decorrem do simples fato de o sujeito ir às urnas, vinculando a questão da democracia à temática da cidadania e dos direitos humanos e estimulando a consciência política dos jovens, útil principalmente no momento de elegerem seus representantes.

Os objetivos específicos da pesquisa foram os seguintes: compreender como funciona a República Federalista Brasileira; desvincular o ato de ir às urnas do conceito de cidadão e de cidadania; compreender como funciona ou como deveriam funcionar os três poderes no Estado Democrático; refletir sobre a consciência (ou a falta de consciência política) dos eleitores curiuvenses. Em concomitância, objetivou-se o trabalho de outros conteúdos relacionados a: poder; política; ideologia; constituição do estado brasileiro; democracia moderna e contemporânea; cidadania e direitos humanos; democracia, cidadania e direitos humanos.

Levando-se em consideração os conteúdos mencionados, as observações que os estudantes fizeram a respeito da realidade social como um todo e da sua própria realidade foram, e muito, consideradas. Segundo Candido (1949, p. 282):

- (...) três consequências importantes no estudo da sociologia:
- 1- que a observação própria deve acompanhar a iniciação teórica e como que motivá-la, dando-lhe elementos de ilustração e de certo modo justificando-a perante o aluno;
 - 2- que o tipo escolhido de situação social deve poder facultar uma visão relativa completa ao jovem observador;

Segundo o autor, cabe ao professor utilizar diferentes recursos, tendo em vista que cada estudante tem uma forma subjetiva de se mobilizar para o aprendizado.

As pré-noções ocorreram pela problematização do conceito de “democracia”. O que, na prática, diz o conceito? A democracia está relacionada ao conceito de cidadão e de cidadania?

Foi estabelecida a relação entre os conceitos abordados e os demais conteúdos trabalhados ao longo da disciplina. Vinculou-se a teoria democrática com a prática democrática (refletindo a respeito de alguns regimes que se definem “democráticos” e que, internamente, não propiciam a liberdade de expressão ou de imprensa, como Coréia e Cuba). Durante as abordagens, o estudante também foi instigado a refletir sobre o processo de participação efetiva dos cidadãos brasileiros na luta e na conquista da cidadania, considera inacabada e realizada justamente na manutenção da luta pela expansão de direitos, sendo, por isso, um “processo em construção”. Durante o debate, pôde-se confirmar, pela participação dos estudantes, se os conteúdos desenvolvidos foram apropriados, articulando os conteúdos trabalhados e os conceitos desenvolvidos.

Para desconstruir a ideia de que na Democracia Representativa a cidadania se resume à participação nas urnas, discutiu-se a respeito da postura do eleitor e dos seus representantes em relação às Propostas de Emendas Constitucionais (PEC's) contrárias aos direitos do povo, as quais favorecem poucos, ou apenas os próprios agentes representantes. Debateu-se os conceitos de poder, política e constituição dos três poderes, como se relacionam e as suas respectivas funções.

Para a pesquisa de campo, o questionário foi escolhido e utilizado para a coleta de dados, os quais, na sequência, foram analisados e sistematizados. A sua análise, no entanto, ficou restrita a cada um dos grupos anteriormente formados. Estes dados permitiram identificar o conhecimento que o eleitor curiuvense tinha da Democracia Representativa do Brasil e, principalmente, das funções dos representantes da população brasileira.

Na aula expositiva, foi abordada a postura do entrevistador e o principal objetivo da pesquisa quantitativa, isto é, de questionário. Parizot (2015, p. 85):

O interesse principal da pesquisa por questionário é o de reunir uma grande quantidade de informações, tanto factuais quanto subjetivas, junto a um número importante de indivíduos – a representatividade desta amostra autorizando inferir a um conjunto da população de estudo (...) os resultados obtidos junto aos pesquisados. O objetivo de tais pesquisas pode ser o de medir a frequência de características

(situações, comportamentos, opiniões ou atitudes...) em uma população dada, mas em ciências humanas e sociais ele visa principalmente a analisar as relações entre estas características.

Além dos esclarecimentos sobre a pesquisa, seus objetos e a postura do pesquisador, conceitos foram revistos e dialogados, e os estudantes novamente buscaram a inter-relação entre os conceitos apontados e o conceito de cidadania. Foram feitas algumas considerações sobre o conceito de cidadania a partir da expansão de direitos civis, políticos e sociais. Por meio de uma oficina, os estudantes aplicaram o questionário entre si, para terem a oportunidade de tirarem dúvidas que ainda pudessem ocorrer. Para a realização da pesquisa de campo, os estudantes formaram grupos de seis a sete alunos, num total de sete grupos.

A proposta inicial foi de que os estudantes entrevistassem pessoas de seu convívio. Foram solicitadas dez entrevistas para cada grupo. Além das questões sobre democracia e a divisão dos poderes, foram elaboradas questões para o levantamento de informações pessoais, como gênero, idade, renda e escolaridade. A partir dos dados coletados, os estudantes deveriam construir um texto final, no qual registrassem as suas observações e formassem conclusões sobre a aplicação do conceito de cidadania e a sua adequação à realidade investigada.

Na preparação, ainda, para a coleta de dados, utilizamos como recurso um vídeo do professor Evandro Queiroz (2017). Na pesquisa de campo, foram utilizadas as seguintes questões: qual a forma de governo do nosso país? Você sabe qual é a função dos três poderes nos âmbitos nacional, estadual e municipal? Quais os representantes desses poderes e as suas respectivas funções? Você se considera um cidadão? Justifique.

Para a apresentação final do trabalho, os estudantes puderam escolher entre utilizar gráficos ou tabelas que registrassem as respostas obtidas e que subsidiassem as suas conclusões acerca da questão da cidadania. A apresentação final ocorreu na própria sala de aula e foi avaliada para obtenção da nota parcial do período.

Foram utilizados, como recursos didáticos, a aula expositiva, a problematização dos conteúdos, a apostila do Projeto Geração Atitude, o seminário e recursos tecnológicos como *smart TV*, *smartphone* e *tablets*.

No total, foram sete grupos de seis a sete alunos, sendo que cada grupo entrevistou dez pessoas. Cada grupo fez as suas considerações, apresentadas em forma de seminário. Os dados foram tabulados a partir das respostas obtidas sobre o

conhecimento dos eleitores acerca dos papéis dos poderes políticos e da questão da representatividade da democracia e da cidadania. A questão subjetiva que se colocou para a análise dos estudantes foi a da representatividade: os eleitores, a partir dos conhecimentos expostos nas respostas dadas na pesquisa de campo, demonstraram que a democracia tem efetivado uma cidadania de qualidade da representatividade dos políticos eleitos para as funções executivas e legislativas? Ou seja eles representam seus eleitores e consequentemente o direito dos mesmos. Estariam cumprindo o papel de cidadão consciente, os eleitores que depositaram seu voto nas urnas?

Os dados foram organizados por grupo, quer dizer, não houve a reunião dos dados em um único conjunto. Considerando que, em uma próxima oportunidade, seria viável fazer esse agrupamento. Mesmo assim, os dados apontaram uma relação entre a escolaridade dos entrevistados e a identificação correta dos papéis do legislativo e a sua importância para a Democracia Representativa.

Do total dos entrevistados, cerca de 80% não soube distinguir a diferença entre os diferentes poderes, bem como dizer qual o papel dos eleitos para o executivo e para o legislativo. Entre as pessoas que souberam responder (20%), foi preponderante a formação acadêmica, pois cerca de 90% dessa parcela de entrevistas tinha ensino médio completo e/ou formação superior. De todos os que souberam responder às questões, destacou-se a fala de um idoso que soube identificar os papéis, mas que teria estudado apenas até o 4º ano do primário. Outro ponto destacado pelos alunos na apresentação dos resultados foi que alguns professores também não souberam responder às questões.

No ritmo das discussões geradas pelo processo eleitoral em curso, o engajamento dos estudantes foi muito superior ao que se esperaria em outros momentos, tanto na participação das atividades propostas quanto nos debates em que foram abordados os conceitos e a prática de pesquisa.

Sobre a questão das contradições, entre as tantas contradições que permeiam a realidade da escola, a atividade docente e a própria sociedade, os estudantes pesquisadores conseguiram acrescentar mais uma, identificada de forma bastante nítida por meio da pesquisa realizada, qual seja, a contrariedade entre o que é cidadania e a democracia representativa. Realmente, é difícil imaginar que o cidadão comum, distante dos significados dos papéis políticos dos representantes que escolhem, pudesse cobrar ou acompanhar o cumprimento desses.

Foi permitida a entrevista entre eles próprios e alguns estudantes que participaram da atividade não se comprometeram com ela, não souberam, também, responder algumas das questões, principalmente aquelas sobre as funções dos três poderes e seus agentes. Espera-se que esses alunos tenham refletido a respeito da falta de comprometimento, tanto em relação às atividades realizadas quanto à sua participação como eleitor consciente.

Entre as considerações finais dos estudantes, foi unânime a conclusão de que a falta de conhecimento sobre os papéis políticos do executivo e do legislativo impedem o efetivo exercício da cidadania.

A avaliação foi realizada em forma de seminário. As equipes apresentaram o resultado das entrevistas por meio de vídeo e da análise dos resultados das suas pesquisas. A partir das informações coletadas, construíram uma proposta de análise dos dados e a conclusão sobre a possibilidade de aplicação do conceito de cidadania, principalmente aqueles que participaram da pesquisa de campo, mas que também não tinham consciência da amplitude do referido conceito.

A questão social foi considerada, porém não é o fator principal do processo ensino aprendizagem. O enfoque, aqui, é compreender a relação que estudantes de condições sociais diferentes (cada um com seu perfil socioeconômico) estabelecem com o saber e como se mobilizam para aprender. O contexto político do país durante as eleições de 2018 foi relevante, permitiu a mobilização para o aprendizado, assim como levou os alunos ao entendimento de que o não comprometimento com as urnas resulta na eleição de representantes cujas decisões podem afetar diretamente a vida de cada pessoa, sendo elas a favor ou contra o cidadão brasileiro.

Para que fosse possível analisar a validade dessa metodologia, aplicou-se um questionário fechado com estudantes, conforme apresentado neste trabalho.

4.5 Reflexão a respeito da parceria com as disciplinas de biologia e química

As disciplinas de Sociologia, Biologia e Química, presentes na grade curricular da educação básica, são importantes para a formação dos estudantes, visto que lhes fornecem uma base de conhecimento acumulado pelos povos através dos tempos, assim como contribuem para a formação de seres humanos críticos e capazes de resolverem problemas pessoais cotidianos.

Um sujeito é fruto do seu tempo histórico, das relações em que está

inserido, mas é, também, um ser singular, que atua no mundo a partir do modo como o compreende e como lhes é possível participar. Ao definir qual função se quer proporcionar a esses sujeitos, a escola contribui para determinar o tipo de participação que lhes caberá na sociedade (PARANÁ, 2008, p. 14).

Neste trabalho, a parceria entre as disciplinas foi importante, pois ajudou no delineamento das práticas pedagógicas. A relação entre o sistema brasileiro de Democracia Representativa e a carência de políticas públicas que atendam a população de baixa renda, especificamente os habitantes do Rio Grande do Sul, presentes no documentário *Ilha das Flores*,¹⁴ que dependem da coleta de resíduos para sobreviver. Um retrato da realidade de muitos brasileiros que vivenciam a violência como a ausência de direitos, resultante da economia vigente, responsável pela desigualdade social, e da falta de representação política.

O filme merece um destaque pois foi o elo entre as disciplinas. O curta de 13 minutos (facilmente encontrado na internet) é muito didático e aborda o tema capitalismo e consumo exagerado, de forma crítica, permitindo uma reflexão a respeito a fome, a pobreza, a desigualdade social, a desvalorização do ser humano. O filme foi muito significativo para trabalhar os conteúdos das disciplinas em suas especificidades e em parceria.

As disciplinas de Sociologia, Biologia e Química demonstraram que as ações cotidianas dos indivíduos influenciam no ciclo do planeta, na integração com a sociedade e no conhecimento do ciclo da vida, sendo preciso que haja uma relação consciente e responsável entre os conceitos científicos, o sistema político-econômico e práticas que melhorem a qualidade de vida tanto da sociedade como dos demais habitantes do planeta.

Gasparin (2003) propõe que os professores precisam compreender o meio social em que os estudantes se encontram inseridos e ouvi-los, para que ele, a partir do conhecimento prévio dos alunos, inicie uma abordagem do conteúdo.

As Diretrizes Curriculares da Educação Básica (PARANÁ, 2008, p. 14 e 401) afirmam o seguinte: “Os conteúdos disciplinares devem ser tratados, na escola, de forma contextualizado, estabelecendo-se, entre eles, relações interdisciplinares”. Na área específica de química, relata que o estudante tem um conhecimento básico sobre os assuntos: o lixo, resíduos sólidos, a importância de preservar a água limpa. Contudo, cabe ao professor de química dar-lhe os fundamentos teóricos para que se

¹⁴ Direção e Roteiro de Jorge Furtado – maio de 1989.

apropriar dos conceitos da Química e do conhecimento científico sobre esses assuntos. Somente assim o estudante associará o conhecimento científico à sua finalidade prática. Ou seja,

[...] a Química no ensino médio não pode ser ensinada como um fim em si mesma, senão estaremos fugindo do fim maior da Educação Básica, que é assegurar ao indivíduo a formação que o habilitará a participar como cidadão em sociedade (SANTOS; SCHNETZLEER, 2010, p. 49)

No que diz respeito à disciplina de Sociologia, as Diretrizes Curriculares Básicas abordam o importante papel da disciplina na formação de indivíduos críticos, inseridos em um contexto social e agentes transformadores desse contexto. Desnaturalizando conceitos.

A Sociologia crítica procura colher da sociedade os elementos de não racionalidade presentes nas sociedades capitalistas, sobretudo aquelas do capitalismo avançado em níveis de alto consumismo, característicos da indústria cultural e cultura de massa (PARANÁ, 2008, p. 67).

A disciplina de Sociologia, neste trabalho, inclina-se para as consequências do consumo exagerado, na questão relacionada ao meio ambiente, abordando, especificamente, a falta de políticas públicas eficazes, capazes de amenizar a ausência de direitos para cidadãos desvalorizados pela economia capitalista. A Sociologia critica o aumento do consumo sem consciência, assim como a desigualdade social alimentada pela indústria cultural e de massa.

A Química (área que também atende aos objetivos das indústrias capitalista) está diretamente relacionada ao desenvolvimento de novos produtos, à melhoria da qualidade de vida das pessoas. Para tal, novos compostos são desenvolvidos, produzidos e consumidos em larga escala. Grande parte desses novos compostos são polímeros, com diversas aplicações e propriedades diferentes dos naturais, o que contribuiu para o desenvolvimento da indústria cultural e de massa. “Os polímeros são compostos de moléculas muito grandes, formados pela repetição de uma unidade molecular pequena, chamados monômeros” (FELTRE, 2004, p. 378).

Partes significativas dos polímeros artificiais são plásticos. O aumento do consumo desses produtos deve-se ao baixo custo de produção, bem como à sua versatilidade, resistência e aparência. Porém, a sua decomposição na natureza é muito lenta, o que causa grandes impactos ambientais.

A destinação desses resíduos tem sido os aterros sanitários, que ficam

saturados rapidamente, ou a incineração, que pode gerar gases tóxicos. Chong-Qing Wang (2015, p. 42) relata:

Além disso, aterro pode liberar substâncias perigosas e resíduos de plástico demoram muito tempo para se degradar. A incineração pode provocar liberação de substâncias perigosas, tais como o óxido nitroso, óxidos de enxofre, poeiras, dioxinas e outras toxinas. Especialmente, a incineração de cloreto de polivinílico (PVC) de plástico faz com que a poluição ambiental e reduz a vida útil do incinerador através da geração de gás de cloreto de hidrogênio perigoso e dioxinas contendo cloro.

A reciclagem, então, torna-se a melhor opção para esses resíduos, pois reduz sua concentração nos aterros sanitários e diminui o consumo de matéria prima na sua fabricação. Porém, os cidadãos que necessitam trabalhar com a reciclagem estão providos de condições mínimas para a realização desse processo (rendimentos que lhe proporcionem o mínimo para a sobrevivência, cuidados com a saúde e, principalmente, dignidade).

O conceito de reciclagem precisa ser compreendido como a transformação de um produto em outro a partir da mesma matéria prima, o que gera a necessidade de separar os resíduos de acordo com sua origem: orgânico, vidro, metal, papel ou plástico.

Durante o desenvolvimento das atividades em parceria com a disciplina de Química, a Sociologia, em sua especificidade, contribuiu para a formação do raciocínio crítico do indivíduo, tanto em relação às questões individuais quanto no referente às questões sociais, no processo de estranhar e desnaturalizar as situações cotidianas de consumo exagerado e a desigualdade provocada por um sistema que visa o lucro, sem preocupação com o meio ambiente e com a desigualdade social. Como ciência humana, trouxe reflexões sobre as transformações culturais, políticas e socioeconômicas ocorridas, principalmente, após a Revolução Industrial e com a consolidação do capitalismo.

Observando a realidade do Colégio e da comunidade adjacente, verifica-se a dificuldade de associação e aplicação dos conhecimentos e conceitos aprendidos nas aulas das disciplinas.

Na tentativa de sanar essas dificuldades, tanto de Sociologia como de Química, nesta metodologia, estas trabalharam em parceria, na proposta de uma abordagem experimental para os conceitos de polímeros e de segregação desse material, de acordo com as suas propriedades físico-químicas e sociais. Foram analisadas as

modificações ocorridas durante os processos de reciclagem e programou-se, no Colégio, um sistema de separação de resíduos. Tratou-se de uma mobilização para uma sociedade que ofereça oportunidades para todos, pautada, no entanto, pelo consumo consciente. Foram refletidas, também, questões relacionadas a valores capitalistas.

Infelizmente, a metodologia utilizada pela disciplina de Biologia não será relatada, pois, por problemas particulares, a professora não conseguiu descrever a sua prática didática.

Nesse contexto, o tema proposto possibilita relacionar assuntos específicos da disciplina de Química e de Sociologia, tanto relacionados à composição, decomposição e reciclagem dos resíduos quanto ao consumo consciente, que permita a preservação do planeta e que suscite políticas públicas voltadas para a valorização, enquanto ser humano, dos cidadãos que se utilizam da reciclagem para sobreviver.

Essa metodologia foi desenvolvida no Colégio Estadual Prof. Gabriel Rosa, com os estudantes das 2ª séries A e B do ensino médio. Os resultados dos trabalhos foram apresentados pelos estudantes envolvidos na atividade durante a Semana Cultural, em agosto de 2017, promovida pela comunidade escolar (equipe pedagógica, professores e estudantes).

Os conteúdos específicos trabalhados são referentes às séries. A princípio, as disciplinas trabalharam seus conteúdos específicos separadamente, depois, coube às professoras, como mediadoras do conhecimento, relacionarem os conteúdos específicos de cada disciplina, de forma prática e interativa. A implementação das atividades envolveu quase a totalidade dos estudantes das duas séries.

Como referencial, a pedagogia histórica-crítico permitiu o direcionamento da metodologia conforme o conhecimento prévio do estudante, com a pretensão de constituir uma comunidade escolar mais humanitária e consciente acerca do planeta em que vive.

[...] Consequentemente, o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto de homens. Assim, o objetivo da educação diz respeito, de um lado, a identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados dos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir. (SAVIANI, 2005, p.1)

As atividades foram realizadas seguindo a orientação das docentes, tanto na

disciplina de Sociologia quanto na de Biologia e de Química (apresentadas a seguir, com exceção da Biologia), sendo contemplados os conteúdos específicos de cada uma. Lembrando que, devido a problemas pessoais, a professora de Biologia não conseguiu descrever a metodologia aplicada durante o desenvolvimento da parceria, não participando deste trabalho.

Em uma aula expositiva,¹⁵ foram abordados os conceitos descritos a seguir:

- Polímeros são compostos de moléculas muito grandes, formados pela repetição de uma unidade molecular pequena chamada monômeros (Ricardo Feltre vol.3 pag. 378). Uma parte significativa dos polímeros artificiais são plásticos (O aumento do consumo destes produtos deve-se ao baixo custo da sua produção, bem como à sua versatilidade, resistência e aparência, mas sua decomposição na natureza é muito lenta, causando grandes impactos ambientais)

A destinação desses resíduos tem sido os aterros sanitários, que ficam saturados rapidamente, ou a incineração, que pode gerar gases tóxicos.

A reciclagem, então, torna-se a melhor opção para esses resíduos, pois reduz sua concentração nos aterros sanitários e diminui o consumo de matéria prima na sua fabricação.

- O conceito de reciclagem precisa ser compreendido como a transformação de um produto em outro a partir da mesma matéria prima, o que gera a necessidade de separar os resíduos de acordo com sua origem: orgânico, vidro, metal, papel ou plástico.

Há vários tipos de plásticos, cada um com propriedades físico-químicas próprias, que são classificados para, posteriormente, serem encaminhados às indústrias de reciclagem ou de incineração, para a produção de energia.

- Conhecer as classificações dos plásticos, seus processos específicos de reciclagem e os materiais em que são reprocessados levam os estudantes a compreenderem a importância da separação de resíduos, diminuindo, assim, os impactos ambientais e a retirada de matéria prima do meio ambiente.

Na tentativa de sanar essa dificuldade, propõe-se trabalhar com uma abordagem experimental dos conceitos de polímeros e de segregação de material, de acordo com as suas propriedades físico-químicas, analisando as modificações

¹⁵ A professora utilizou, como um dos principais materiais didáticos, livros didáticos dirigidos ao ensino secundário de Química, de 1875 a 1978. *Química Nova*, v.4, n.1, p.6-15, 1981

ocorridas durante os processos de reciclagem.

- Os estudantes foram ao aterro da cidade e, depois, à Acreve (uma cooperativa de catadores de materiais reciclados da cidade), o que permitiu o levantamento de discussões sobre a visita monitorada à ACREVE e sobre o texto “Princípio do Desenvolvimento Sustentável”.
- Os estudantes refletiram sobre as responsabilidades de cada uma diante das necessidades dos outros, assim como sobre a necessidade de ações locais para a garantia de um desenvolvimento sustentável global. Assistiram a vídeos que mostraram as diferentes formas de tratamento dos resíduos (incineração, biodigestores, aterros sanitários com captação dos gases gerados para a produção de energia etc.) e discutiram sobre as possibilidades desses conhecimentos e dessas tecnologias serem adotados em grande escala.
- Depois, foram realizadas as primeiras atividades com materiais alternativos, na sala de aula, pois o colégio não dispunha de um laboratório.

A atividade foi confeccionar papel reciclado. Os estudantes tinham, em suas apostilas, o material necessário (que foi coletado na escola) e o desenvolvimento. Eles, então, dividiram as tarefas: uns buscaram água, outros picaram e umedeceram os papéis, bateram a massa no liquidificador, leram e discutiram alternativas de preparo e, ao final, produziram oito folhas de papel reciclado, sendo duas normais, uma colorida, outras com aromas e texturas. Depois, leram e compreenderam os conceitos químicos envolvidos na reciclagem.

Na disciplina de Sociologia, para manter a objetividade da prática pedagógica, fez-se necessária à vigilância epistemológica durante a realização do estudo do fenômeno sócio-político e econômico. Separar as opiniões, conceitos e, muitas vezes, os preconceitos em relação ao objeto de estudo (o consumo exagerado estimulado pela indústria cultural e de massa; a ausência de representatividade política e sua relação como os conceitos de cidadania, de direitos sociais e de desigualdade social, no referente à preservação do meio ambiente; a concentração de renda provocada pelo sistema capitalista; e a desvalorização humana de indivíduos que dependem da reciclagem para sobreviver) permitiu que os resultados obtidos assegurassem a objetividade da Sociologia como ciência.

Neste sentido, pretendeu-se desnaturalizar o fenômeno da desigualdade social nas sociedades capitalistas, procurando: compreender a relação entre a Democracia Representativa e a sua relação com as políticas públicas, com o conceito de cidadania

e com a desigualdade social; demonstrar que o fenômeno é fruto de decisões sociais institucionalizadas pela sociedade, sejam elas econômicas, políticas e/ou políticas-econômicas; analisar como o sistema capitalista (consolidado pela Revolução Industrial), além de permitir o surgimento de duas classes antagônicas, burguesia e proletariado (a primeira detendo os privilégios sociais), contribuiu para um consumo exagerado e inconsequente, resultando no aumento da produção de resíduos sólidos; ausência de representatividade política para indivíduos que trabalham com a reciclagem.

A imaginação sociológica pode ser estimulada por ações em sala de aula, considerando que o processo de ensinar permite gerar incômodos, conflitos, dúvidas, questionamentos, reações diversas entre os estudantes. Isso porque espera-se justamente que, pelas discussões realizadas na escola, preconceções, pré-noções ou senso comum dos estudantes sejam confrontados, de modo que eles se sintam mobilizados para procurar aprender mais sobre aqueles temas.

[...] Esclareço que a minha concepção de ensino, ou do que é o ato de ensinar, funda-se numa visão positiva: ensinar é uma atividade da práxis humana, que garante a produção e a reprodução da sociedade e da história. Ensinar não é apenas uma atividade técnica circunscrita na escola, mas é uma ação política que visa a transformação dos alunos. Educar e ensinar são processos de conflitos, de desestabilizações e de constrangimentos. Não saímos do mesmo jeito que entramos nos processos de ensino- aprendizagem. Esse processo é histórico e deve ser baseado no acúmulo de saber que também é histórico. Ensinar Sociologia é uma atividade embasada nos mais de cento e cinquenta anos de história dessa ciência, nas necessidades contemporâneas e nas condições sociais. Nosso ponto de partida é o acúmulo da ciência e o papel do Ensino Médio no processo de construção do tipo de homem e de sociedade que desejamos forjar (SILVA, 2009, p. 20-21).

Considerando o processo de ensino aprendizagem, pode-se observar que a metodologia proposta aos estudantes da 2ª série, turmas A e B, também permitiu uma vivência de atividades concretas, relacionadas ao conteúdo estruturante: desigualdade social e instituições políticas. Isso em parceria com as disciplinas de Química e de Biologia.

O livro didático *Sociologia em Movimento* (SILVA et al, 2016) foi utilizado como recurso pedagógico para a iniciação da discussão a respeito do surgimento do sistema capitalista e da sua consolidação pela Revolução Francesa, a qual permitiu mudanças, como a ascensão da burguesia (aspecto político), o desenvolvimento do Iluminismo (aspecto científico) e a consolidação do capitalismo (aspecto econômico).

Com a abordagem do desenvolvimento da Revolução Industrial, os estudantes foram incentivados a pensar sobre as mudanças de valores, pois, desde então, a força de trabalho passou a ser mercadoria. Segundo Marx (2018, s/p), “O uso da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho consume-a na medida em que faz trabalhar o seu vendedor”. Foram incentivadas discussões a respeito dos valores dos seres humanos no contexto da sociedade capitalista, assim como sobre o aumento do consumo e a sua relação com o meio ambiente.

O conteúdo abordado (capitalismo, cidadania e desigualdade social) foi reforçado com o recurso didático: o curta *Ilha das flores* (1989).

Produção de cartazes com o tema da desigualdade social, da ausência de política pública e do consumo exagerado, que aumenta inconsciente e inconsequentemente, trouxe informações sobre a produção de lixo e a contaminação do meio ambiente.

Como já mencionado o documentário *Ilha das Flores* foi o elo entre as disciplinas de Química e de Sociologia, pois retrata a realidade social de algumas pessoas do Rio Grande do Sul, as quais encontram no lixo um recurso para sobreviver. Durante a exposição do vídeo, temas como o dos valores estabelecidos na sociedade capitalista foram discutidos a partir da problematização de questões como: o que leva um ser humano a ter um valor menor do que o de um animal? (no caso, o porco, que tem um dono e que tem dinheiro); quais as mudanças de valores relacionadas ao sistema capitalista? Como as políticas públicas podem contribuir para a transformação dos indivíduos em cidadão, no sentido de cumprirem seu dever em relação ao consumo, resultando em uma menor produção de lixo, na valorização dos seres humanos enquanto cidadão e na garantia de direitos?

Ao final das atividades, os trabalhos desenvolvidos nas disciplinas de Sociologia, de Química e de Biologia foram apresentados em uma sala temática. Pesquisas informativas e fotos sobre doenças ocasionadas pelo lixo foram anexadas em caixas de papelão pregadas no teto da sala, com fácil acesso visual aos visitantes (estudantes e comunidade escolar) da Semana Cultural. A sala temática apresentou cartazes sobre desigualdade social, o consumo alienado da sociedade capitalista e a produção de lixo. Houve a exposição de brinquedos e de outros objetos produzidos com reciclados. Em uma parte da sala, o filme *Ilha das Flores* foi exibido, seguido de explicação sobre a desigualdade social pelos próprios estudantes, que falaram da Democracia Representativa do Brasil, da ausência de política pública e dos direitos

humanos.

As atividades realizadas pelos estudantes e pela professora de Química permitiram uma de vivência: a coleta de resíduos sólidos urbanos. O material coletado foi levado ao Colégio Professor Gabriel Rosa, onde sua composição química foi analisada com o intuito de descobrir quanto tempo esses resíduos demoram para se decompor, assim como para aprender sobre como os resíduos (chorume e gases) produzidos por esses materiais contaminam o meio ambiente, incluindo a confecção de papéis reciclados.

A professora de Biologia abordou as doenças causadas pelo contato direto com o lixo por pessoas que trabalham no lixão sem a proteção adequada. Quais as doenças transmitidas pelo resíduo sólido e quais as suas consequências para a saúde dos seres humanos.

Esta parceria com os conteúdos de Sociologia contribuiu para que os estudantes percebessem as mudanças de valores relacionadas à consolidação do sistema capitalista, principalmente no que se refere aos seres humanos, e como a ausência de políticas públicas podem resultar na ausência de direitos e na desvalorização dos seres humanos. Perceberam, também, que não adianta resolver os problemas de desigualdade social se não houver um projeto que permita a produção consciente do lixo, pois, quanto mais poder de aquisitivo, mais consumo.

A busca por uma sociedade justa é uma emergência, devendo incluir, também, alternativas de consumo. Para tanto, faz-se necessária a participação de todos como cidadãos conscientes, assim como políticas públicas que atendam às necessidades de todos.

A implementação das atividades mostrou a indissociável relação entre teoria e prática. Confirmou a premissa de que os estudantes buscam o conhecimento sempre que precisam resolver os problemas que lhes são colocados, tanto no que se refere às questões de Química quanto às questões de Sociologia e de Biologia, percebendo que as disciplinas e os conteúdos se integram e se completam. Com isso, saem do senso comum e encontram na ciência uma forma de elaborarem novos conceitos, aprimorando seu conhecimento e se tornando capazes de agir sobre seu meio, modificando-o.

Permitiu problematizar o conhecimento prévio do meio comunitário dos estudantes, do senso comum e da necessidade de ele modificar esse meio. Consequentemente, há a necessidade de o professor conhecer o espaço escolar,

para que, a partir dele, desenvolva trabalhos que instiguem os estudantes a pesquisar, a estudar e a se apropriar do conhecimento.

Constatou-se a importância da experimentação para a compreensão dos processos químicos, sociológicos e biológicos envolvidos nas reações, e principalmente a necessidade de espaços adequados para a realização dessas atividades, como um laboratório, o que o Colégio Gabriel Rosa não possui (percebe-se o descaso do governo e das políticas públicas para com a educação do Paraná). Constatou-se a necessidade de os professores manterem-se atualizados sobre as novas tecnologias e metodologias, mas também a necessidade de uma estrutura física adequada, para que desenvolvam um trabalho de melhor qualidade, o que, de forma direta, refletirá no desempenho dos estudantes diante dos desafios que a realidade lhes imporá.

Desenvolver essa atividade interdisciplinar mostrou que somente o conhecimento e a mudança de hábitos e de valores podem modificar a sociedade. Inicia-se na família e continua na instituição escolar, com a colaboração e com a participação de todos, contando com a iniciativa de professores e de estudantes.

Por fim, a separação de resíduos no Colégio estadual Professor Gabriel Rosa foi iniciada e a conscientização dos estudantes foi instigada para a mudança de hábitos e de valores, no que diz respeito à contextualização dos conteúdos de estudo do sistema capitalista e do aumento da produção de resíduos e reciclagem. O objetivo do projeto foi atingido, no que se refere ao envolvimento dos estudantes participantes, e pretende-se que, com perseverança e compromisso, a conscientização dos indivíduos possa se tornar mais efetiva. Segundo a estudante Bruna Machado:

Participar destes projetos foi muito importante para o desenvolvimento do senso crítico e de formar opiniões tanto para mim como para meus colegas, seja em sala de aula ou fora dela. Pois, por mais que acreditássemos que já sabíamos muitas coisas, no fim ou estavam erradas ou necessitavam de um suporte teórico, esse que foi desenvolvido nas aulas da Professora Daniela.

Sua metodologia permitia a nós entendermos, e discutir a relação entre o teórico com a atual realidade do país e do mundo. Ela fazendo uso de diversos métodos criou alunos com muitos pensamentos criativos, o que nos levava em cada trabalho, realizar algo estupendo, que chocasse ou deixasse as pessoas com a seguinte expressão na cara "uau".

E foi em um desses que realizamos a sala da "Ilha das flores", assistimos a um curta metragem onde uma Ilha no Rio Grande Sul, apresentava uma desigualdade social imensa na qual, porcos recebiam melhor tratamento que pessoas. Com tamanha indignação, nos alunos resolvemos trabalhar com o documentário e expor, que

ainda hoje existe tamanha desigualdade, em plena era da tecnologia, da comunicação, etc.

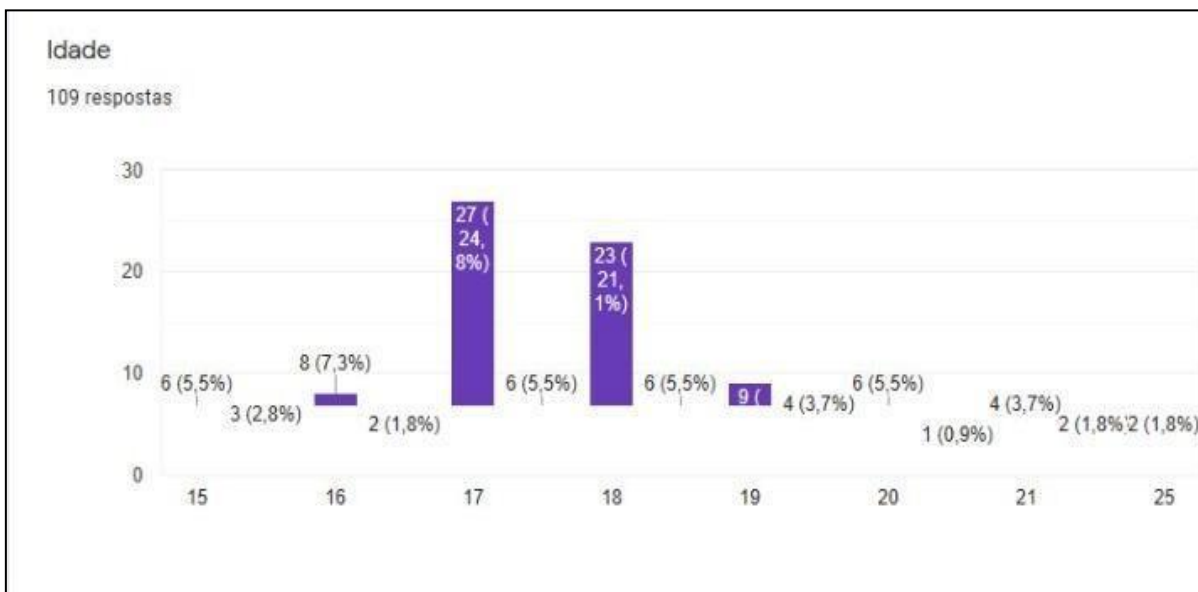
Então, colocando “a mão na massa” construímos um mini cinema onde se passava o curta e depois explicávamos ou criticávamos alguns pontos, e colocaram cartazes com as possíveis doenças do contato com o lixo e maneiras de eliminá-lo pois na ilha das flores o que mais têm são lixos e pouca igualdade de direito. (Bruna Machado, dezembro, 2018)

4.6 Análise da pesquisa quantitativa/Avaliação das práticas metodológicas pelos estudantes envolvidos nas atividades

A pesquisa quantitativa, por meio do questionário fechado, foi aplicada, durante os meses de janeiro e fevereiro de 2020, a 109 estudantes do Colégio Professor Gabriel Rosa – ensino fundamental e médio que participaram das práticas didáticas pedagógicas da disciplina de Sociologia durante os anos de 2011, 2017, 2018 e 2019, em parceria com os projetos Câmara Mirim, Geração Atitude e Parlamento Jovem, e em conjunto com as disciplinas de Química e de Biologia. Demonstra, mediante os dados coletados, se as parcerias atingiram o objetivo deste trabalho, quais sejam: como a metodologia da docente e os conteúdos da disciplina de Sociologia contribuíram para que os estudantes do Colégio Estadual Professor Gabriel Rosa se mobilizassem para compreender como funciona a organização e os elementos que compõem a Democracia Representativa do Brasil, bem como a sua relação com os conceitos de cidadania, direitos e desigualdade social.¹⁶

O gráfico a seguir representa as idades dos estudantes que participaram das práticas didáticas desenvolvidas durante as aulas de Sociologia. Cerca de 56% dos estudantes estavam na faixa etária entre 17 e 19 anos, a maioria concluiu o ensino médio em 2019, participando de uma ou mais atividades descritas neste trabalho.

¹⁶ Observação sobre os gráficos apresentados nesta seção: os números contidos nas imagens são referentes à ordem das perguntas do questionário aplicado. A lista de gráficos dessa dissertação segue a ordem numérica dos títulos de cada gráfico.

Gráfico 1 – Idade dos estudantes participantes das práticas didáticas

Os estudantes com idade entre 15 e 16 anos estavam cursando a 1ª série do ensino médio e, em 2019, participaram do Projeto Jovem Parlamentar como eleitores – um deles foi candidato à vereador. Apenas um estudante desta faixa etária, que soma 17,4% dos entrevistados, não participou efetivamente das atividades didáticas proposta, era aluno de outra docente de Sociologia participando indiretamente do projeto como candidato eleito. Os demais estudantes que compõem o quadro dos 20 a 25 somam 26%, destes, apenas um não concluiu o ensino médio, os demais são egressos, sendo que 13 estudantes foram alunos desde do ensino fundamental, na disciplina de História, participando do projeto Enfrentamento à Violência e cinco participaram do Câmara Mirim em Brasília.

Os gráficos a seguir estão diretamente ligados aos conteúdos estruturantes e básicos da disciplina de Sociologia, assim como corporificados na Democracia Representativa do Brasil, e demonstram a apropriação do conteúdo desenvolvido durante as aulas de Sociologia, realizadas em parceria com os Projetos Câmara Mirim, Geração Atitude, Parlamento Jovem e com as disciplinas de Química e de Biologia.

Gráfico 2 – Contribuição das aulas de Sociologia referentes a direitos e deveres dos cidadãos



Fonte: Pesquisa sobre práticas metodológicas nas aulas de Sociologia, Curiúva - PR, 2020. N.109

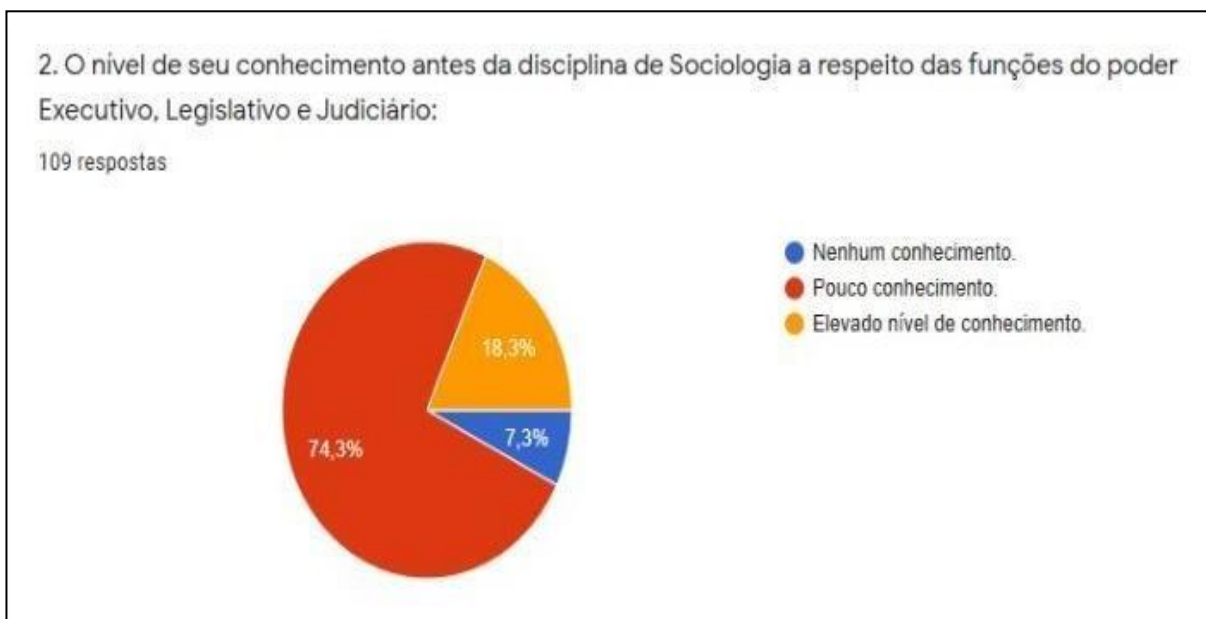
A Democracia Representativa é concretizada pela participação política dos cidadãos. Durante a abordagem do conceito de cidadão/cidadania, procurou-se desmistificar que o fato de ir às urnas torna o indivíduo, ou, melhor, o povo de uma nação, um cidadão. O conceito engloba atitudes relacionadas a deveres e a direitos perante a vida em sociedade.

[...] Na verdade, o significado de povo no conceito de democracia não é igual ao de população, que é o conjunto de pessoas que vivem em um mesmo território, mas o de conjunto de cidadãos. Somente pode ser considerado cidadão o indivíduo portador de plenos direitos constitucionais (FERES JÚNIOR; POGREBINSCHI, 2010, p. 249).

A pesquisa demonstrou que 85,3% dos estudantes aperfeiçoaram seus conhecimentos sobre o conceito de cidadão. Como o questionário quantitativo foi composto de questões fechadas, não ficou esclarecido se os demais estudantes não se apropriam do conhecimento ou se já tinham um conhecimento apurado em relação ao conceito de cidadania.

Os gráficos a seguir demonstram o conhecimento anterior e posterior às aulas de Sociologia quanto à divisão dos poderes que constituem o Estado e a Democracia Representativa do Brasil.

Gráfico 3 – Conhecimento anterior às aulas de Sociologia sobre a divisão de poderes

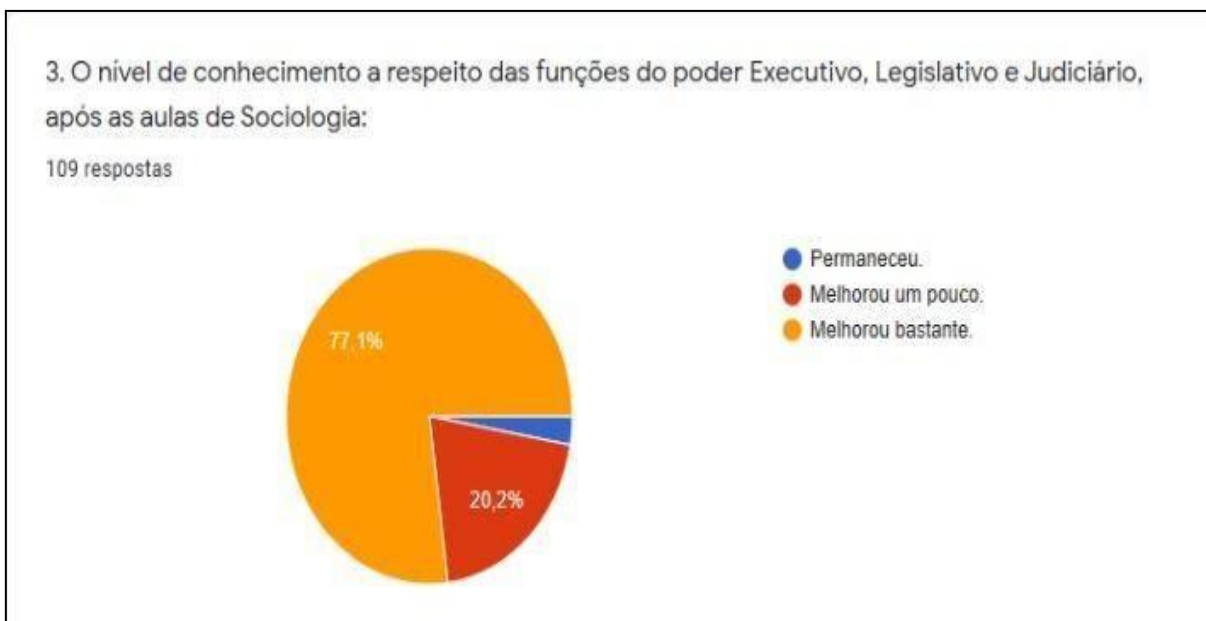


Fonte: Pesquisa sobre práticas metodológicas nas aulas de Sociologia, Curiúva - PR, 2020. N.109

O Gráfico 3 demonstra que, antes das aulas de Sociologia, 80,6% dos estudantes (a maioria em condição de leitor) não conhecia, ou conheciam pouco, a função dos três poderes, retratando a pesquisa de campo (uma das práticas desenvolvidas e relatada neste trabalho) realizada por eles.

Os direitos nas democracias ocidentais foram instituídos, porém é evidente ainda um déficit de conhecimento e uma desconfiança generalizada e crescente em relação às principais instituições que fundamentam esse sistema: poder Legislativo, partidos políticos e governantes eleitos (MARTINS; TEIXEIRA DE BARROS, 2018, s/p).

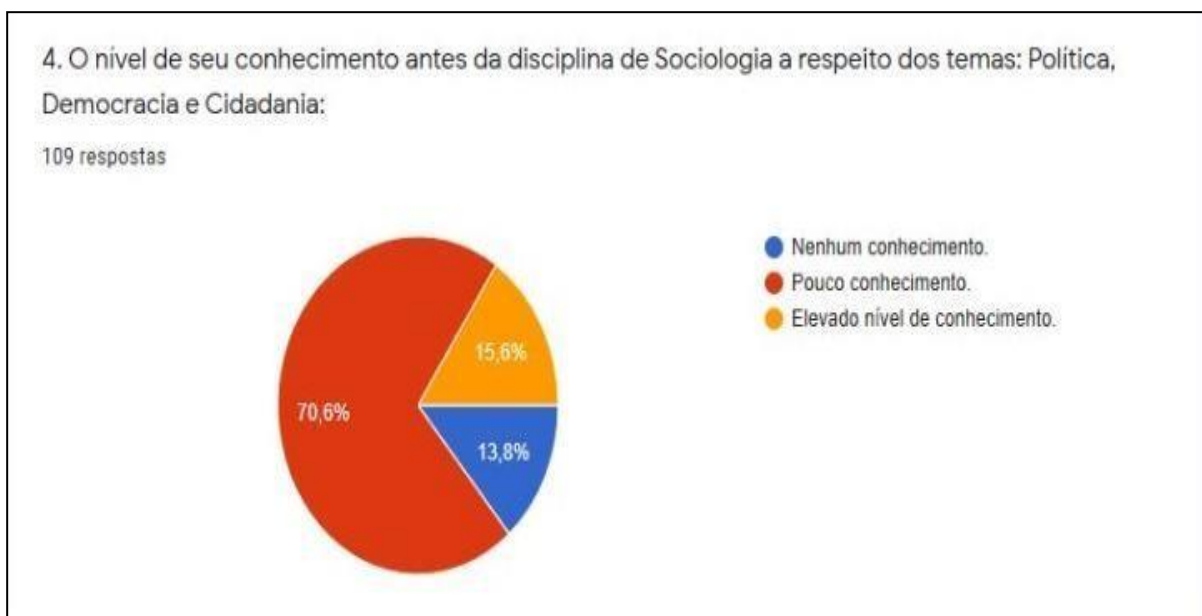
Gráfico 4 – Conhecimento posterior às aulas de Sociologia sobre a divisão de poderes



Fonte: Pesquisa sobre práticas metodológicas nas aulas de Sociologia, Curiúva - PR, 2020. N.109

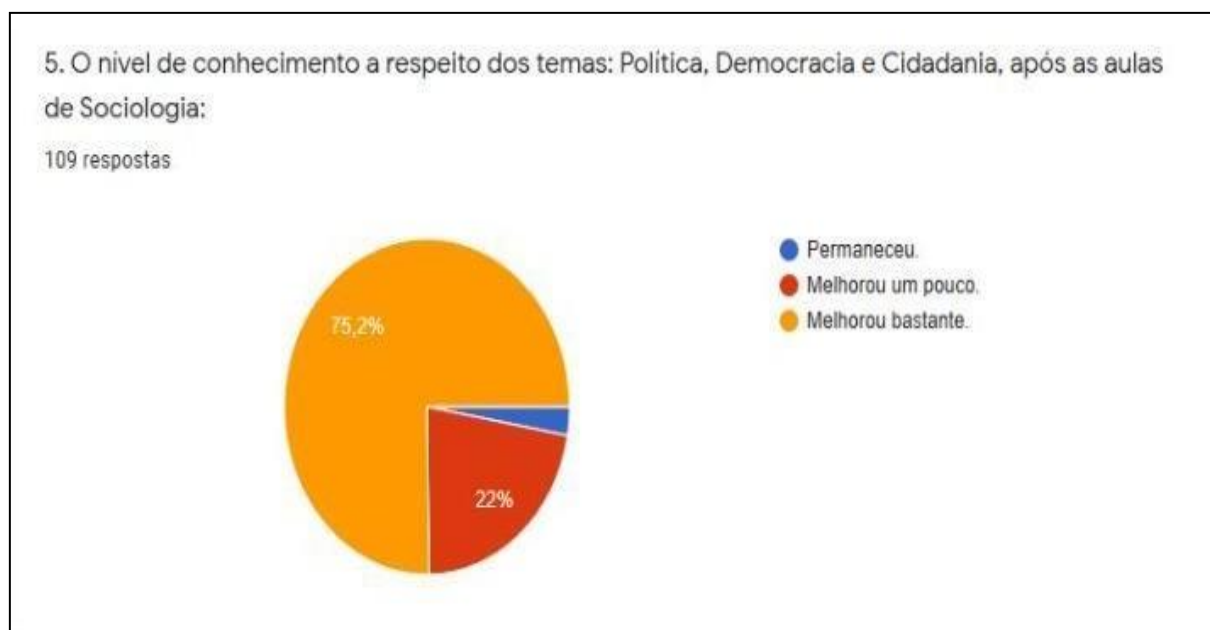
O Gráfico 4 demonstra que, após as aulas de Sociologia, 77,1% dos estudantes melhoram bastante o seu conhecimento sobre as funções dos três poderes. Destes, 97,3% serão eleitores consciente, pois os gráficos demonstram a correlação com o gráfico anterior, no qual 18,3% dos estudantes já possuíam um conhecimento elevado da função dos três poderes, apresentando, também, um resultado positivo nas práticas pedagógicas desenvolvidas.

Gráfico 5 – Conhecimento anterior às aulas de Sociologia sobre Política, Democracia e Cidadania



Fonte: Pesquisa sobre práticas metodológicas nas aulas de Sociologia, Curiúva - PR, 2020. N.109

Gráfico 6 – Conhecimento posterior às aulas de Sociologia sobre Política, Democracia e Cidadania



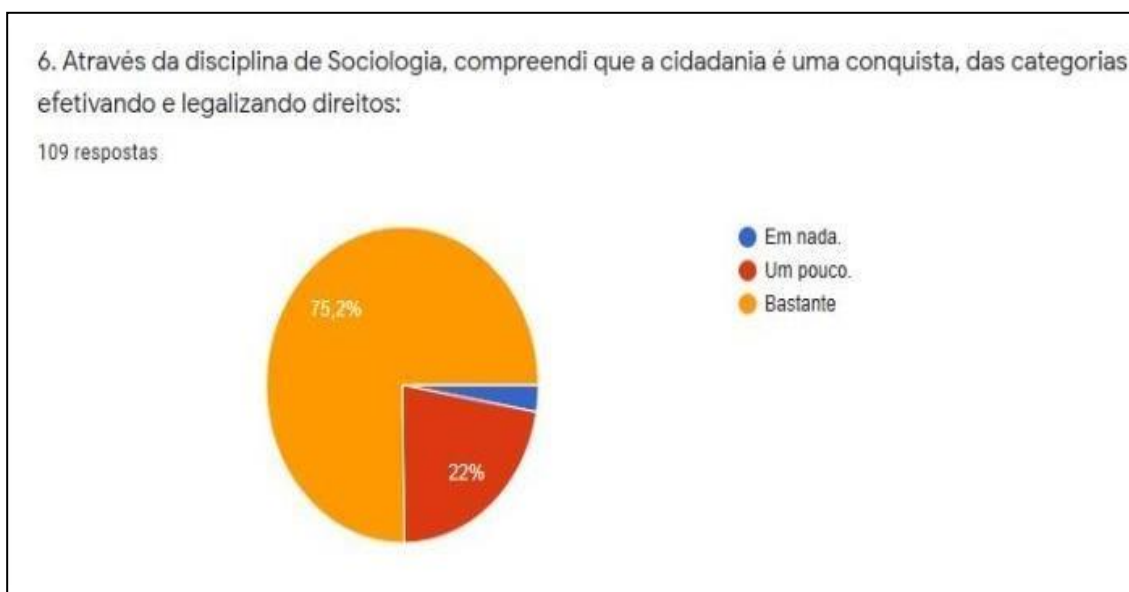
Fonte: Pesquisa sobre práticas metodológicas nas aulas de Sociologia, Curiúva - PR, 2020. N.109

Os Gráficos 5 e 6 levam a crer que, depois da problematização dos conceitos política, democracia e cidadania, foram assimilados, pois 75,2% dos entrevistados alegaram que seu conhecimento dos conceitos melhorou bastante. Constatase, contudo, nos gráficos, que 22% dos entrevistados demonstraram pouco aumento de

conhecimento depois das práticas desenvolvidas, tornando pertinente uma nova investigação (pelo diálogo) com os estudantes, tanto em relação à prática docente quanto em relação à conscientização da importância dos conceitos, pois, quando são problematizados, fica evidente a rejeição da maioria dos estudantes. Uma grande parte dos estudantes, quando problematizado o conceito de política, afirmaram: “Eu odeio política”. A partir disso, lembrei-me que o poema a seguir foi introduzido nas discussões em torno do conceito de política durante as práticas desenvolvidas, com o objeto de mobilizar o estudante para o aprendizado.

O pior analfabeto é o analfabeto político, Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que, da sua ignorância política nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e o lacaio das empresas nacionais e multinacionais (SEED-PR, s/d, s/p).

Gráfico 7 – Compreensão dos estudantes sobre cidadania por meio das aulas de Sociologia



Fonte: Pesquisa sobre práticas metodológicas nas aulas de Sociologia, Curiúva - PR, 2020. N.109

Em relação ao Gráfico 7, verifica-se um resultado muito semelhante ao do Gráfico 5, o que permite o levantamento de algumas questões: existe a rejeição por conceitos incorporados à política? A problematização dos conceitos corporificados à política deve seguir outros caminhos para que a prática docente seja mais eficaz? A segunda questão encontra resposta no Gráfico 8, pois 92% dos estudantes respondeu

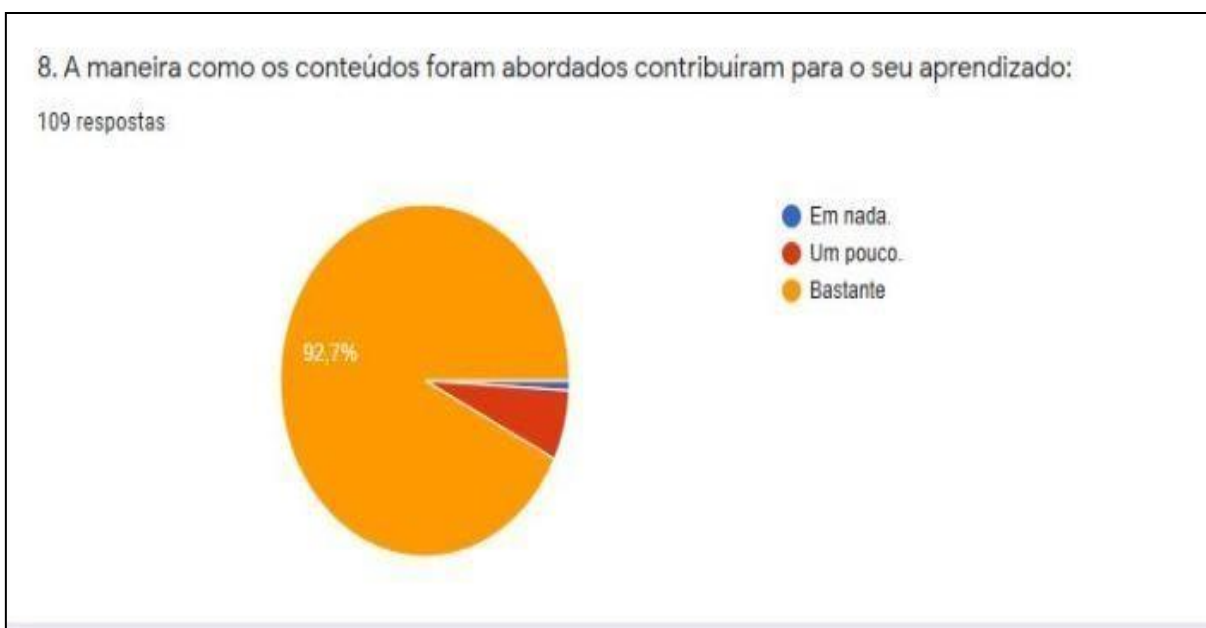
que a abordagem dos conteúdos contribuiu para o aprendizado.

Gráfico 8 – Contribuição das parcerias da disciplina de Sociologia com os projetos Câmara Mirim, Geração Atitude e Câmara dos Vereadores



Fonte: Pesquisa sobre práticas metodológicas nas aulas de Sociologia, Curiúva - PR, 2020. N.109

Gráfico 9 – Contribuição das metodologias das aulas de Sociologia para o aprendizado dos conteúdos



Fonte: Pesquisa sobre práticas metodológicas nas aulas de Sociologia, Curiúva - PR, 2020. N.109

A aplicação do questionário quantitativo fechado permitiu respostas

espontâneas, já que os alunos mantiveram distância da entrevistadora, que, no caso, era a docente, o que evitou constrangimento. Contudo, isso dificultou a análise do Gráfico 7, já que 37% dos entrevistados responderam que a parceria com os projetos contribui um pouco e 4,6% disse que não ajuda em nada, resultando em 41,6%, uma porcentagem alta, desconectada dos demais resultados. Fica, então, a dúvida: os estudantes não compreenderam a prática? Não entenderam a relação da prática com o conteúdo? Acreditando que essas respostas possam ser justificadas em um segundo momento, por meio dos relatos coletados, quando os questionamentos em relação às práticas pedagógicas ocorreram de maneira informal, após as discussões em sala, esclarecendo melhor a relação das práticas com o conteúdo, através do bom relacionamento entre docente e estudantes que participaram das atividades propostas, baseadas no diálogo e, buscando formas de facilitassem o processo de ensino-aprendizado.

Os conteúdos abordados em sala de aula foram úteis, de modo que pudéssemos aprender na teoria, mas na prática nem sempre funciona. A lei promove a todos, direitos iguais, ela não escolhe seu destinatário. Sendo assim, ela não é somente para um indivíduo, mas sim é geral, universal. Os direitos são válidos para todas as pessoas, indiferente de classe social. Então não quer dizer que se você participar de modo ativo na política, irá garantir direitos. As garantias são mecanismos assecuratórios dos direitos. Mas devemos sim ter participação política, pois somos seres políticos, como minha professora de sociologia dizia: “ nós fazemos política desde quando éramos crianças “ e é verdade, sempre tentamos defender um ponto de vista e levar alguém a acreditar em algo por meio de razões e argumentos que sejam bem fundamentados (FLÁVIA MEDEIROS, janeiro de 2019).

A estudante Flávia Medeiros concluiu a 3ª série do ensino médio em 2019. Atualmente, é caloura no curso de Direito da Fateb. Durante as discussões em sala, sempre havia citações do documento Declaração dos Direitos Humanos (1948), o qual defende que todos são iguais perante a lei, porém, nem todos são iguais perante o ponto social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os recursos didáticos utilizados na realização das práticas didáticas, como aula expositiva, problematização do conteúdo, debate, videoaula, livro didático, Apostila Geração Atitude, seminário e a pesquisa de campo, pode-se afirmar que, apesar de simples, ajudaram no desenvolvimento das práticas pedagógicas ocorridas em parceria com os projetos de âmbito nacional, estadual e municipal, respectivamente, Câmara Mirim, Geração Atitude e Parlamento Jovem, bem como em parceria com a disciplina de Química e de Biologia, no alcance dos seguintes objetivos: contribuir para que os estudantes percebessem a ausência de direitos na intersecção com os conteúdos estabelecidos como estruturantes e básicos pelas Diretrizes Curriculares da Educação Básica, relacionando essa questão com o Sistema Democrático Representativo do Brasil, através das metodologias e práticas didáticas desenvolvidas.

Os recursos utilizados visaram a potencialização das práticas metodológicas descritas neste trabalho (principalmente as realizadas em 2018), porém as eleições de 2018 foram outro ponto peculiar, já que despertou o estudante para a imaginação sociológica. Naquela conjuntura, o conteúdo não ficou restrito a uma abordagem apenas teórica, isto é, a aula expositiva, pelo contrário, em todas as etapas, o contexto social contribuiu para uma apropriação mais significativa, além de ter muito mais sentido, pois envolveu a realidade do estudante, permitiu a construção de uma análise da relação entre os conteúdos propostos e a vivência cotidiana, positivamente retratada na pesquisa quantitativa e qualitativa.

O trabalho foi uma oportunidade de verificar, na prática da sala de aula, um dos apontamentos de Charlot (2000) referente à questão da mobilização dos estudantes para a aprendizagem. No ritmo das discussões geradas pela expectativa das eleições de 2018, o engajamento dos estudantes foi muito superior ao que se esperaria em um momento distinto, tanto em relação a participação dos estudantes nas atividades propostas quanto em relação ao interesse pelos conteúdos abordados.

Coube ao professor ter um olhar diferenciado, de modo a perceber o que acontece em sala de aula em relação à história e ao aprendizado do estudante: pensar no que mobiliza o estudante para o aprendizado e compreender como o estudante se relaciona com o mundo. Para tanto, as referências citadas foram fundamentais, para a orientação docente na elaboração das atividades aplicadas, bem como a

aproximação do estudante pelo debate, pela problematização dos temas, pela interação com os conteúdos estruturantes e específicos, entre outras coisas.

Por meio dos dados coletados durante a pesquisa de campo referente à questão das contradições que permeiam a realidade da maioria do cidadão curiuvense (e porventura dos cidadãos brasileiros), a atividade demonstrou a necessidades de eleitores conscientes, pois através da contrariedade entre o que é cidadania e o que é democracia representativa constatou-se que o cidadão comum, distante dos significados dos papéis políticos dos representantes que escolhem, possa cobrar ou acompanhar o cumprimento destes, pois desconhecem a função daqueles que elegeram.

Analisar sua própria prática metodológica e pedagógica é um trabalho complexo, mas permite a correção de erros e novos encaminhamentos.

Pensar em uma nova direção pode ser algo urgente nas atuais condições políticas, onde as práticas do professor são cerceadas, já que induzem a educação a um retrocesso, especialmente no que refere à defesa da escola sem partido e ao fim da obrigatoriedade das disciplinas de Sociologia e de Filosofia no Ensino Médio.

A análise da prática docente também permite ter a maturidade de compreender que, por melhor que seja a prática, jamais se poderá alcançar todos os objetivos. Que, talvez, os estudantes nem tenham compreendido que as atividades desenvolvidas pretendiam mobilizá-los a aprender como funciona a Democracia Representativa do Brasil e qual a sua relação com os conceitos de cidadania, direitos e desigualdade social. Que a cidadania só é exercida quando seus direitos constitucionais forem respeitados. Que, durante as atividades realizadas, ele sempre foi pensado como um sujeito do conhecimento e que os conteúdos trabalhados na disciplina de Sociologia pretendiam provocar a estranheza e desnaturalizar o que a sociedade estabeleceu como natural. Mas ter a esperança de que esse aluno algum dia se recorde das práticas e dos conteúdos (que sem perceber se apropriou), de forma que possam servir para uma participação política consciente, seja na reunião de um condomínio, seja na participação de uma ONG, seja como um eleitor consciente, compreendendo que o Estado Democrático deve ser preservado, pois ele garante o exercício da cidadania, o único meio de seus direitos serem mantidos.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e Adolescente. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Ciências Humanas e suas tecnologias: Orientações Curriculares para o ensino médio – Sociologia**. 2006. p. 101-136.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projetos de Lei e outras proposições**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/projetos-de-lei-e-outras-proposicoes>. Acesso em: 22 fev. 2020.

CAMBI, Eduardo Augusto Salomão. **Guia do Cidadão**. 2. ed. Curitiba: Ministério Público do Paraná: Assembleia Legislativa do Paraná: Secretaria do Estado da Educação, 2016.

CÂNDIDO, Antônio. Sociologia: ensino e estudo. **Sociologia: Revista Didática e Científica**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 275-289, 1949.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para a teoria**. Trad. Bruno Magne. Porto Alegre: Arte Médicas Sul, 2000.

DAHL, R. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora da UnB, 2009.

DAUDT, Francisco. Campanhas apostam nas características mais primitivas da natureza humana. **Época**, São Paulo, 22 out. 2018.

DUBET, François. O que é uma escola justa. **Caderno de Pesquisa**, v. 34, n. 123, p.540, set/dez.2004.

FELTRE, Ricardo. **Química**. 6. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

FERES JÚNIOR, João; POGREBINSCHI, Thamy. Democracia, Cidadania e Justiça. In: MORAES, Amaury César (Coord.). Sociologia: ensino médio. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. (Coleção Explorando o Ensino; v. 15).

FREIRE, Paulo **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GASPARIN, J. L. **Uma Didática para a pedagogia histórico-crítica**. 5. ed.

Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

GIOLO, Jaime. Bernard Charlot: a educação mobilizadora. In: REGO, Teresa C. **Educação, escola e desigualdade**. (org). Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo, SP: Revista Educação; Editora Sagmento, 2011. (Coleção Pedagogia Contemporânea). p. 27-47

GIOVANNI, Luciana M. François Dubet: a experiência escolar em jogo. In: REGO, Teresa C. **Educação, escola e desigualdade**. (org). Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo, SP: Revista Educação; Editora Sagmento, 2011. (Coleção Pedagogia Contemporânea). p. 87-112

GUIMARÃES, Juca. Bolsonaro e Escola Sem Partido querem educação que "ensine ideologia da direita". **Brasil de Fato**, São Paulo, 15 out. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/15/bolsonaro-e-escola-sem-partido-querem-educacao-que-ensine-ideologia-da-direita>. Acesso em: 18 abr. 2019.

LAURO, Guaciara Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes. 1997.

LEVISKY, David Léo. Adolescência e Violência: Uma sociedade carente de Pai e Mãe. Adaptado do artigo publicado no **Caderno Cultural Da Na'amat-Pioneiras**, v. 5, n. 19, p. 31- 6, 1998.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Trad. Tânia Pellegrini. Campinas, SP: Papirius, 1989.

MARX, Karl. Processo de trabalho e processo de valorização. In: MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/livro1/cap05/01.htm>. Acesso em: 22 jul. 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ (MPPR). **Geração Atitude 2018**. Disponível em: www.escolasuperior.mppr.mp.br/2018/01/562/Geracao-Atitude-2018.html. Acesso em: 24 fev. 2020.

MORAES, Cacau. Novo Ensino Médio em debate na 24ª Coordenadoria de Educação. **O Correio Digital**, 29 abr. 2019. Disponível em: <https://www.ocorreio.com.br/2019/04/29/novo-ensino-medio-em-debate-na-24a-coordenadoria-de-educacao/>. Acesso em: 10 ma. 2020.

NÚCLEO DE PESQUISA EM ESTUDOS CULTURAIS NPEC. **Entrevista exclusiva Zygmunt Bauman**. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=1miAVUQhdwM>. Acesso em: 1 fev. 2020.

PARANÁ. Secretaria da Educação e do Esporte. **Analfabeto Político**. Disponível em <http://www.sociologia.seed.pr.gov.br/modules/video/showVideo.php?video=4701>. Acesso em: 15 out. 2019.

PARANÁ. Secretaria da Educação e do Esporte. **Caderno de Expectativas de Aprendizagem**. Governo do Paraná. 2012, p. 100-110. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/caderno_expectativa

s.pdf. Acesso em: 04 mar. 2019.

PARANÁ. Secretaria da Educação e do Esporte. Colégio Estadual Professor Gabriel Rosa. **PPP – Projeto Político Pedagógico**. Curiúva, 2008.

PARANÁ. Secretaria da Educação e do Esporte. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica – Química**. Curitiba, 2008.

PARANÁ. Secretaria da Educação e do Esporte. Diretrizes Curriculares Da Educação Básica. **Sociologia**. Paraná, 2008.

PARANÁ. Tribunal Eleitoral Regional. Escola Judiciária Eleitoral do Paraná. **Programa Parlamento Jovem no Paraná**, 2019. Curitiba. Disponível em <http://www.tre-pr.jus.br/o-tre/escola-judiciaria-eleitoral/projetos/tribunal-eleitoral-jovem>. Acesso em: 10 out. 2019.

PARIZOT, Isabelle. A pesquisa por questionário. In: PAUGAM, Serge. **A pesquisa sociológica**. São Paulo: Editora Vozes, 2017.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. Política e sociedade: por uma volta à sociologia política. **Política e Sociedade – Revista de Sociologia e Política**, v. 1, n. 5, p. 201-230, 2004.

PIMENTA, Mattos Melissa. Diferença e Desigualdade. In: MORAES, Amaury César (Coord.). **Sociologia: ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. (Coleção Explorando o Ensino; v. 15).

PORTO, Grossi Maria Stela. A Violência: possibilidades e limites para uma definição. In: MORAES, Amaury César (Coord.). **Sociologia: ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. (Coleção Explorando o Ensino; v. 15).

QUEIROZ, Evandro. 1 vídeo (9 min.). Tipos de questionários para pesquisa - Projeto de pesquisa. Publicado pelo canal Evandro Queiroz. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R58sY40fivl&t=9s>. Acesso em: 04 mar. 2019.

QUEIROZ, Evandro. 2017. 1 vídeo (11 min.). Projeto de pesquisa - você sabe como fazer a metodologia do projeto de pesquisa? Publicado pelo canal Evandro Queiroz. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=biDrruVFTdE&t=41>. Acesso em: 04 mar. 2019.

SANTOS, W. L .P.; SCHNETZLER, R. P. Ensino de química e cidadania. **Química Nova na Escola**, n. 4, p. 28-34, 1996.

SARTORI, G. Da Sociologia da Política à Sociologia política. In: LIPSET, S. (org.) **Política e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítico: primeiras aproximações**. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. (Coleção educação contemporânea).

SCHNETZLER, R. Um estudo sobre o tratamento do conhecimento químico em Livros didáticos dirigidos ao ensino secundário de Química de 1875 a 1978. **Química**

Nova, v. 4, n. 1, p. 6-15, 1981.

SILVA, A. et al. **Sociologia em movimento**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2016.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. Metodologias do Ensino de Sociologia na Educação Básica: Aproximações com os Fundamentos Pedagógicos. In: SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli et al (org). **Caderno de metodologias de ensino e de pesquisa**. Londrina: UEL; SETI-PR, 2009.

TORRES, P. L; IRALA, E. A. F. In: TORRES, Patrícia L. (org.). **Algumas vias para entretecer o pensar e agir**. Curitiba: SENAR-PR, 2007.

WANG, Chong-Qing; WANG, Hui; LIU, You-Nian. Separation of polyethylene terephthalate from municipal waste plastics by froth flotation for recycling industry. **Waste Management**, v. 35, p. 42-47, 2015.

APÊNDICES

Apêndice A

QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA DE CAMPO

- Qual a forma de governo do nosso país?
- Você sabe qual é a função dos três poderes, nos âmbitos: nacional, estadual e municipal? Quais os representantes desses poderes e suas respectivas funções?
- Você se considera um cidadão? Justifique.

Apêndice B**QUESTÕES E ALTERNATIVAS DISPONIBILIZADAS E APLICADAS NO QUESTIONÁRIO ONLINE**

1) Através dos conteúdos trabalhados durante as aulas de Sociologia, contribuiu para aperfeiçoar seus conhecimentos sobre seus direitos e deveres como cidadão:

- ☐ Em nada
- ☐ Um pouco
- ☐ Bastante.

2) O nível de seu conhecimento antes de Sociologia a respeito das funções do poder Executivo, Legislativo e Judiciário:

- ☐ Nenhum
- ☐ Pouco Conhecimento
- ☐ Elevado nível de conhecimento.

3) O nível de conhecimento a respeito das funções do poder Executivo, Legislativo e Judiciário, após as aulas de Sociologia:

- ☐ Permaneceu
- ☐ Melhorou um pouco
- ☐ Melhorou bastante.

4) O nível de conhecimento a respeito dos temas: política, democracia e cidadania, após as aulas de Sociologia:

- ☐ Permaneceu
- ☐ Melhorou um pouco
- ☐ Melhorou bastante.

5) Através da disciplina de Sociologia, compreendi que a cidadania é uma conquista das categorias efetivando e legalizando direitos:

- ☐ Em nada
- ☐ Um pouco
- ☐ Bastante.

6) A parceria da disciplina com os projetos Câmara Mirim, Geração Atitude, Parlamento Jovem contribuiu para o aprendizado dos conteúdos:

- ☐ Em nada
- ☐ Um pouco
- ☐ Bastante.

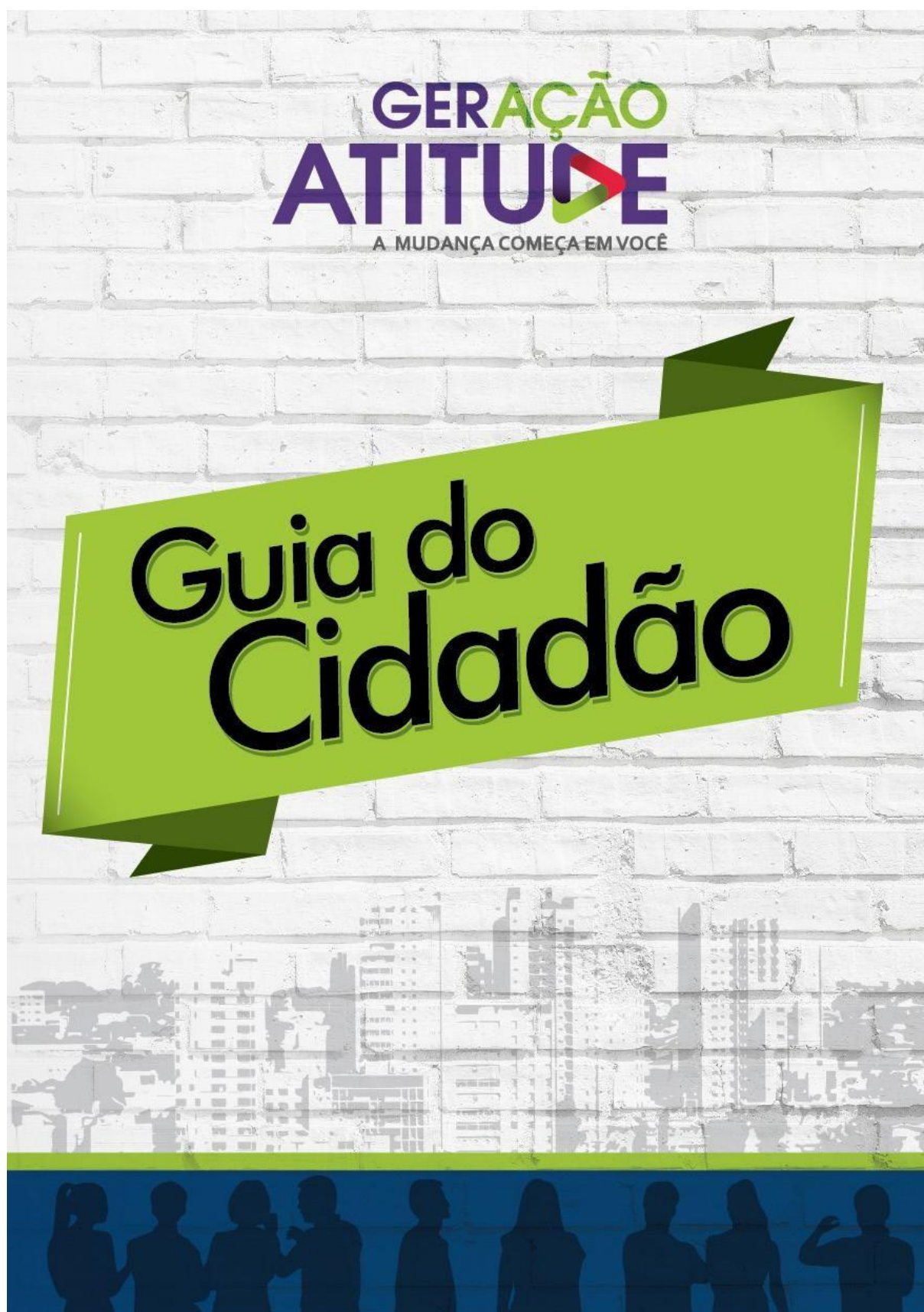
7) A maneira como os conteúdos foram abordados contribuíram para o seu aprendizado:

- ☐ Em nada
- ☐ Um pouco
- ☐ Bastante.

ANEXOS

Anexo A

Guia do Cidadão: Geração Atitude (CAMBI, 2016)



O “Guia do Cidadão” foi idealizado para disponibilizar aos paranaenses informações sobre os conceitos de democracia, política e cidadania. Com linguagem acessível, o material elaborado pelo Ministério Público do Paraná em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado, traz explicações sobre as principais funções e atribuições dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e sobre o sistema eleitoral brasileiro.

No Guia é possível conhecer melhor o que fazem e o papel de prefeitos, vereadores, deputados, governadores, presidentes, juízes, desembargadores, ministros, senadores, procuradores, promotores de justiça e principalmente do cidadão, destacando a importância da participação popular não só nas urnas, mas também nos espaços democráticos, organizações e movimentos sociais.

A iniciativa do Guia do Cidadão faz parte do projeto “Geração Atitude” que tem como objetivo principal apoiar a formação cidadã dos estudantes paranaenses, promovendo a participação social e o protagonismo juvenil. Desenvolvido pelo Ministério Público do Paraná em parceria com a Assembleia Legislativa do Paraná, Secretaria de Estado da Educação, Tribunal de Justiça do Paraná e a Assessoria Especial da Juventude do Governo do Estado, o projeto faz parte do Movimento Paraná Sem Corrupção e é distribuído gratuitamente para estudantes do ensino médio de mais de 200 escolas públicas do Paraná.

O Guia do Cidadão também está disponível na versão digital, aberto à consulta, reprodução e utilização do seu conteúdo de forma irrestrita. Para baixar o Guia acesse o site: <http://www.alep.pr.gov.br/downloads/arquivos/cartilha-mp-geracao-atitude.pdf>.

Bom exercício da cidadania!

Anexo B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido¹⁷

“Análise das práticas metodológicas relacionadas aos conteúdos: Democracia Representativa, Desigualdades e Direitos Sociais Nas Aulas de Sociologia”

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo (a) para participar da pesquisa “Análise das Práticas Metodológicas Relacionadas aos Conteúdos: Democracia representativa, Desigualdades e Direitos Sociais Nas Aulas de Sociologia”, a ser realizada no Colégio Professor Gabriel Rosa. O objetivo da pesquisa é “analisar como a metodologia da docente, e os conteúdos da disciplina de Sociologia, contribuíram para que os estudantes do Colégio Estadual Professor Gabriel Rosa, se mobilizassem para compreender como funciona a organização e os elementos que compõem a Democracia Representativa no Brasil assim como sua relação com os conceitos de cidadania, direitos e desigualdade social. Sua participação é muito importante e ela se daria da seguinte forma (através de relatos a respeito da participação das atividades desenvolvida durante as aulas da disciplina de Sociologia).

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade.

Esclarecemos ainda, que você não pagará Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) será remunerado(a) por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação.

Os benefícios esperados melhorar as práticas docentes em relação a mobilizam para o aprendizado relacionadas. Caso você tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos poderá nos contatar Daniela Paderes Bruno fone 43 991687882, ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos

¹⁷ Termo de Consentimento Livre Esclarecido apresentado conforme normas da Resolução 466/2012 de 12 de dezembro de 2012.

da Universidade Estadual de Londrina, situado junto ao prédio do LABESC – Laboratório Escola, no Campus Universitário, telefone 3371-5455, e-mail: cep268@uel.br.

Londrina, _____ de _____ de 20__.

Pesquisador Responsável

Eu, _____, tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar voluntariamente da pesquisa descrita acima.

Assinatura: _____

Data: _____